

O Senado na História do Brasil

Volume 4



HISTÓRIA E JORNALISMO

Para que serve conhecer a história do Brasil? Não podemos encarar o conhecimento histórico apenas como um museu que visitamos para contemplar passagens curiosas do passado. Muito mais do que isso, devemos utilizar a história a nosso favor, como instrumento que nos mostre como surgiram os problemas do presente e nos ajude a encontrar as soluções.

É com essa ideia sempre em mente que a seção Arquivo S, do Portal Senado Notícias, explora a riqueza dos documentos antigos que estão sob a guarda do Arquivo do Senado, em Brasília. Todo mês, numa mistura de jornalismo e história, um episódio importante do passado do Brasil é narrado a partir dos projetos de lei e dos pronunciamentos dos senadores da época em questão. As reportagens do Arquivo S apresentam a nossa história por um prisma inédito e mostram que os grandes temas nacionais, de uma forma ou de outra, sempre passam pelo Senado.

Textos novos são publicados no Portal Senado Notícias na primeira sexta-feira do mês. A cada ano, o material é compilado em um livro da coleção *Arquivo S – O Senado na História do Brasil*, que pode ser encontrada na Biblioteca do Senado e na Livraria do Senado.

O Arquivo S é resultado de uma parceria entre a Agência Senado e o Arquivo do Senado.



Imagem da capa:

Princesa Isabel,
acervo Instituto Moreira Salles

ARQUIVO **S**

O Senado na História do Brasil

Volume 4



SENADO FEDERAL

Mesa

Biênio 2021–2022

Senador Rodrigo Pacheco

PRESIDENTE

Senador Veneziano Vital do Rêgo

PRIMEIRO-VICE-PRESIDENTE

Senador Romário

SEGUNDO-VICE-PRESIDENTE

Senador Irajá

PRIMEIRO-SECRETÁRIO

Senador Elmano Férrer

SEGUNDO-SECRETÁRIO

Senador Rogério Carvalho

TERCEIRO-SECRETÁRIO

Senador Weverton

QUARTO-SECRETÁRIO

Senador Jorginho Mello

Senador Luiz do Carmo

Senadora Eliziane Gama

Senador Zequinha Marinho

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

Ilana Trombka

DIRETORA-GERAL

Gustavo A. Sabóia Vieira

SECRETÁRIO-GERAL DA MESA

ARQUIVO **S**

O Senado na História do Brasil

Volume 4

2ª edição



Textos

Ricardo Westin
Tatiana Beltrão

Ilustrações

Bruno Bazílio

Pesquisa histórica

Arquivo do Senado



Expediente

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão

Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli

Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria

Coordenador-geral: Silvio Burle

ARQUIVO S — O SENADO NA HISTÓRIA DO BRASIL — VOL. 4

Edição: Ricardo Westin

Revisão: Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Tatiana Beltrão, Pedro Pincer e Rebeca Soares da Paz de Siqueira

Diagramação: Bruno Bazílio e Ronaldo Alves

Pesquisa de fotos: Braz Félix e Pillar Pedreira

Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez

Capa:

COORDENAÇÃO DE PUBLICIDADE E MARKETING

Coordenador: Fábio Duarte

Serviço de Marketing:

Isabela Macedo

Serviço de Publicidade e Propaganda:

Daniel Pandino

Direção de arte: Dalton Hisayasu

Texto: Gustavo Brixius

SECRETARIA DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO

Diretora: Dinamar Cristina Pereira Rocha

Coordenação de Arquivo:

Roberto Ricardo Carlos Grosse Júnior

Serviço de Arquivo Histórico:

Rosa Maria Gonçalves Vasconcelos

Pesquisa: Armando Moraes da Silva, Carlos Roberto Moreira Júnior, Fernanda de Oliveira Coelho, Hanna Braga Franco, Izabela Alencar Ximenes Ferraz, Joyce Damasceno Botelho, Kaique Bruno Santana de Jesus, Luany Maira Passos Fernandes Coelho, Lucas de Costa Farage Fonseca, Rosa Maria Gonçalves Vasconcelos, Samantha Morais Melo e Victor Yankovich Castro

Colaboração: Biblioteca do Senado e Serviço de Publicações Técnico-Legislativas

Impressão:

SECRETARIA DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

Diretor: Rafael André Chervenski da Silva

Os textos deste livro foram publicados originalmente pelo **Jornal do Senado** e pelo **Portal Senado Notícias** entre setembro de 2017 e dezembro de 2018.

Westin, Ricardo.

Arquivo S / textos: Ricardo Westin, Tatiana Beltrão ; ilustrações: Bruno Bazílio ; pesquisa histórica: Arquivo do Senado. – 2. ed. – [Brasília] : Senado Federal, 2022.

168 p. : il. -- (O Senado na história do Brasil ; v. 4)

ISBN 978-65-5676-280-7

1. Brasil. Congresso Nacional. Senado Federal, história. 2. Poder legislativo, história, Brasil. I. Beltrão, Tatiana. II. Título. III. Série.

CDD 328.8109

Sumário

	Página
Império	
Senadores do Império temiam fogo no Paço de São Cristóvão.....	6
Império	
Ascensão e queda de José Bonifácio, o Patriarca da Independência.....	18
Império	
Dom Pedro I criou Supremo Tribunal com poderes restritos.....	26
Império e Primeira República	
A história pouco conhecida do Hino Nacional Brasileiro.....	34
Império	
Senado e Câmara aprovaram projeto da Lei Áurea em 5 dias.....	48
Primeira República	
Em desafio à elite, Ruy Barbosa fez 1ª campanha eleitoral moderna do Brasil.....	58
Primeira República	
Revolução Russa provocou mudanças políticas e sociais no Brasil.....	70
Primeira República	
Gripe espanhola devastou o Brasil em 1918.....	82
Era Vargas	
Parlamentares tentaram colocar combate a Lampião na Constituição de 1934.....	92
Primeira República, República de 1946 e Nova República	
País teve militares que chegaram ao poder pelas urnas.....	100
República de 1946	
Antes da Eletrobras, Brasil vivia rotina de apagões.....	108
República de 1946	
Quando o Brasil experimentou o parlamentarismo.....	118
Ditadura Militar	
1968, o ano em que a ditadura se radicalizou.....	130
Ditadura Militar	
Brasil foi um dos últimos países a liberar o divórcio.....	144
Nova República	
Morte de Chico Mendes ajudou a despertar a consciência ambiental.....	156



Senadores do Império temiam fogo no Paço de São Cristóvão

por Ricardo Westin



Desde 1827, risco de incêndio ameaçava o prédio no Rio de Janeiro que, primeiro, serviu de residência para os monarcas brasileiros e, depois, foi sede do Museu Nacional. O edifício foi destruído pelas chamas em 2018



Em 1827, nos primórdios do Império, o senador Marquês de Caravelas (BA) pediu a palavra e, da tribuna do Palácio Conde dos Arcos, a primeira sede do Senado, no Rio de Janeiro, propôs aos colegas um exercício de imaginação:

— Suponha-se que sucede haver um incêndio ou que qualquer outro acidente funesto destrói grande parte do Paço de São Cristóvão.

O fogo temido por Caravelas realmente ocorreria — mas 191 anos mais tarde, em 2018. No Império, o Paço de São Cristóvão foi a residência oficial de dom João VI, dom Pedro I e dom Pedro II. Na República, passou a abrigar o Museu Nacional.

Após o incêndio de 2018, só sobraram as paredes do prédio histórico do Museu Nacional. O teto e os pisos desabaram. As chamas engoliram e incineraram centenas de milhares de peças do acervo. Antes da catástrofe, o Museu Nacional era a maior instituição de história natural e antropologia da América Latina.

Foi justamente para evitar uma catástrofe desse tipo que Caravelas recorreu ao mórbido exercício de imaginação. Na visão dele, o Senado deveria aprovar um projeto de lei obrigando o governo a custear toda e qualquer obra de conservação do Paço de São Cristóvão.

Outra corrente defendia que o dinheiro saísse do bolso do próprio

AUGUSTO STAHL



Paço de São Cristóvão no fim do século 19: residência oficial dos imperadores do Brasil



Dom João VI, dom Pedro I e dom Pedro II: rei português e imperadores brasileiros viveram no Paço de São Cristóvão

dom Pedro I, do salário que todos os anos o Parlamento lhe destinava.

Documentos históricos de 1827 mantidos sob a guarda do Arquivo do Senado, em Brasília, mostram que a primeira corrente teve mais apoio no Plenário. O Marquês de Caravelas argumentou:

— Como há de Sua Majestade mandar reparar o Paço de São Cristóvão com os dinheiros da sua dotação? Se o fizesse, ficaria decerto sem ter com o que ocorrer às outras despesas da sua casa.

O senador Visconde de Cayru (BA) concordou:

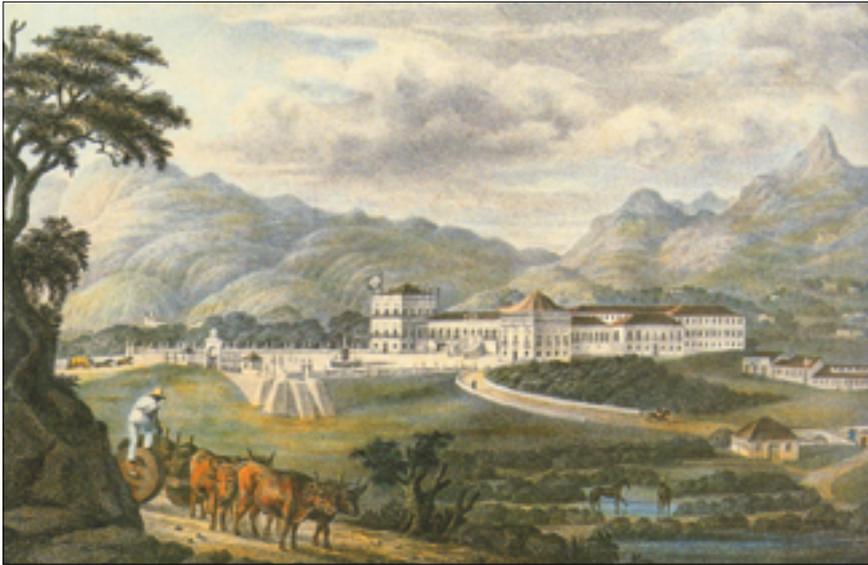
— Os reparos dos palácios se devem fazer à custa da nação. Fundo-me na Constituição, que deu ao chefe do Império palácios, e não pardieiros. Ora, palácios se reduzem a pardieiros se não lhes fizerem continuamente os reparos necessários, muito especialmente neste país, onde as umidades tanto estragam os edifícios.

Cayru lembrou que dom Pedro I era apenas o inquilino de um imóvel que pertencia à nação e disse que, “quando uma casa de aluguel carece de conserto, quem o faz é o dono, e não o inquilino”. Ele continuou:

— Não convém carrear o nosso imperador com o ônus de ser inspetor de obras e fiscal das contas de reparos de seus palácios e quintas [sítios]. A atenção imperial se deve absorver nos negócios do Império.

O senador Antônio Gonçalves Gomide (MG), por sua vez, recorreu ao glamour:

— O lustre e a magnificência do imperante são um objeto essencial nas monarquias e não se pode prescindir deles, tanto para o respeito dos nacionais como para a veneração das nações estrangeiras. Que ideia farão



KARL ROBERT, BARON OF PLANTZ

O Paço de São Cristóvão foi o centro do poder no Brasil entre 1809 e 1889

essas nações do nosso Império se acaso formos mesquinhos e não dermos esplendor ao nosso monarca?

Ao cabo das discussões, o Senado decidiu que o governo teria que destinar às obras do Paço de São Cristóvão a importância de 106 contos de réis, dividida em prestações mensais. Dom Pedro I, portanto, não precisaria gastar sequer uma pataca para manter a sua casa de pé.

A preocupação dos senadores com a integridade do palácio se justificava. Antes de a República transformá-lo no Museu Nacional, o Paço de São Cristóvão foi o coração político do Reino de Portugal por quase 15 anos (período em que dom João VI passou no Rio) e do Império do Brasil por cerca de 70 anos (nos reinados de dom Pedro I e dom Pedro II).

São Cristóvão significou para o Brasil o que Versalhes foi para a França e o que Buckingham é ainda hoje para o Reino Unido.

O palácio brasileiro foi cenário não apenas do beija-mão, o rotineiro e entediante cerimonial herdado dos reis portugueses, mas também de uma série de acontecimentos decisivos da história do país.

Em 2 de setembro de 1822, o Paço de São Cristóvão assistiu à reunião do Conselho de Estado presidida pela princesa regente dona Leopoldina que decidiu pela declaração da Independência (o incêndio de 2018 também ocorreu em 2 de setembro). Cinco dias depois, em São Paulo, dom

LEI — DE 13 DE NOVEMBRO DE 1827.

Manda concluir as obras do Palacio da Boa-Vista.

D. Pedro I, por Graça de Deus e unanime acclamação dos povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brazil: Fazemos saber a todos os nossos subditos que a Assembléa Geral decretou e nós queremos a lei seguinte:

Art. 1.º O Governo fica autorizado para fazer continuar e acabar a parte do Palacio da Imperial Quinta da Boa-Vista, que se acha em construcção, applicando a esta despesa a quantia de 106:450\$000.

Art. 2.º Esta quantia será fornecida pelo Thesouro Publico em prestações mensaes, que serão designadas pelo Governo, attendendo em sua discrição ás urgencias do mesmo Thesouro.

Art. 3.º As prestações que se fizerem no anno de 1828, serão acrescentadas ao seu deficit, e satisfeitas pelo mesmo modo por que a elle se occorrer.

Mandamos portanto a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir, e guardar tão inteiramente como nella se contém. O Secretario de Estado dos Negocios do Imperio a faça imprimir, publicar e correr. Dada no Palacio do Rio de Janeiro aos 13 dias do mez de Novembro de 1827, 6.º da Independencia e do Imperio.

IMPERADOR com rubrica e guarda.

ARQUIVO DO SENADO

Projeto de lei aprovado e sancionado destina 106 contos de réis a obras do palácio: dom Pedro I livre de bancar reforma

Pedro I daria o grito do Ipiranga.

A residência imperial viu o nascimento de dom Pedro II, em 1825, a morte de dona Leopoldina (o primeiro luto nacional), em 1826, a abdicação de dom Pedro I, em 1831, o golpe que antecipou a maioridade de dom Pedro II para 14 anos e acabou com a Regência, em 1840, e o nascimento da princesa Isabel, em 1846.

Episódios menos conhecidos também tiveram São Cristóvão como palco. Em 1832, uma conspiração de criados do palácio inflada pelo Partido Restaurador planejou o sequestro de dom Pedro II, ainda menino, com o objetivo de colocar dom Pedro I de volta no trono brasileiro. O plano, contudo, foi frustrado justamente na hora em que seria executado.

Em 1882, o Rio de Janeiro ficou em polvorosa diante da notícia de que as joias da imperatriz dona Teresa Cristina, incluindo um valiosíssimo colar de brilhantes, haviam sido furtadas por um ladrão que, na surdina, invadira os aposentos imperiais do Paço de São Cristóvão. Em apenas três dias, os investigadores acharam o gatuno, um ex-serviçal do palácio, e as joias foram devolvidas à dona.

Meses depois, ainda em 1882, outro acontecimento mexeu com o



À mesa, dona Leopoldina e José Bonifácio participam da histórica reunião no Paço de São Cristóvão em que o Conselho de Estado decide declarar a Independência

imaginário dos cariocas: a chegada de sete índios botocudos da província do Espírito Santo. Eles foram a grande atração da Exposição Antropológica do Museu Nacional. Os “selvagens”, como os jornais os chamavam, atraíram tantos curiosos ao museu (que na época ficava no centro da cidade), que não conseguiam ter sequer um minuto de sossego. Dom Pedro II, então, decidiu levá-los para o palácio imperial, para que pelo menos dormissem à noite em paz. Terminada a Exposição Antropológica, os botocudos foram mandados de volta para a sua aldeia.

O palácio foi construído no ponto mais alto da Quinta da Boa Vista, o que permitia aos monarcas avistar a Floresta da Tijuca, o Morro do Corcovado (ainda sem o Cristo Redentor) e a Praia do Caju (que seria aterrada para a construção da Ponte Rio-Niterói) — daí o nome Boa Vista.

Antes de pertencer à Monarquia, a residência da Quinta da Boa Vista não tinha nada de especial. Era só mais um entre tantos casarões em estilo colonial espalhados pelo Brasil. Tinha dois andares. Para os padrões da época, nem era tão grande assim.

Com a mudança de dom João VI para o Brasil, que deixara Lisboa em 1808, fugindo de Napoleão Bonaparte, inúmeras casas do Rio foram confiscadas para abrigar os portugueses da comitiva real. Antes que a sua

Quinta da Boa Vista tivesse o mesmo destino, o comerciante Elias Antônio Lopes apressou-se em dá-la como presente ao príncipe regente português. Em agradecimento pelo mimo, dom João VI concedeu a Lopes condecorações e uma gorda indenização. Foi um ótimo negócio para os dois lados.

O casarão passaria por incontáveis reformas ao longo das décadas. Ganhou um portão de alvenaria e ferro fundido, uma escadaria semicircular (para dar entrada à residência pelo segundo pavimento), um jardim interno, duas torres laterais (uma em estilo mourisco e a outra em estilo neoclássico, construídas em diferentes épocas), um terceiro pavimento e 30 estátuas de deuses gregos em toda a borda do telhado. Ao lado do edifício, ergueu-se uma torre com um relógio.

A torre mourisca seria reformada mais tarde, tornando-se idêntica à neoclássica e deixando o palácio simétrico. A escadaria desapareceria, e a entrada voltaria a ser pelo primeiro pavimento.

A ideia das remodelações era, sem disfarce, copiar os traços arquitetônicos do Palácio Real da Ajuda, localizado em Lisboa, de modo a colocar o Paço de São Cristóvão à altura do soberano brasileiro.

As obras na residência imperial pareciam não ter fim. Em 1847, o Senado e a Câmara dos Deputados aprovaram um projeto de lei do governo que destinaria 240 contos de réis às reformas, esperando que elas finalmente acabassem.



A Quinta da Boa Vista, com o Paço de São Cristóvão ao fundo, no início do século 20, já na República



Desenhos mostram o Paço de São Cristóvão em dois momentos: embaixo, em 1822, com apenas uma torre lateral; em cima, em 1831, com duas torres em estilos diferentes

Para o senador Clemente Pereira (PA), dom Pedro II seria mais sensato se abandonasse São Cristóvão e se mudasse para um palácio mais apresentável:

— Não se pode deixar de reconhecer que o imperador não tem palácio decente para a sua residência dentro da capital do Império, porque o que atualmente existe não merece essa qualificação, nem pela sua forma de construção, nem pelas suas comodidades. Julgo oportuno que o Senado autorize o governo a proceder aos trabalhos preparatórios para uma nova construção, levantando as plantas das obras e designando o local apropriado e o orçamento da despesa.

A proposta de Pereira foi aprovada pelos senadores e virou lei, mas o governo imperial nunca chegou a projetar um palácio substituto de São Cristóvão. Não se sabe se foi por falta de recursos financeiros ou desinteresse de dom Pedro II.

De acordo com Regina Dantas, historiadora do Museu Nacional e professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a situação do Paço de São Cristóvão não era tão crítica assim.

— Muitos viajantes estrangeiros se decepcionavam com a residência imperial não porque ela estivesse caindo aos pedaços, mas sim porque eles chegavam com uma expectativa muito grande. Esperavam encontrar um palácio repleto de ostentação, luxo, luzes, ouro. Afinal, o Brasil era um

império gigantesco, distante, tropical, exótico. Em vez disso, o que encontravam era aquela simplicidade típica de dom Pedro II — afirma Regina, autora de uma pesquisa que revela em detalhes a planta do Paço de São Cristóvão na época dos imperadores.

Dos três pavimentos do Paço de São Cristóvão, o mais decorado era o segundo, onde o imperador recebia os visitantes e exercitava o seu lado político. Localizavam-se nesse andar a sala de jantar, o salão de baile e — o mais importante dos cômodos — a sala do trono.

O terceiro e último pavimento era a área íntima da família imperial. Nele ficavam os quartos de dom Pedro II e dona Teresa Cristina e das princesas Isabel e Leopoldina, além da biblioteca particular do monarca.

No primeiro pavimento, permaneciam os sentinelas do palácio, chamados de archeiros (não confundir com arqueiros). Cada um deles empunhava uma archa, arma medieval que era uma mistura de lança com machado. Os archeiros foram uma tradição trazida pelos portugueses e sua função era meramente cerimonial, mais ou menos como os guardas suíços que vigiam o Vaticano.

Os cômodos nos quais o imperador dom Pedro II mais gostava de passar o tempo eram o observatório astronômico, no topo de uma das duas

JEAN BAPTISTE DEBRET



Escrava carrega arma de archeiro, integrante da guarda do Paço de São Cristóvão

torres do palácio, de onde ele esquadrihava o firmamento com suas lunetas, e o gabinete de curiosidades, uma espécie de museu particular onde ele colecionava moedas do mundo todo, minerais, insetos, plantas, apetrechos indígenas, louças de Pompeia e até uma múmia do Egito.

Logo após darem o golpe de 1889, os republicanos expulsaram a família imperial do Brasil e confiscaram e desfiguraram o Paço de São Cristóvão. Brasões imperiais foram arrancados das paredes e das portas. Os móveis e objetos foram vendidos às pressas numa série de leilões em 1890. O velho portão de alvenaria e ferro fundido foi desmontado e reconstruído ali perto, na entrada do jardim zoológico, onde permanece até hoje.

Livre das imagens que remetiam ao passado monárquico, a primeira missão do palácio no novo regime foi sediar a Assembleia Nacional Constituinte de 1891. O jardim interno foi coberto por uma cúpula — um dos símbolos arquitetônicos do poder. O remendo, contudo, foi mal feito. A água da chuva passou a inundar gabinetes do terceiro andar, e salas do primeiro pavimento mofaram por falta de luz solar e ventilação. A cúpula teve que ser arrancada.

Promulgada a primeira Constituição da República, a Assembleia Constituinte se dissolveu e o palácio passou a abrigar o Museu Nacional,

que até então funcionava no centro do Rio. Para se adaptar o palácio à nova função, a desfiguração foi retomada: derrubaram paredes e cimentaram janelas.

— Na sua lógica de legitimação governamental, a República fez um apagamento tão forte do Paço de São Cristóvão que os visitantes do Museu Nacional nem se davam conta de que ali tinha sido um dos lugares mais importantes da história do Brasil — diz o historiador Bruno Antunes de Cerqueira, presidente do Instituto Cultural Dona Isabel I.

O incêndio destruidor em 2018 foi provocado por um curto-circuito

REPRODUÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE REGINA DANTAS



Sarcófago com múmia que dom Pedro II ganhou após viajar ao Egito: relíquia destruída por incêndio



Cartaz do Museu Nacional no início do século 20: sem referência ao passado imperial

num aparelho de ar condicionado. Para os diretores do Museu Nacional, a causa de fundo foi a escassez de verbas. Os detectores de fumaça estavam estragados, o que retardou a ação dos bombeiros. Não havia *sprinklers* (chuveiros acionados pela fumaça). Os hidrantes estavam secos. Dos poucos brigadistas, nenhum trabalhava naquela noite. O prédio e o acervo não tinham seguro.

— Se o diretor do Museu Na-

cional da década 1890 não tivesse solicitado o prédio e insistido, os governantes certamente teriam demolido o Paço de São Cristóvão, como fizeram com tantos outros prédios históricos — continua Cerqueira. — De qualquer forma, eles cortaram as verbas de manutenção do palácio e o abandonaram à própria sorte. Esse incêndio estava para ocorrer havia muito tempo. A sanha ignorante de destruir o passado arrasta consigo a memória e a própria identidade nacional. Um país que desconhece seu passado não sabe onde está, de onde vem, para onde tem que ir.



Ascensão e queda de José Bonifácio, o Patriarca da Independência

por Ricardo Westin



*Documentos do Arquivo do Senado revelam que
o conselheiro de dom Pedro I e tutor de dom
Pedro II teve a carreira abreviada por
causa de intrigas políticas*



José Bonifácio de Andrada e Silva foi um dos personagens mais decisivos da história brasileira. Conselheiro de dom Pedro I, ele deu o empurrão necessário para que o inexperiente príncipe regente de 23 anos afrontasse Portugal e declarasse o Brasil independente.

Como reconhecimento, o Senado e a Câmara aprovaram em 2017 e o governo sancionou em 2018 uma lei que lhe concedeu o título de Patrono da Independência. O título se soma ao célebre epíteto que já o consagrara em vida: Patriarca da Independência.

O Arquivo do Senado guarda documentos históricos que mostram uma carreira brilhante, porém breve. Bonifácio chegou rapidamente ao entorno da coroa e foi derrubado com igual velocidade. Sua ascendência sobre os dois imperadores do Brasil despertou ciúmes e inimigos.

Entre tornar-se ministro de dom Pedro I e ser banido do Brasil, passaram-se apenas dois anos. De volta ao país, foi nomeado tutor do menino dom Pedro II, mas dois anos depois já estava fora do palácio.

Em 1822, às vésperas da Independência, Bonifácio assumiu o Ministério dos Negócios do Reino e Estrangeiros, onde criou a Marinha, para o caso de haver uma reação portuguesa ao grito do Ipiranga, e negociou com o mundo o reconhecimento da nova nação.

O ministro também providenciou a reforma da Cadeia Velha para abrigar a Assembleia Geral, que se reuniu em 1823 para



BENEDITO CALIXTO/MUSEU IPIRANGA

Bonifácio, o Patriarca da Independência

elaborar as primeiras leis do Brasil independente, incluindo a Constituição. Ele próprio se elegeu deputado.

Um dos projetos mais discutidos na Assembleia foi o da pena de morte para quem se insurgisse contra a Independência. Segundo papéis do Arquivo do Senado, Bonifácio foi enfático na defesa da proposta e cobrou rigor contra quem agisse para submeter o Brasil de novo ao jugo português:

— Quem pode chamar de bárbaro um projeto que só tem por fim destruir as maquinações de Portugal e sustentar os direitos do Brasil? A nação nos pediria contas de cada gota de sangue brasileiro que se derramasse por não termos tomado as cautelas convenientes. A lei de represália é justa e tão antiga como o mundo. Se este projeto se fundasse em princípios despóticos, eu o rejeitaria sem hesitar. José Bonifácio nunca dobrou o joelho ao despotismo.

Ousado, o deputado apresentou dois projetos de lei que contrariaram a elite brasileira. Um previa a extinção da escravidão negra e a adoção do trabalho livre. O outro incentivava a incorporação dos índios à sociedade, inclusive com a miscigenação. Bonifácio vivera 30 anos na Europa e se incomodava com o atraso do Brasil.

Visionário, ele defendeu a reforma agrária, a preservação de rios e florestas, a abertura de universidades e a transferência da capital para o centro do país.

Da tribuna, Bonifácio argumentou que a primeira Constituição do Brasil, em gestação na Assembleia, deveria preservar a Monarquia. A República seria um erro, pois provocaria uma disputa tão selvagem pelo poder que o Império acabaria pulverizado em vários países, cada um governado por um caudilho:

— Não concorrerei para a formação de uma Constituição demagógica. Há 14 anos que se dilaceram os povos da América espanhola, os quais saíram de um governo monárquico para estabelecer uma liberdade sem limites e, depois de terem nadado em sangue, não são mais do que vítimas da desordem, da pobreza e da miséria. Enfim, senhores, confiemos nos princípios constitucionais do imperador.

Bonifácio errou ao confiar no imperador. Dom Pedro I detestou o projeto de Constituição que a Assembleia elaborou. O monarca esperava ganhar muito mais poderes do que o previsto na proposta. Em novembro de 1823, em resposta, fechou a Assembleia e expulsou Bonifácio do país.

Envenenado pela intriga dos desafetos de Bonifácio, dom Pedro I já vinha se estranhando com o antigo mentor. Quando a Assembleia foi dissolvida, fazia meses que Bonifácio havia sido demitido do ministério.

O Patriarca da Independência se exilou na França. Anistiado, voltou para o Brasil em 1829. Ele tentou ficar longe da política, mas não conseguiu. Em 1831, dom Pedro I, arrependido de ter traído Bonifácio, convidou-o para ser o tutor de dom Pedro II, que só tinha 5 anos de idade. O imperador abdicava para voltar a Portugal, e a Regência governaria até dom Pedro II ter idade para subir ao trono. Passando por cima da mágoa, Bonifácio aceitou o convite do agora ex-imperador.

O tutor precisava ser aprovado pelo Senado e pela Câmara, onde tinham assento muitos de seus velhos adversários, os mesmos que o haviam derrubado em 1823. Eles fizeram de tudo para barrar a nomeação.

— Não devemos, com medo, dobrar a cabeça a essa iniciativa do ex-imperador — protestou o deputado Evaristo da Veiga (MG).

Para o deputado Cunha Mattos (GO), o futuro monarca não precisava de tutor nenhum:

— Três regentes, seis ministros e os representantes da nação [deputados e senadores] estarão com a vista atenta sobre a sua augusta pessoa.

Bonifácio venceu as resistências e, em agosto de 1831, prestou juramento no Senado, prometendo dedicar-se de corpo e alma à formação intelectual do futuro monarca.

Seu trabalho consistia, basicamente, em selecionar os professores e acompanhar o desempenho educacional de dom Pedro II. É provável que



JOSÉ HENRIQUE DA SILVA

Dom Pedro I, insatisfeito com projeto de Constituição, fechou a Assembleia e expulsou Bonifácio do país

a conhecida paixão do imperador pela ciência tenha sido plantada pelo tutor, que construía uma notória carreira científica na Europa na virada do século.

Temendo que se repetisse com dom Pedro II a influência que Bonifácio tivera sobre dom Pedro I, os inimigos políticos logo iniciaram uma campanha para derrubá-lo. O estopim, em abril de 1832, foi uma tentativa de invasão do Paço de São Cristóvão, o palácio imperial, para sequestrar dom Pedro II. O ministro da Justiça, padre Diogo Feijó, acusou Bonifácio de conivência e pediu ao Senado e à Câmara dos Deputados a sua destituição.



ARNAUD JULIEN PALLIERE

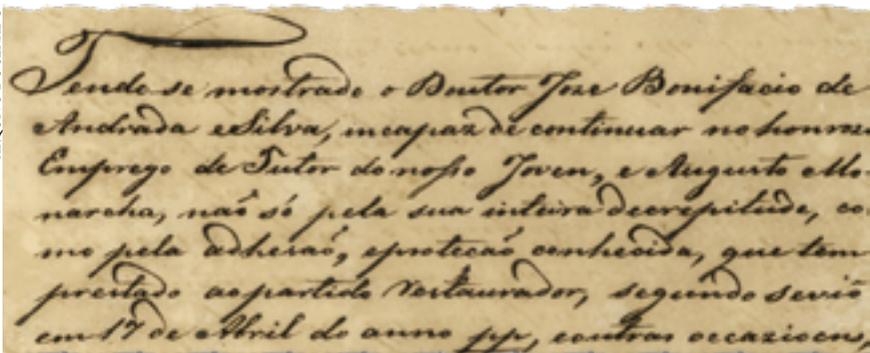
Dom Pedro II aos 4 anos de idade

— Àquela hora, a inocência do pupilo dormia e descansava sob a vigilância do tutor. Pode alguém não estremecer ao recordar-se de tão horrosa traição? A existência do tutor é perigosa à segurança do monarca — atacou o senador José Inácio Borges (PE).

— Entre o governo e o tutor, há profunda inimizade — disse o senador José de Alencar (CE), pai do futuro romancista de mesmo nome. — Para o sossego da pátria, uma das partes precisa se retirar. A Regência não pode. Deve, pois, sair o tutor.

Chegou-se a citar a idade como razão para a destituição. Bonifácio

ARQUIVO DO SENADO



Em 1833, a Câmara Municipal de Vila do Príncipe (MG) pede à Assembleia que destitua tutor de dom Pedro II: Bonifácio é acusado de ser “incapaz”, dar sinais de “decrepitude” e apoiar restauração de dom Pedro I

tinha 69 anos, um ancião para a época.

— Será um erro olhar com indiferença para avançada idade do ilustre tutor. De uma idade em que as faculdades de homem rápida e progressivamente enfraquecem, nós não podemos esperar a vigilância, a atividade e a energia que demanda a preciosa missão de cuidar do augusto pupilo — afirmou o senador Marquês de Caravelas (BA).

O Senado salvou Bonifácio, mas não conseguiu pôr fim à conspiração. Os rivais do tutor chegaram a arregimentar políticos do interior do Império. O Arquivo do Senado preserva um ofício que a Câmara Municipal de Vila do Príncipe (MG) enviou à Assembleia Geral pedindo a derrubada de Bonifácio sob a alegação de que ele havia plantado a semente do despotismo em dom Pedro I e certamente faria o mesmo com dom Pedro II.

No final de 1833, sem consultar a Assembleia Geral, a Regência baixou um decreto derrubando o Patriarca da Independência. “Custou, mas demos com o colosso em terra”, comemorou, numa carta, o novo ministro da Justiça, Aureliano Coutinho.

Desiludido, Bonifácio retirou-se de vida pública e viveu recluso na Ilha de Paquetá, no Rio, até morrer, em 1838.

O Arquivo do Senado guarda o registro de inúmeras homenagens a Bonifácio, como a feita pelo senador Danton Jobim (MDB-Guanabara) num discurso em 1972:

— Ele desenhou com precisão e minúcia o roteiro do desenvolvimento nacional, levantando ou equacionando com clarividência problemas que agora tentamos resolver. Mais que político, José Bonifácio foi um homem de Estado.



Estátua de José Bonifácio em Nova York: célebre no mundo político e também no científico



Trabalho científico de Bonifácio permitiu a criação do celular

Antes de tornar-se o Patriarca da Independência do Brasil, José Bonifácio de Andrada e Silva já era famoso na Europa. Não como político, mas como cientista.

Por volta de 1800, após embeber-se em minas da Suécia e da Noruega, Bonifácio apresentou à comunidade científica nada menos do que 12 novos minerais. Pouco depois, um colega se aprofundaria nas descobertas e identificaria num daqueles minerais o lítio — elemento químico que hoje é matéria-prima de drogas psiquiátricas, propelentes de foguetes e baterias de celulares.

A andradita, mineral descoberto em 1868, foi assim batizada para homenagear o brasileiro.

Bonifácio nasceu em Santos (SP), em 1763. Como no Brasil colonial não havia universidade, ele teve que mudar-se para Portugal, onde se diplomou em filosofia e direito. Do governo português, ganhou uma bolsa para estudar mineralogia nos países mais adiantados da Europa. A viagem durou dez anos, e nesse período Bonifácio se associou a academias científicas de diferentes nações. De volta a Portugal, o rei o incumbiu de cuidar de minas, florestas, rios, fundições e até obras públicas.

Em 1819, aos 56 anos, ele retornou para o Brasil. Bonifácio só queria aproveitar a aposentadoria em paz, no seu sítio em Santos. O destino, entretanto, reservava-lhe algo bem maior.



REPRODUÇÃO

Pesquisa de "Monsieur d'Andrada" publicada em 1792 em revista francesa de química



Dom Pedro I criou Supremo Tribunal com poderes restritos

por Ricardo Westin

Lei sancionada pelo imperador em 1828 previa que a cúpula da Justiça trataria só de casos envolvendo particulares, sendo proibida de interferir na política do Brasil



Os olhos do Brasil têm se voltado com frequência para o Supremo Tribunal Federal (STF). O país adquiriu o hábito de acompanhar com interesse e expectativa a palavra final dos 11 ministros em processos que afetam os rumos da política, da economia e até dos comportamentos sociais. Tal protagonismo, porém, não vem de berço. Quando foi criado, nos primórdios do Império, o mais alto tribunal do país era supremo só no nome.

O Supremo Tribunal de Justiça, como foi batizado, nasceu de uma lei de setembro de 1828 que previa uma corte esvaziada, quase decorativa, sem competência para influir nas questões mais relevantes do Império.

Antes de receber a assinatura de dom Pedro I e virar lei, o projeto do Supremo foi discutido e votado pelos deputados e senadores.

— O Supremo Tribunal não julgará — sentenciou o senador Visconde de Inhambupe (PE), anunciando a grande vedação imposta à nascente cúpula do Poder Judiciário, de acordo com documentos da época preservados pelo Arquivo do Senado.

— Não podemos dar ao tribunal a atribuição de interpretar a lei. Isso pertence ao legislador — acrescentou o senador Carneiro de Campos (BA), citando outra limitação do Supremo Tribunal de Justiça.

Em 1828, o Brasil era um país recém-independente e corria para enterrar ou atualizar as velhas instituições coloniais. A Constituição fora outorgada em 1824, prevendo quatro Poderes. Dom Pedro I reinava como



ARQUIVO DO STF

Governo emprestou velho casarão no centro do Rio para que o Supremo Tribunal de Justiça pudesse iniciar seus trabalhos

titular dos Poderes Executivo e Moderador (o que dava ao monarca a palavra final em todas as questões do Império). O Legislativo, dividido entre Senado e Câmara, funcionava desde 1826. A pendência era o Judiciário.

O Supremo tinha uma função meramente anulatória. A incumbência básica de seus ministros era decidir se certas condenações seriam invalidadas e se os respectivos processos passariam por um novo julgamento, que se chamava “revista”.

Após a sentença de algum Tribunal da Relação (a segunda instância do Judiciário imperial), as partes podiam recorrer ao Supremo e pedir revista quando considerassem a decisão injusta por causa de alguma falha no processo — prazo para apresentar provas não concedido, pedido de acareação negado, convocação de testemunhas questionáveis, condenação maior do que a prevista na lei etc.

Os ministros não se aprofundavam nos crimes ou litígios, mas apenas no aspecto técnico dos processos. Caso o Supremo concordasse com os argumentos da apelação, o processo iria a outro Tribunal da Relação, que faria o novo julgamento.

— Porventura, o Supremo Tribunal será a terceira instância da Justiça? Não será. Não podemos mudar a Constituição, que estabelece unicamente duas instâncias — afirmou o senador Marquês de Caravelas (BA).

Só chegavam ao Supremo recursos envolvendo causas particulares — assassinatos ou brigas por herança, por exemplo. Não cabia ao tribunal analisar nada que tocasse nos interesses do governo imperial. Para dirimir as querelas políticas, quem batia o martelo era o Conselho de Estado, formado por pessoas que eram da mais estrita confiança do soberano e respondiam diretamente a ele.

— Foi proposital. A criação de um Supremo isolado e esvaziado fez parte da estratégia política de dom Pedro I de concentrar todo o poder em suas mãos — explica a advogada e professora Carla Beatriz de Almeida, autora de uma dissertação de mestrado na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) a respeito do Supremo no Império.

De acordo com o historiador Antonio Barbosa, da Universidade de Brasília (UnB), dom Pedro I fora educado para ser um rei absolutista, mas, quando chegou a hora de assumir o trono, o mundo já não era o mesmo:

— Acabava o antigo regime e começava a era do liberalismo, das monarquias constitucionais. Dom Pedro I não estava preparado para isso, o

que fez seu reinado ser marcado, do início ao fim, por crises e conflitos. Ele nunca gostou de ter seu poder limitado. Foi por isso que dissolveu a Assembleia Constituinte, em 1823. Foi por isso que criou um Supremo inofensivo.

Durante as discussões sobre o Supremo, alguns senadores tentaram impedir que dom Pedro I tivesse a prerrogativa de escolher o presidente do novo tribunal. Para eles, isso impediria que o Judiciário fosse independente.

— É necessário que esses magistrados não tenham nada a que aspirar. Como hão de dar uma sentença com franqueza sabendo que o imperante, de quem dependem para subir à Presidência do tribunal, deseja que ela seja dada desta ou daquela maneira? Um ou outro poderá deslizar-se do seu dever — advertiu o Marquês de Caravelas, defendendo que o presidente fosse eleito pelos próprios colegas.

Os aliados do imperador no Senado falaram mais alto e derrubaram argumentos como o de Caravelas.

— Não se pode figurar o novo tribunal como colégio pontifício ou colégio eleitoral, que cheiram a democracia demais — ironizou o senador Visconde de Cayru (BA). — Além disso, é de experiência que o presidente de nomeação do monarca infunde superior respeito e previne alterações e indecências que às vezes se experimentam.

Logo no primeiro artigo, a lei de 1828 dizia que o Supremo seria composto de 17 ministros — número ímpar para evitar empates — e que eles usariam beca e capa, seriam tratados por “Excelência”, trabalhariam dois dias por semana e receberiam salário de 4 contos de réis. O valor do ordenado animou os debates no Senado.

— Não sei se o ordenado de 4 contos de réis é suficiente para esses primeiros magistrados, que devem ter um tratamento muito decente. No tempo atual, decerto não é suficiente, porque só a casa e uma carruagem montada levam metade dessa quantia, se não mais — disse Carneiro de Campos.



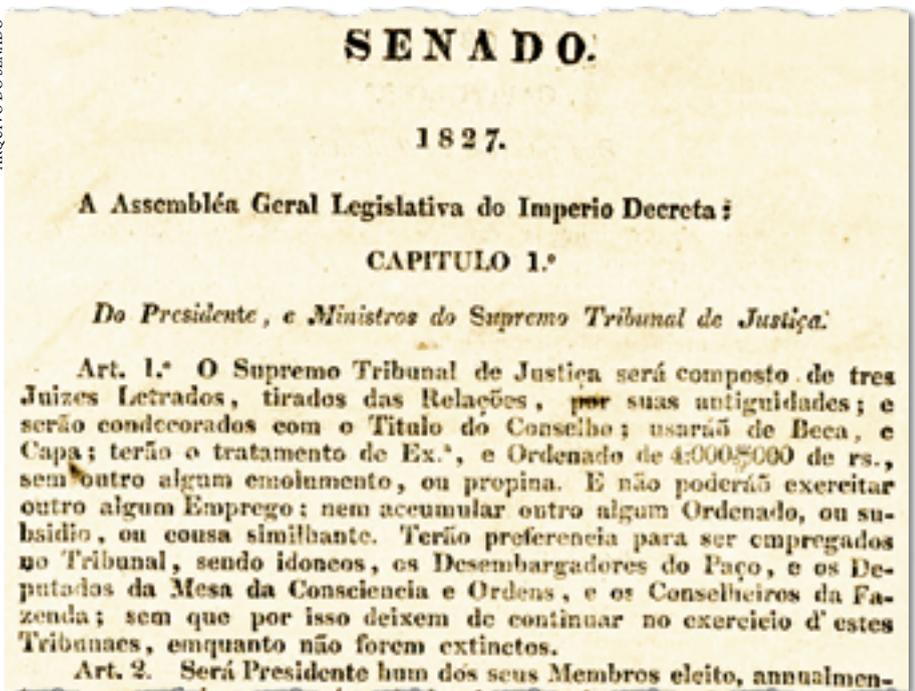
Dom Pedro I tinha estratégia de esvaziar instituições do Império em seu proveito

O senador Marquês de Santo Amaro (RJ) chegou a apresentar uma emenda prevendo um ordenado de 4 contos e 800 mil-réis, mas os colegas a rejeitaram.

Na primeira composição, o Supremo teve 14 ministros. Três assentos ficaram vagos. Pela lei, as vagas deveriam ser ocupadas pelos desembargadores mais antigos dos quatro Tribunais da Relação do Império (Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Maranhão). A advogada e professora Carla Beatriz explica:

— É provável que desembargadores tenham recusado o convite do governo. Pela estrutura que se deu ao Supremo, o mais vantajoso para os juizes era permanecer nos tribunais de segunda instância, onde tinham muito mais poder e prestígio e de onde podiam partir para a carreira política. Afinal, eram os Tribunais da Relação que davam a decisão final nos processos judiciais, e não o Supremo.

Todos os ministros da primeira composição do Supremo Tribunal de Justiça eram ex-alunos da Universidade de Coimbra, em Portugal. A coincidência tem explicação. Como estratégia de dominação, Portugal não



Senado discutiu criação do Supremo: projeto original previa 3 ministros, e não 17, como acabou sendo aprovado

permitia universidades em suas colônias. Para os jovens brasileiros de famílias ricas, a opção era estudar na metrópole. O Brasil só abriria seus primeiros cursos de direito naquele mesmo ano de 1828 — um em Olinda e outro em São Paulo.

O desprestígio do Supremo ficou evidente logo na primeira reunião, em janeiro de 1829. Dom Pedro I não se dignou a comparecer à inauguração. Os ministros tiveram que se dar por satisfeitos com um retrato do imperador afixado na parede principal.

Além disso, a corte não ganhou sequer um prédio próprio. Os trabalhos começaram, em caráter provisório, no velho casarão do Senado da Câmara (espécie de câmara de vereadores da época colonial), no Rio.

Diferentes reformas para fortalecer o Supremo Tribunal de Justiça foram aventadas no decorrer das décadas seguintes, mas nenhuma teve sucesso. As mudanças só vieram a partir da República — a começar pelo nome,

que passou para Supremo Tribunal Federal em 1890. O atual protagonismo se deve aos poderes que lhe foram conferidos pela Constituição de 1988.

A primeira formação

O Supremo Tribunal de Justiça deveria ter **17 ministros**, mas começou funcionando com **14**

14 ministros

- 8 brasileiros
- 4 portugueses
- 1 de naturalidade desconhecida

Média de idade: 53 anos

- mais novo: 40 anos
- mais velho: 67 anos

Todos os ministros da primeira formação se graduaram na **Universidade de Coimbra, Portugal**



José Albano Fragoso

Primeiro presidente do tribunal tinha 61 anos e era natural de Portugal

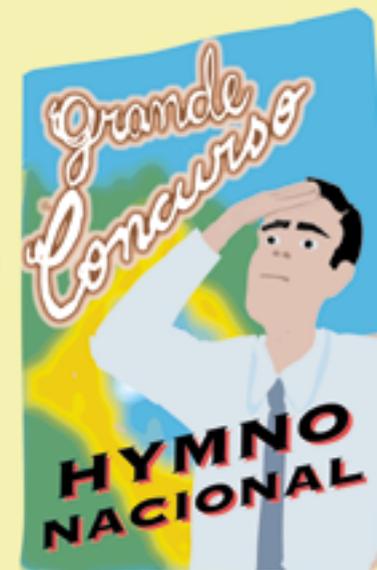




A história pouco conhecida do Hino Nacional

por Ricardo Westin

No Império, a marcha teve duas letras diferentes, uma atacando os portugueses e a outra enaltecendo dom Pedro II. Nas três primeiras décadas da República, a música ficou só com a parte instrumental, sem verso nenhum



O Hino Nacional tem uma melodia inconfundível. Bastam dois acordes para que se reconheça de imediato. A música comove. Nos torneios internacionais, quando um brasileiro sobe ao pódio, a cadência heroica da melodia deixa a plateia ainda mais emocionada.

A letra é um capítulo à parte. Nem todos dão conta de cantar os versos sem tropeçar. Por lei, o Hino Nacional deve ser executado nos colégios do país ao menos uma vez por semana. Na sala de aula, os professores ensinam as crianças a decifrar o significado de “lábaro”, “florão”, “garrida” e outros termos rebuscados.

Documentos antigos guardados no Arquivo do Senado e no Arquivo da Câmara dos Deputados, em Brasília, mostram que, por trás do Hino Nacional que os brasileiros ouvem e cantam hoje em dia, existe uma história que é fascinante e pouco conhecida.

A melodia vem do Império. A épica marcha do Hino Nacional que o Brasil ouve hoje é a mesma que dom Pedro II ouvia nas cerimônias oficiais. Ela foi concebida por volta de 1830, pelo maestro Francisco Manoel da Silva.

— É um hino imponente e cheio de heroísmo, mas é difícil de ser executado. Exige uma destreza muito grande dos instrumentistas — analisa o maestro Claudio Cohen, regente da Orquestra Sinfônica de Brasília.

O maestro Francisco Manoel da Silva, que compôs a melodia do Hino Nacional

LUÍS ALEIXO BOULANGER/CC

Os versos atuais, por sua vez, são a terceira versão a acompanhar os acordes de Manoel da Silva. A primeira letra do Hino Nacional tratava da abdicação de dom Pedro I, em 1831. O episódio foi decisivo por ter afastado de vez os portugueses do Brasil e consolidado a Independência. A segunda letra veio em 1841, por ocasião da coroação de dom Pedro II. Os versos exaltavam as qualidades do soberano.

Com o golpe que derrubou o Império, em 1889, o novo governo logo se empenhou em sepultar os legados monárquicos e substituí-los por símbolos nacionais republicanos. Por isso, organizou um concurso público para escolher um novo Hino Nacional.

No meio da competição, entretanto, houve uma reviravolta. Influenciado por militares e jornalistas, o presidente Deodoro da Fonseca decidiu que o velho Hino Nacional seria mantido — mas só a melodia, sem a letra.

Durante as três primeiras décadas da República, o Hino Nacional foi destinado a ser apenas ouvido, e não cantado.

Em 6 de setembro de 1922, véspera do centenário da Independência, o presidente Epitácio Pessoa assinou a lei que oficializou os versos pomposos do poeta Joaquim Osório Duque-Estrada — que começam com “Ouviram do Ipiranga as margens plácidas” — como aqueles que devem acompanhar a melodia composta quase um século antes por Manoel da Silva.

Duque-Estrada compusera a letra havia certo tempo, em 1909. A partir de então, o Senado e a Câmara dos Deputados estudaram diversos projetos de lei que buscavam oficializá-la, mas a divergência entre os parlamentares impediu que as propostas vingassem.

Foi a pressão da chegada das comemorações do centenário da Independência que fez o Congresso Nacional finalmente aprovar o projeto de lei que Epitácio Pessoa sancionaria em 1922.

— Com o apoio da historiografia, a República fez um esforço tão grande para sacralizar e imortalizar a sua própria versão do Hino Nacional que acabou apagando toda a história da composição e levando a um completo esquecimento do passado — diz o professor de história da música Avelino Romero Pereira, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UniRio).

No Império, só cantores líricos conseguiram entoar música

Ao longo do Brasil monárquico, o Hino Nacional teve duas letras diferentes (uma de 1831 e outra de 1841), ambas acompanhando a mesma melodia triunfal que é tocada hoje em dia. As versões do Império, no entanto, não eram feitas para a voz dos súditos comuns. Apenas os cantores profissionais dominavam a técnica para entoá-las.

A razão é que os versos antigos eram bem mais curtos do que os atuais. Experimentalmente, no canto, substituir “Ouviram do Ipiranga as margens plácidas” por “Os bronzes da tirania” (1831) ou “Quando vens, faustoso dia” (1841). Não dá certo. É preciso fazer um contorcionismo vocal e esticar quase todas as sílabas.

O Hino Nacional que o Brasil canta atualmente não exige grande talento vocal porque cada sílaba se encaixa perfeitamente em sua respectiva nota musical. O canto é quase intuitivo.

No Império, o Hino Nacional só podia ser cantado nos teatros, por artistas que dominassem a técnica de alongar os sons vocálicos e acomodar uma sílaba em mais de uma nota. Assistir à apresentação do Hino Nacional era praticamente o mesmo que assistir a uma ópera.

— A prática operística era cultivada nas cortes de dom João VI, dom Pedro I e dom Pedro II. Os versos do Hino Nacional, portanto, se adaptavam perfeitamente à estética da época — afirma o professor de história da música Avelino Romero Pereira, da UniRio.

As primeiras letras

No Império, o Hino Nacional teve duas letras, que acabaram sendo abandonadas. A melodia era a mesma que se toca hoje

Versão de 1831

*Os bronzes da tirania
Já no Brasil não rouquejam.
Os monstros que o escravizam
Já entre nós não vicejam.*

*Da Pátria o grito
Eis se desata
Desde o Amazonas
Até ao Prata.*

*Ingratos à bizzarria,
Invejosos do talento.
Nossas virtudes, nosso ouro
Foi seu diário alimento.*

*Da Pátria o grito
Eis se desata
Desde o Amazonas
Até ao Prata.*

Versão de 1841

*Quando vens, faustoso dia,
Entre nós raiar feliz,
Vemos em Pedro Segundo
A ventura do Brasil.*

*Da Pátria o grito
Eis se desata
Desde o Amazonas
Até ao Prata.*

*Negar de Pedro as virtudes,
Seu talento escurecer
É negar como é sublime
Da bela aurora o romper.*

*Da Pátria o grito
Eis se desata
Desde o Amazonas
Até ao Prata.*

Fontes: *Jornal O Sete d'Abril* (edição 16, de 1833) e *História do Hino Nacional Brasileiro* (Biblioteca do Exército), de Mariza Lira



Dom Pedro I entrega sua carta de abdicação, em abril de 1831

A primeira letra foi redigida pelo poeta e juiz Ovídio Saraiva de Carvalho, em comemoração à abdicação de dom Pedro I, em 1831. Com a renúncia do imperador nascido em solo português em favor de seu filho brasileiro, rompiam-se os últimos e incômodos vínculos que ainda prendiam o Brasil a Portugal.

Os versos do primeiro Hino Nacional eram raivosos no ataque aos portugueses. Na música, eles apareciam como “monstros” que agiam com “tirania” e se alimentavam de “nossas virtudes, nosso ouro”. A letra chegava a propor que o Rio de Janeiro, a capital do Império, passasse a se chamar “Rio de Abril” — referência a 7 de abril, data da abdicação.

Essa versão foi abandonada em 1841, quando um autor desconhecido compôs a segunda, para celebrar a subida de dom Pedro II ao trono, após uma década de Regência. Da primeira versão, o compositor manteve o refrão. A nova letra exagerava na bajulação. O poeta chamava o novo imperador de “ventura do Brasil” e dizia que era impossível “negar de Pedro as virtudes”.

A melodia, que o Brasil jamais abandonou, foi criada pelo maestro Francisco Manoel da Silva. A data da composição instrumental é incerta. Os historiadores dizem que pode ter sido em qualquer momento entre a Independência, em 1822, e a abdicação, em 1831.

Em boa parte do século 19, Manoel da Silva foi a grande estrela da música brasileira. Eclético, ele produziu de canções sacras a modinhas e lundus



A coroação de dom Pedro II, em 1841, é o mote da segunda letra do Hino Nacional

(músicas com letras de duplo sentido). Foi o compositor do Hino Nacional quem musicou o lundu *A Marrequinha*: “Se dançando à brasileira, / Quebra o corpo a iaiázinha, / Com ela brinca pulando / Sua bela marrequinha”.

Marechal Deodoro fez concurso para trocar hino

Era o finzinho de novembro de 1889 e os brasileiros, que ainda digeriam a expulsão de dom Pedro II e a implantação da República, ocorridas no dia 15, passaram a acompanhar pelos jornais uma emocionante competição nacional organizada pelo Governo Provisório. Músicos do Brasil inteiro foram chamados para propor um novo Hino Nacional.

Os republicanos buscaram eliminar todos os símbolos que remetessem ao velho regime. A bandeira foi trocada. Ruas, escolas e até mesmo navios de guerra da Marinha ganharam novos nomes. A Estrada de Ferro de Dom Pedro II, por exemplo, virou Estrada de Ferro Central do Brasil.

O concurso era apenas para a melodia. A letra já estava escolhida. Os competidores precisariam criar um acompanhamento para os versos do poeta Medeiros e Albuquerque que diziam “Liberdade! Liberdade! Abre as asas sobre nós!”. O autor da letra era secretário do Ministério do Interior.

Encerradas as inscrições, registram-se 29 composições. A grande decisão se daria em 20 de janeiro de 1890, no Teatro Lírico, no Rio.

O sepultamento do velho Hino Nacional, porém, encontrava resistências. Intelectuais adeptos do positivismo (filosofia que fazia uso da ciência para explicar o mundo), que tinham forte influência sobre o Exército e o governo, argumentavam que a tradição era importante para definir o presente e o futuro e não poderia ser apagada na marra.

Os críticos musicais, por sua vez, temiam que aparecessem no concurso apenas melodias medíocres, não condizentes com a grandeza da pátria. A maior reação veio do crítico Oscar Guanabarro. Segundo ele, muitas das composições inscritas eram “música de dança”, e o concurso deveria ser cancelado.

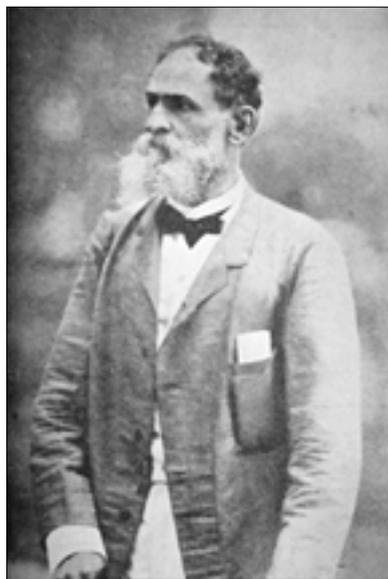
“Aqueles hinos atestam a ignorância completa de seus autores em matéria de arte musical, procurando apenas renome adquirido pela adoção de sua frívolas e irrisórias melodias como hino”, escreveu.

Guanabarro defendeu a manutenção do velho Hino Nacional, pois, para ele, sua melodia representava o Brasil, e não dom Pedro II ou o Império.

“Apelamos para o chefe do Governo Provisório: — Marechal Deodoro da Fonseca, nos campos do Paraguai, quando, à frente das colunas inimigas, a vossa espada conquistava os louros da vitória e as bandas militares tangiam o Hino Nacional, qual era a ideia, o nome que acudia à vossa mente no instante indescritível do entusiasmo: a pátria ou o imperador?”

Em 15 de janeiro, nos festejos do segundo mês da Proclamação da República, no Palácio Itamaraty, sede da Presidência, o ministro da Guerra, Benjamin Constant, atuou como porta-voz dos positivistas e apresentou a Deodoro os argumentos pela conservação do Hino Nacional. Sem resistência, o presidente deixou-se convencer.

Após a decisão, a banda militar que se apresentava no Itamaraty pôs-se a tocar o antigo Hino Nacional com vigor. Aos primeiros acordes, as pessoas que acompanhavam os festejos entraram em pânico e saíram correndo. Acharam que a música era a senha para a deflagração



MUSEU DO EXÉRCITO

Deodoro da Fonseca, que desistiu de trocar a melodia do Hino Nacional

de um contragolpe para derrubar Deodoro e restabelecer a Monarquia.

Era, porém, tarde demais para cancelar o concurso que mobilizava o país. A final ocorreria dentro de cinco dias. A solução foi manter a competição, porém transformando a letra de Medeiros e Albuquerque e a melodia vencedora no Hino da Proclamação da República.

No grande dia, com Deodoro no camarote de honra do Teatro Lírico, o público e o júri escolheram a composição do maestro Leopoldo Miguez. Logo em seguida, o presidente assinou o decreto conservando a velha melodia como o Hino Nacional — mas sem letra.

— Quase foi-se o Hino Nacional. Por um triz que não o perdemos — afirmou o senador Moraes Barros (SP) num discurso no Plenário poucos anos mais tarde, em 1895.

Maestro pressionou pela adoção de “Ouviram do Ipiranga”

Em novembro de 1906, o maestro Alberto Nepomuceno assistiu à cerimônia de posse do presidente Affonso Penna e notou que cada uma das três bandas militares que se apresentaram no Palácio do Catete tocou o Hino Nacional de uma forma diferente. As variações o incomodaram profundamente.

Foi então que Nepomuceno decidiu embrenhar-se pelos arquivos públicos do Rio em busca da partitura original composta no início do Império pelo maestro Francisco Manoel da Silva. Após encontrá-la, ele, como diretor do Instituto Nacional de Música, proporia a norma que deveria guiar a execução instrumental.

Nepomuceno, porém, se deu conta de que poderia ir além. Ele entendeu que era o momento de o Hino Nacional finalmente voltar a ter letra. Desde a Proclamação da República, em 1889, era apenas uma melodia instrumental. Alguns estados chegavam a ter letras locais, improvisadas pela própria população.

Segundo o maestro, era importante para a formação cívica dos estudantes que eles cantassem o Hino Nacional, e não apenas o escutassem sem letra. Ele convenceu Affonso Penna a pedir ao Congresso Nacional que elaborasse e aprovasse um projeto de lei abrindo um concurso público para a escolha dos novos versos, com um prêmio de 2 contos de réis para o vencedor.

A sugestão que o governo enviou ao Congresso continha um modelo

Um hino e muitas versões

O governo preparou um modelo métrico no qual Osório Duque-Estrada se baseou para compor a atual letra do Hino Nacional, famosa pelas frases em ordem indireta e pelo vocabulário rebuscado

Modelo métrico

*Brasil é teu destino ó Pátria amada,
Pugnar em prol da paz e do direito.
Fazer perante os mesmos respeitados
Princípios de justiça e de equidade.*

*Que a razão seja o teu lema,
E a tua arma seja o gládio da Justiça!
Seja o teu culto a verdade.
E oficinas, campos sejam tua liça!*

Letra original

*Ouviram do Ipiranga as margens plácidas
De um povo heroico o brado retumbante,
E o sol da liberdade, em raios fúlgidos,
Brilhou no céu da Pátria nesse instante.*

*Se o penhor dessa igualdade
Conseguimos conquistar com braço forte,
Em teu seio, ó liberdade,
Desafia o nosso peito a própria morte!*

Versão em ordem direta

*As margens plácidas do Ipiranga ouviram
O brado retumbante de um povo heroico,
E o sol da liberdade brilhou
Em raios fúlgidos no céu da Pátria nesse instante.*

*Se conseguimos conquistar o penhor dessa igualdade
Com braço forte,
O nosso peito desafia a própria morte em teu seio,
Ó liberdade!*

Versão simplificada

*Nas margens tranquilas do Riacho do Ipiranga,
Ouviu-se o grito muito forte de um povo heroico,
E, nesse instante, o sol da liberdade
Brilhou no céu do Brasil com raios cintilantes.*

*Se nós conseguimos conquistar
O direito de sermos iguais às demais nações,
Poderemos dar a nossa própria vida
Se isso for necessário para mantermos a nossa liberdade.*

Fonte: Em Defesa do Hino Nacional Brasileiro (Juruá Editora), de Pedro Nicolau Pinto, e Almanaque Abril 2012 (com adaptações)

de letra, para que os poetas inscritos no concurso conhecessem a extensão esperada de cada verso e soubessem quais deveriam ser as sílabas tônicas, garantindo o casamento perfeito entre a nova letra e a velha melodia.

Para que a ideia vingasse, Nepomuceno acionou dois amigos em 1909: o deputado e escritor Coelho Netto (MA) e o poeta Osório Duque-Estrada. O primeiro apresentou na Câmara uma emenda a um projeto de lei prevendo o concurso. O segundo começou a criar o seu poema, fiel ao modelo métrico elaborado por Nepomuceno e remetido ao Congresso pelo governo.

— Esse hino tem sido companheiro das nossas glórias e vicissitudes e precisa ser cantado por todos os filhos deste grande país. É um hino que canta, mas não fala. É preciso que fale, que saiba traduzir a beleza das nossas mulheres, a pureza do nosso céu, o ruído das nossas cascatas e a impetuosidade do nosso amor — argumentou Coelho Netto.

O relator do projeto, deputado Germano Hasslocher (RS), defendeu a rejeição da emenda. Para ele, a canção nacional não pode ser escolhida por concurso, pois seria artificial:

— Os hinos são músicas acompanhadas de letras interpretativas do sentimento popular. É preciso que em uma e outra haja espontaneidade, o acordo perfeito e completo com o sentimento geral do país. Esse acordo e essa espontaneidade não se encontram com facilidade em uma obra de encomenda. A França abriu sempre concursos para conseguir um hino, mas *A Marselhesa*, que não foi feita por encomenda, suplantou todos.

A emenda foi rejeitada. Alberto Nepomuceno, no entanto, não se deu por vencido. O diretor do Instituto Nacional de Música ficou tão satisfeito com o poema escrito por Osório Duque-Estrada (“Ouviram do Ipiranga as mar-

Osório Duque-Estrada, poeta
que compôs a terceira letra
do Hino Nacional



REPRODUÇÃO/LIVRO FLORA DE MAIO

LETRA DO HYMNO NACIONAL

3ª discussão da proposição da Camara dos Deputados n. 26, de 1922, que manda considerar como official a letra do Hymno Nacional Brasileiro, escripta por Ozorio Duque Estrada.

Approvada; vai á sancção.

Em agosto de 1922, o Senado aprova o projeto que oficializa a letra do Hino Nacional

gens plácidas...”) que imprimiu várias cópias dele e as enviou para escolas e quartéis de todo o país, para que, mesmo sem ser oficial, começasse a ser aprendida por todos.

— Pode-se dizer que Nepomuceno deu um pequeno golpe, forçando a barra para que a obra de Duque-Estrada caísse no gosto dos brasileiros — explica o historiador Avelino Romero Pereira, professor da UniRio e autor do livro *Música, Sociedade e Política: Alberto Nepomuceno e a República musical* (ed. UFRJ).

Em 1910, o deputado Coelho Netto apresentou uma nova emenda, dessa vez determinando que os versos de Duque-Estrada fossem os oficiais, uma vez que já vinham sendo cantados pelo Brasil afora, e que, por isso, o poeta seria recompensado com 5 contos de réis. Houve mais discussão na Câmara. Os deputados rejeitaram a oficialização da letra, mas aprovaram o prêmio.

Vários projetos semelhantes passaram pela Câmara e pelo Senado, sempre sendo engavetados. A situação só mudaria em 1922.

“Poucos meses faltam para as festas do centenário da Independência [em 7 de setembro de 1922], faltando assim, materialmente, tempo para abrir-se um concurso com resultado satisfatório”, informa um documento que está guardado no Arquivo do Senado e foi escrito pelos senadores naquele ano.

O presidente Epitácio Pessoa tinha urgência porque ele havia escolhido a festa da Independência para inaugurar o rádio no Brasil e desejava que o Hino Nacional fosse cantado na primeira transmissão. Por isso, a Câmara e o Senado correram para aprovar tanto a compra da letra — com o governo pagando mais 5 contos de réis a Duque-Estrada — quanto a sua oficialização. Epitácio Pessoa sancionou a lei em 6 de setembro, véspera do centenário.





Senado e Câmara aprovaram projeto da Lei Áurea em 5 dias

por Ricardo Westin



A libertação dos escravos, em 1888, veio após uma disputa entre a princesa Isabel e parlamentares ligados à agricultura. Os fazendeiros do café só admitiam a abolição se ocorresse de forma gradual, não abrupta, e houvesse indenização



Em 13 de maio de 1888, um domingo, a princesa Isabel assinou a lei mais famosa do Brasil — a Lei Áurea —, libertando todos os escravos do Império e implodindo o famigerado sistema socioeconômico que vigorava desde o Descobrimento.

A Lei Áurea nasceu em tempo recorde. O governo imperial enviou ao Parlamento numa terça-feira o projeto de lei que aboliria a escravidão. Os deputados aprovaram o texto na quinta. Os senadores, no domingo. A lei foi sancionada pela princesa imediatamente, e o Rio de Janeiro, capital do Império, explodiu em festa.

A aprovação, contudo, não foi unânime. Documentos guardados no Arquivo do Senado, em Brasília, revelam um lado pouco conhecido da história: houve um grupo de parlamentares — reduzido, porém ruidoso — que se posicionou contra a abolição nos termos da Lei Áurea. Seis senadores e nove deputados votaram pela derrubada do projeto.

Defensores dos interesses dos fazendeiros do café, eles profetizaram em tom catastrofista que o fim abrupto do trabalho escravo tornaria a agricultura inviável e, como consequência, levaria a economia nacional à ruína.

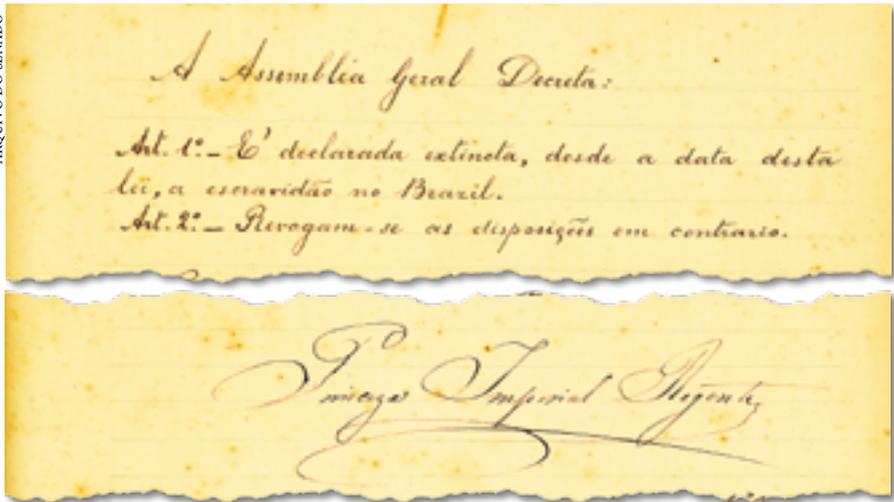
Principal líder da bancada escravagista, o senador Barão de Cotegipe (BA) discursou:

— Tenho algum conhecimento das circunstâncias da nossa lavoura, especialmente das províncias de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro

MARC FERREZ



População se reúne diante do Paço da Cidade (atual Paço Imperial), no Rio de Janeiro, para saudar a princesa Isabel logo após a sanção da Lei Áurea



Arquivo do Senado guarda o original da Lei Áurea com a assinatura da princesa Isabel

e Bahia, e apanço que a crise será medonha. A verdade é que haverá uma perturbação enorme no país durante muitos anos.

O senador Paulino de Souza (RJ), ele próprio um latifundiário do Vale do Paraíba (região entre as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro), bateu na mesma tecla:

— O elemento servil é o único trabalho organizado em quase todo o país, inclusive na extensíssima e rica zona das margens do Rio Paraíba, que tem sido nestes últimos 50 anos a oficina da riqueza nacional. Eu, ligado por muitos laços com os outros produtores da região, tenho o dever de colocar-me na resistência, em defesa de tamanhos e tão legítimos interesses, que entendem tanto com a fortuna particular como com a ordem econômica e financeira do Estado.

Em outra frente, Cotegipe classificou o projeto de inconstitucional:

— A Constituição, as leis civis, as eleitorais, as de impostos etc., tudo reconhece o escravo como propriedade. Mas, de um traço de pena, legisla-se que não existe mais tal propriedade, que tudo pode ser destruído por meio de uma lei, sem atenção a direitos adquiridos? Daqui a pouco se pedirá a divisão dos latifúndios, a expropriação, seja por preço mínimo ou de graça. Esperem. O primeiro passo é o que custa a dar, depois...

Pela rejeição do projeto da Lei Áurea, Cotegipe chegou a recorrer a argumentos humanitários:

— Agora entro em cheio no mar da caridade e da filantropia e pergunto qual é a sorte dos libertados, quais os preparativos para que aqueles que abandonarem as fazendas tenham ocupação honesta. Temos um frisante exemplo no Peru. Ali, os escravos foram de uma vez libertados. Uma pequena parte continuou nas fazendas, outra parte morreu pelas estradas e nos hospitais, e outra foi morta a tiro. Quer dizer que estes últimos se tornaram saqueadores, atacavam os viandantes e as fazendas e praticavam toda casta de barbaridade.

A bancada abolicionista reagiu. O senador Dantas (BA) assegurou que o discurso dos dois colegas contrários à Lei Áurea era exagerado e falso:

— Nos últimos 17 anos [por força da Lei do Ventre Livre e da Lei dos Sexagenários], 800 mil escravos desapareceram do Brasil. É justamente neste período que se nota a maior riqueza no país, grande aumento de trabalho e produção e, como consequência, considerável elevação da renda pública. Se foram essas as consequências da diminuição do trabalho escravo em mais da metade, o que se deve esperar é que o desaparecimento de 600 mil criaturas escravas não produzirá a nossa ruína, antes aumentará a nossa prosperidade, graças ao trabalho livre, ao trabalho nobilitado.

O senador João Alfredo (PE) explicou que, concretizada por meio de lei e conforme o desejo da Coroa e do Parlamento, a abolição seria uma medida prudente e estratégica, pois impediria o Brasil de mergulhar numa



CHRISTIANO JUNIOR

Escravos são a principal força de trabalho nas fazendas de café no Império

guerra civil entre abolicionistas e escravagistas, tal qual a Guerra de Secessão, que arrasara os Estados Unidos duas décadas antes. A preocupação do senador não era exagerada. O Brasil já assistia a confrontos isolados e sangrentos entre os dois lados.

— Muito infeliz foi o Brasil herdando a escravatura. Porém, mais infeliz será se a sua extinção não for conseguida mediante sábias cautelas e previsões, de modo que não acarrete graves perturbações — disse João Alfredo. — Ninguém aspira à extinção com mais ardentes votos do que eu, mas desejo a reforma com espírito e processo conservadores.

Décadas antes, dom Pedro II havia fechado com a poderosa classe dos latifundiários uma espécie de acordo tácito por meio do qual a escravidão não seria abolida repentinamente. Em vez disso, seria eliminada de forma lenta, gradual e segura, de modo a não provocar nenhum grande abalo nas plantações, responsáveis pela sustentação política e econômica do Império.

Foi buscando a abolição gradual que se aprovaram a Lei do Ventre Livre (1871) e a Lei dos Sexagenários (1885). Pela primeira, os filhos de escravas passaram a nascer livres. Pela segunda, os escravos passaram a ganhar a liberdade aos 60 anos.

As duas leis bastariam para que a escravidão encolhesse até desaparecer naturalmente por volta de 1930. Considerando a alta taxa de mortalidade dos negros e o crescente número de cartas de alforria, o fim poderia até vir antes disso.

Esse pacto não escrito entre a Coroa e a elite foi lembrado no Senado, de forma sutil, nas discussões do projeto da Lei Áurea.

— Pretende-se dividir os brasileiros em escravocratas e não escravocratas, tornando odiosos aqueles que pugnam pela restrita execução das leis de 1871 e 1885 — afirmou o senador Cotegipe. — Isso não é certo. Na prática, a escravidão já está extinta. A questão é apenas de prazo.

Cotegipe, aliás, costumava chamar a lei de 1871, que libertou os recém-nascidos, de Lei Áurea, na tentativa de convencer seus interlocutores de que ela era a norma suprema do abolicionismo. Qualquer outra que se propusesse, portanto, seria desnecessária.

Às vésperas de 1888, porém, muita coisa mudou e aquele acordo tácito se tornou insustentável. O movimento abolicionista cresceu de forma extraordinária e intensificou a sua propaganda. Jornais e revistas entraram com tudo na campanha. Ante tantos argumentos, a crescente elite urbana,

menos dependente dos escravos do que a elite rural, se convenceu de que já passava da hora de acabar com a escravidão.

O Exército, por sua vez, estava farto das incômodas missões de caçar e matar negros fugidos e destruir quilombos. Além disso, havia pressões internacionais. O Reino Unido exigia leis abolicionistas desde a Independência. O papa Leão XIII chegou a criticar publicamente o sistema escravagista do Brasil. Em 1886, o senador Dantas afirmou:

— Sempre que penso que hoje o Brasil é a única nação do mundo cristão com escravos, sinto uma revolta contra esse obscurantismo e contra o desconhecimento dos direitos da civilização, do cristianismo e da liberdade. Temos que acabar de uma vez com essa instituição daninha e maldita que ainda existe.

A grande reviravolta ocorreu em junho de 1887, quando dom Pedro II viajou para a Europa com o objetivo de cuidar da saúde, debilitada pelo diabetes, e a princesa Isabel assumiu a Coroa pela terceira e última vez. Católica fervorosa e abolicionista convicta, ela decidiu que era chegado o momento de romper o acordo pela abolição gradual e sepultar imediatamente a escravidão.

O plano só não vingou em 1887 porque o primeiro-ministro do Império era o Barão de Cote-gipe, o mesmo senador que no ano seguinte faria discursos inflamados contra o projeto da Lei Áurea. O primeiro-ministro escravagista fez de tudo para frear os ímpetos da princesa.

Apoiados por Isabel, senadores e deputados apresentaram diversos projetos

Contradição:
vitorioso na Guerra
do Paraguai, soldado
negro volta livre
e se choca com a
escravidão



ANGELO AGOSTINI



Choque no Império: a princesa Isabel e o primeiro-ministro Cotegipe divergem sobre a abolição; para abrir caminho para a Lei Áurea, a regente força o político a pedir demissão

de lei abolicionistas em 1887. Uma proposta do senador Dantas previa o fim da escravidão para 31 de dezembro de 1889 e uma espécie de reforma agrária, com os ex-escravos sendo assentados em glebas às margens de rios e ferrovias.

Um projeto do senador Escagnolle Taunay (SC) marcava a abolição para o Natal de 1889, com a obrigação de os ex-escravos continuarem trabalhando para os ex-senhores por mais um ano, agora com salário. A proposta também determinava que o governo espalharia os libertos pelo Império, de modo a evitar a sua “acumulação” nas cidades.

O primeiro-ministro conseguiu engavetar todos os esboços da Lei Áurea. A princesa, então, percebeu que, se quisesse que a causa abolicionista prosperasse, teria que derrubar o chefe do gabinete ministerial. Em março de 1888, usando como desculpa um incidente na segurança do Rio, Isabel exigiu que Cotegipe demitisse o chefe de polícia da capital. Ofendido, ele se recusou a fazê-lo e renunciou.

Livre do incômodo primeiro-ministro, a princesa escolheu como substituto o senador João Alfredo, afinado com as ideias abolicionistas.



Aprovada em 1871, a Lei do Ventre Livre pretende encerrar a escravidão no Império de forma lenta e gradual

Isabel, que já tinha o apoio popular, ganhou o respaldo político que lhe faltava para acabar com a escravidão.

Em 3 de maio, na fala do trono (discurso no Senado com o qual a Coroa abria os trabalhos anuais do Parlamento), Isabel avisou aos senadores e deputados que queria a aprovação da Lei Áurea, “aspiração aclamada por todas as classes”. No dia 8, a proposta do governo chegou à Câmara. No dia 13, o sucinto projeto — com dois curtos artigos — foi transformado em lei.

A pressão e a pressa foram tantas que o Senado trabalhou inclusive no sábado e no domingo. A comissão de senadores encarregada de fazer a primeira análise do texto emitiu seu parecer favorável em cinco minutos.

Em todas as sessões, a população encheu as galerias e os arredores da Câmara e do Senado. O deputado Andrade Figueira (RJ), contrário à abolição, irritou-se com a “invasão de pessoas estranhas à Câmara” e disse que a “augusta majestade do recinto” havia virado um “circo de cavalinhos”. O deputado Joaquim Nabuco (PE), célebre abolicionista, acusou o colega de ter “coração de bronze”.

No final, atropelados pela onda abolicionista, os parlamentares escravocratas já sabiam que perderiam e até passaram a admitir a abolição imediata — mas com a condição de que o governo indenizasse os senhores com títulos da dívida pública. Inúmeros projetos de lei com essa previsão foram apresentados antes e depois da Lei Áurea, mas nenhum vingou.

— O cidadão brasileiro não pode ser privado de uma propriedade legal e garantida senão mediante prévia indenização do seu valor. É o que está na lei fundamental do Império — discursou no dia 13 o senador e latifundiário Paulino de Souza.

O historiador Mauro Henrique Miranda de Alcântara, autor de *D. Pe-*



Lei dos Sexagenários: poucos escravos chegam à idade de 60 anos para ganhar a liberdade

dro II e a Emancipação dos Escravos, explica que a indenização estava fora de cogitação:

— O Império vivia uma crise econômica, em parte ainda decorrente da Guerra do Paraguai. Além disso, o movimento abolicionista conseguiu convencer a sociedade de que a escravidão era uma coisa monstruosa. Com tal, seria inadmissível indenizar alguém que havia mantido pessoas escravizadas. Houve quem pedisse que os escravos fossem indenizados.

Na histórica sessão de 13 de maio de 1888, o senador Paulino encerrou sua fala da seguinte maneira:

— São tantas as impaciências que sou obrigado a concluir meu pronunciamento sem demora. Confesso-me vencido. Cumpri, como as circunstâncias permitiram, o meu dever de senador. Agora posso cumprir o de cavalheiro, não fazendo esperar uma dama de tão alta hierarquia.

Sarcástico, Paulino referia-se a Isabel. A princesa aguardava no Paço da Cidade a chegada da Lei Áurea, que, para entrar em vigor, dependia de sua sanção. Uma delegação de senadores foi encarregada de levar-lhe o livro de leis, onde ela, com uma pena de ouro, deixaria sua assinatura. O trajeto dos parlamentares demorou mais do que o previsto porque o centro da capital do Império estava tomado por uma multidão efusiva.

— Seria o dia de hoje um dos mais belos da minha vida se não fosse saber meu pai enfermo — disse Isabel aos senadores.

A profecia dos escravocratas não se concretizaria. A libertação dos escravos, abrupta e sem indenização, não levou o Brasil à ruína. Mas implodiu o Império. Os latifundiários do café retiraram a sustentação que vinham dando à Coroa e, em 1889, respaldaram o golpe militar que implantou a República.

De acordo com o historiador Bruno Antunes de Cerqueira, presidente do Instituto Cultural Dona Isabel I, havia muita resistência à princesa

como herdeira da Coroa, por ser mulher, religiosa, liberal e casada com um estrangeiro (o francês Conde d'Eu), entre outros motivos.

— Num cálculo político, a princesa apostou na abolição como a medida que sedimentaria o seu reinado. Quis mostrar que era, sim, forte e capaz de tomar decisões importantes para o país. Ela indicava que, como imperatriz, continuaria com as medidas abolicionistas e integraria os ex-escravos à sociedade. Isso afrontava a elite agrária. O golpe de 1889 não foi contra o reinado de dom Pedro II, mas contra o futuro reinado de Isabel.



Ilustrações
de Angelo
Agostini
retratam as
comemorações
pela sanção da
Lei Áurea



O senador foi pioneiro em 1909 e 1910, quando disputou a Presidência e percorreu 50 cidades pedindo votos aos eleitores. Até então, as oligarquias escolhiam o candidato único, que venciam nas urnas sem nem sair de casa. Ruy acabou derrotado pelo marechal Hermes

Em desafio à elite, Ruy Barbosa fez 1ª campanha eleitoral moderna do Brasil

por Ricardo Westin



Nos primórdios da República, os presidentiáveis não pediam voto. Dos quatro primeiros presidentes do Brasil eleitos nas urnas, nenhum se deu ao trabalho de fazer campanha. Prudente de Moraes, Campos Salles, Rodrigues Alves e Affonso Penna não precisaram se esforçar porque seus nomes haviam sido previamente escolhidos pela classe política, num conchavo de bastidores. Foram candidatos únicos e suas vitórias nas urnas, mais do que previsíveis.

A situação só mudaria no 20º aniversário da República. Na virada de 1909 para 1910, o Brasil assistiu à primeira corrida presidencial moderna, com um candidato desafiando o presidentiável oficial e se mexendo para conquistar os votantes.

Quem chacoalhou o país foi o advogado e senador Ruy Barbosa (BA). Tentando derrotar o marechal Hermes da Fonseca na disputa pelo Palácio do Catete, Ruy fez corpo a corpo com eleitores, participou de passeatas, distribuiu broches com sua foto, discursou em *meetings* (como se chamavam os comícios) e proferiu ataques contra o adversário.

Papéis históricos guardados no Arquivo do Senado, em Brasília, contêm muitos dos discursos feitos tanto pelo senador candidato quanto por seus aliados e oponentes.

— É a primeira vez que, de fato, em uma eleição presidencial existe a contenda, e o escrutínio assume a forma precisa de um pleito — resumiu Ruy na tribuna do Palácio Conde dos Arcos, sede do Senado, no Rio.

As eleições presidenciais nos primórdios da República

Cada uma das primeiras eleições teve um único candidato, que venceu com facilidade. A tradição foi quebrada por Ruy Barbosa, que saiu como candidato da oposição



Na pioneira excursão eleitoral do Brasil, o candidato passou por 50 cidades em três meses. Em janeiro de 1910, ele visitou Salvador, sua terra natal. No palco de um teatro, lamentou que a viagem do Rio à capital baiana tivesse sido feita em navio para logo em seguida dizer que, sendo eleito, construiria uma linha de trens entre as duas cidades.

Diante da multidão no teatro, Ruy continuou com as promessas garantindo que jamais interviria nos tribunais, decretaria estado de sítio nem manipularia o resultado de qualquer eleição.

— Os exemplos indicados sobram para vos definir o espírito de moralidade, legalidade e justiça que, com o auxílio de Deus, caracterizaria a minha administração — assegurou.

De acordo com os jornais, a plateia soteropolitana reagiu ao discurso com “estrepitosos aplausos e bravos”, as “senhoras dos camarotes” acenaram com lenços e o palco foi “juncado de flores”.

A engrenagem que moveu quase toda a Primeira República (1889-1930) foi a Política dos Estados. Por meio dela, a escolha do presidente cabia às elites dos estados mais poderosos — em especial São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. O candidato oficial entrava sozinho no páreo. Pedir voto aos eleitores era perda



FUNDAÇÃO CASA RUI BARBOSA

Ruy Barbosa (à dir. da mulher) participa de corpo a corpo com eleitores em Ouro Preto em 1910

Na primeira turnê eleitoral do Brasil, o candidato presidencial Ruy Barbosa fez viagens em 1909 e 1910 a São Paulo, Bahia e Minas Gerais. Até então, os presidentiáveis nem saíam de casa



de tempo, já que o referendo das urnas viria de qualquer jeito.

O presidente eleito, em retribuição, jamais se intrometia nas brigas políticas locais, permitindo que os governadores e seus aliados reinassem tranquilamente e se perpetuassem no poder.

Em 1909, contudo, as oligarquias estaduais se estranharam, e a Política dos Estados sofreu um abalo. Minas Gerais e Rio Grande do Sul escolheram para candidato a presidente o ministro da Guerra, marechal Hermes da Fonseca. São Paulo recusou-se a encampar a candidatura.

Os caciques paulistas temiam que Hermes, por ser do Exército e não fazer parte do esquema político, em algum momento ordenasse uma intervenção federal em São Paulo e tirasse o protagonismo do estado na Política dos Governadores. Hermes era sobrinho do marechal Deodoro da Fonseca, o primeiro presidente do Brasil.

Os paulistas, então, bateram à porta do respeitado Ruy Barbosa, que topou o desafio de encarar o candidato dos mineiros e dos gaúchos na eleição de março de 1910. Ruy, contudo, não estava comprometido com a Política dos Estados. Foi por convicção que entrou na briga.

— Candidato por uma surpresa do destino, tenho a consciência de estar desempenhando uma obrigação política — afirmou ele, no Senado.

FUNDAÇÃO CASA RUY BARBOSA



Eleitores assistem a discurso de Ruy Barbosa no Teatro Politeama, em Salvador, em 1910

— Me considero volvido aos primeiros anos do regime [republicano], quando nós nos batíamos pela sua condição mais essencial e vínhamos aqui e fora desta Casa defender as suas liberdades mais elementares.

O candidato se referia às brutalidades cometidas por Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, os marechais que inauguraram a República e quase a transformaram numa ditadura. Para ele, a missão dos militares estava muito clara na Constituição: proteger as leis e a pátria, nada mais. Chegando um fardado ao poder, acreditava Ruy, seria impossível deter-lhe o ímpeto autoritário.

— As nações, senhores, não armam os seus Exércitos para serem escravizadas por eles. As nações não fazem os seus marechais para que eles venham a ser na paz os caudilhos de facções ambiciosas — argumentou.

Na visão de Ruy Barbosa, o presidente da República tinha que ser civil. Foi em oposição ao militarismo de Hermes que ele batizou sua candidatura de Campanha Civilista.

Os dois lados se enfrentaram na tribuna do Senado em diversas ocasiões. O senador Alfredo Ellis (SP) criticou o marechal:

— Prefiro e preferirei sempre um candidato civil. Os militares são uma classe nobre, não se contesta, mas não têm a educação necessária nem o preparo para a administração de uma grande nação como o Brasil.

Em resposta, o senador Antônio Azeredo (MT) lembrou que foi numa convenção realizada justamente no Senado, meses antes, que deputados e senadores, orientados pelos governadores, escolheram o candidato do establishment:

— Dentro desta Casa, os que aqui estavam e proclamaram a candidatura Hermes não viram um militar fardado. Candidatura militar seria se ela tivesse vindo dos quartéis. E quem poderá negar o prestígio e o republicanismo do marechal?

Em trem, Ruy Barbosa viajou do Rio a São Paulo em dezembro de



Marechal Hermes, candidato das oligarquias estaduais na eleição presidencial de 1910



Propaganda eleitoral mostra a pena e a lei, símbolos de Ruy, e as armas, representando o marechal Hermes

1909 e do Rio a Belo Horizonte em fevereiro de 1910, parando em todas as estações pelo caminho. Nas cidades paulistas e mineiras, foi recebido com banda de música, fogos de artifício e salvas de tiros, ovacionado por multidões e cumprimentado por prefeitos, juízes e bispos.

Ruy Barbosa tratava de desconstruir a imagem de Hermes da Fonseca. Num dos *meetings*, chamou-o de bronco:

— O meu competidor tem sido até agora homem exclusivamente de sua classe, militar dado só e só aos misteres da sua profissão. Ninguém sabia que tivesse ideias políticas. Ou, não as tendo revelado nunca, ninguém podia saber quais fossem.

De volta ao Rio após a turnê paulista, o deslocamento do candidato entre a Estação Central do Brasil, no centro, e seu palacete, em Botafogo, acabou se transformando numa festiva carreata. Por três horas, o candidato acenou de dentro da carruagem para as pessoas que pararam nas ruas da capital do país para gritar “viva” ao senador baiano e “morra” ao marechal.

O militar, por sua vez, teve grande apoio da imprensa, que pegou pesado nas caricaturas de Ruy Barbosa, retratando-o como um aristocrata incapaz de falar a língua do povo e alheio aos reais problemas do país.

— Ele foi criticado por simplesmente fazer campanha. Para os conservadores, era um ato de demagogia e uma vergonha que um político se jogasse nos braços do povo, da “patuleia”, para pedir votos — afirma o cientista político Christian Lynch, da Fundação Casa de Rui Barbosa e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj).

A dedicação de Ruy à sua Campanha Civilista se torna uma proeza ainda maior quando se leva em conta que, àquela altura, ele tinha 60 anos — um ancião para os padrões do início do século passado.

O historiador Antonio Barbosa, professor da Universidade de Brasília (UnB) e consultor legislativo aposentado do Senado, diz:

— O Brasil começava a se urbanizar, e a classe média que surgia nas



O candidato Ruy Barbosa discursa em Belo Horizonte em 1910

idades foi bastante receptiva ao discurso civilista. Os comícios de Ruy Barbosa empolgavam. Quem via de fora, sem conhecer as engrenagens da Primeira República, achava que ele tinha tudo para vencer.

Apesar de todo o esforço, Ruy foi derrotado. Oficialmente, ele obteve 223 mil votos. Foi um número expressivo, porém insuficiente diante dos 404 mil votos do marechal.

A derrota já era esperada, uma vez que o senador só contava com o apoio de São Paulo e da Bahia. Hermes, por sua vez, era sustentado por todos os demais governadores, os quais, para garantir-lhe a vitória, abusaram das fraudes nas urnas e da repressão policial ao civilismo. Fiel ao estilo da Primeira República, o marechal nem fez campanha.

— Bem poucas ilusões desde o começo podíamos nutrir — disse Ruy, num discurso no Senado após a derrota. — Apesar de tal ser o destino imediato da nossa causa, não a podemos desamparar. Quando praticamos uma ação boa, não sabemos se é para hoje ou para quando. O caso é que os seus frutos podem ser tardios, mas são certos. Uns plantam a semente da couve para o prato de amanhã. Outros, a semente do carvalho para o abrigo ao futuro. Aqueles cavam para si mesmos. Estes lavram para o seu país, para a felicidade dos seus descendentes, para o benefício do gênero humano.

Tal e qual Ruy profetizara, Hermes foi um presidente violento. Seu governo foi marcado por um implacável estado de sítio, pela execução dos rebeldes da Revolta da Chibata e pela intervenção federal em diversos estados, com a destituição de governadores e o bombardeio de Salvador.

Em 1973, o poeta Carlos Drummond de Andrade escreveria uma crônica lembrando que, menino, acompanhou de longe a quixotesca campanha eleitoral de Ruy Barbosa:

“Na derrota, ele cresceu ainda mais. De 1910 a 1914, o Brasil teve dois presidentes: um de fato e outro de consciência, entre seus livros e papéis da Rua São Clemente [onde Ruy vivia], e daí para a tribuna do Senado ou perante o Supremo Tribunal Federal, postulando, verberando, exigindo o cumprimento da lei. Esta a imagem de Ruy guardada por uma criança mineira. Surgirá outra assim, adaptada às condições do nosso tempo?”



BIBLIOTECA NACIONAL

Ruy Barbosa
como dom
Quixote:
vencer o
marechal
Hermes da
Fonseca,
candidato das
oligarquias
estaduais,
era utopia



“Vitória do marechal foi uma mentira colossal”, disse Ruy

Ruy Barbosa não aceitou com facilidade a derrota para o marechal Hermes da Fonseca. Semanas após a votação de março de 1910, ele subiu à tribuna do Senado para denunciar que a eleição, de norte a sul do país, fora descaradamente trapaceada em benefício do candidato oficial.

— Se nos achássemos nos Estados Unidos e tivéssemos a honra de ser vencidos como Bryan por Taft [presidente americano na época], não vacilaríamos em nos acercar do nosso antagonista e lhe apertar a mão. A luta ali se trava em urnas livres, entre dois partidos, um dos quais leva ao outro a palma, graças ao concurso real do eleitorado. Por lá, tudo é diverso do que vai entre nós — afirmou.

Na Primeira República, a apuração das eleições cabia ao Congresso Nacional. A Justiça Eleitoral só surgiria na década de 1930. As atas contendo a apuração dos votos de todas as seções eleitorais do Brasil eram enviadas ao Congresso, que analisava os livros, decidia sobre denúncias de irregularidades, contabilizava os votos e proclamava o resultado final. O Congresso jamais dava vitória a políticos que estivessem fora da Política dos Estados, como Ruy Barbosa.

Inconformado, Ruy redigiu um calhamaço com mais de 300 páginas em que, num raio X inédito das eleições brasileiras, apontou as incontáveis fraudes que chegaram ao conhecimento de sua Campanha Civilista, como

BIBLIOTECA NACIONAL



Charge de revista retrata o sepultamento da Campanha Civilista de Ruy Barbosa

urnas guardando mais votos do que votantes, capangas impedindo a votação de eleitores do candidato civil e atas trazendo todas as assinaturas com a mesma letra.

— A ilegalidade e a fraude são os criadores desta mentira colossal. Aqui, já no alistamento se fabrica o eleitorado. Depois ou lhe simulam a presença, ou lha obstam na eleição. Quem vota e elege são as atas.

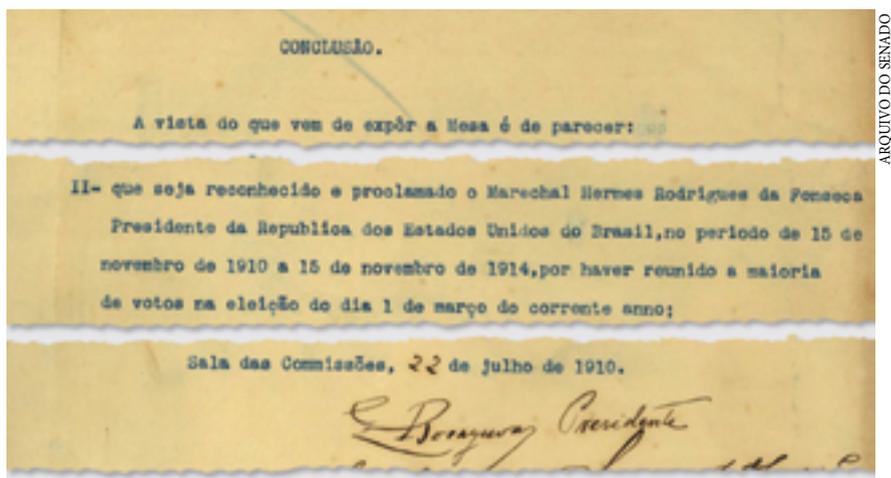
A papelada foi lida pelo próprio candidato no Senado, na tentativa de convencer os senadores e deputados a não dar vitória ao marechal.

Segundo Ruy, “a capital não votou”. Pelo que se vira na campanha, os cariocas prometiam votar em massa no senador, mas o governo, engajado na candidatura Hermes, agiu para que isso não ocorresse.

— Das 96 seções eleitorais em que este Distrito Federal se divide, só 25 funcionaram. Nas 71 restantes, não se reuniram as mesas, e os livros de atas foram subtraídos pelos agentes do Correio, sob os ditames do governo, cuja cumplicidade assegurou aos prevaricadores a mais tranquila impunidade. As atas das 71 seções que não se abriram apareceram no Senado, fabricadinhas com todas as circunstâncias do estilo. Roubaram milhares de sufrágios ao candidato civil para coroar o candidato militar.

Pelos cálculos de Ruy, se todas as trapaças ocorridas pelo Brasil afora fossem desconsideradas, ele teria obtido 200 mil votos e Hermes, 126 mil.

— Da nulidade incontestável dos votos atribuídos ao nosso competidor resulta, necessariamente, a eleição do candidato civil, aliás, o verdadei-



Documento assinado pelo presidente do Senado, Quintino Bocayuva, reconhece vitória do marechal Hermes da Fonseca na eleição presidencial de 1910

ro eleito por grande maioria.

Os parlamentares não se deixaram persuadir. Afinal, foram eles próprios, em nome das oligarquias estaduais numa convenção realizada no Senado um ano antes, que escolheram Hermes como candidato.

Em julho de 1910, quase cinco meses após a eleição, o Congresso oficializou a vitória do marechal. Um grupo de civilistas ainda apresentou uma emenda para mudar o resultado a favor de Ruy, que foi rejeitada. A farsa eleitoral prevaleceu, e o presidente assumiu o Palácio do Catete em novembro.

Passado o episódio Ruy Barbosa, as elites políticas de São Paulo e Minas Gerais se apressaram em buscar alguma medida que evitasse a repetição daquele susto. Em 1913, assinaram o Pacto de Ouro Fino, criando a célebre Política do Café com Leite, uma espécie de atualização da Política dos Estados. A partir de então, os dois estados passariam a se revezar no Catete, de modo a evitar novos rachas nas sucessões presidenciais.

Segundo o ex-ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) Walter Costa Porto, autor do livro *Dicionário do Voto* (Lexikon Editora), também foi motivo para a derrota o fato de Ruy não ser maquiavélico:

— Ele não era arguto nas negociações políticas, fugia dos conchavos. Só agia conforme suas convicções.



Senador Ruy Barbosa: político sem malícia maquiavélica





A Rússia adotou o socialismo em 1917 e levou à polarização do mundo. No Brasil, o medo do avanço vermelho teve influência na aprovação de direitos trabalhistas e na repressão de movimentos operários

Revolução Russa provocou mudanças políticas e sociais no Brasil

por Ricardo Westin

Quando os bolcheviques tomaram o poder em Petrogrado (atual São Petersburgo), a então capital da Rússia, acabaram mudando drasticamente os rumos da humanidade. Foi o ápice da Revolução Russa. Numa operação liderada por Lênin e apoiada por operários, camponeses e soldados, os bolcheviques derrubaram o governo provisório em 1917 e lançaram o país no socialismo, uma ousada doutrina que prega um mundo sem desigualdade social.

A propriedade privada foi abolida, substituída pela propriedade estatal. Os empresários fugiram para o exterior. As indústrias passaram a ser conduzidas pelos próprios operários. As fazendas mais tarde seriam confiscadas e coletivizadas. O capitalismo foi varrido do território russo.

— Foi a 7 de novembro de 1917 que chegou ao poder, pela primeira vez na história da humanidade, o proletariado — discursou no Plenário do Senado três décadas depois, em 1946, o senador Luís Carlos Prestes (PCB-DF), o maior nome brasileiro do comunismo (estágio posterior ao socialismo). — A revolução soviética do proletariado levou à liquidação absoluta de toda a exploração do homem pelo homem.

Apesar da ruptura histórica na Rússia, documentos guardados no Arquivo do Senado, em Brasília, mostram que aquele furacão vermelho não sacudiu de imediato o Palácio Conde dos Arcos, sede do Senado, no Rio de Janeiro. Nos papéis que relatam as sessões plenárias de fins de 1917, não se encontra nenhum discurso de senador a respeito da Revolução Russa.



REPRODUÇÃO

Vladimir Ilich Ulyanov, o Lênin, foi um dos principais líderes da Revolução Russa

A apatia tem explicação. Àquela altura, o Brasil tinha uma questão doméstica mais urgente. Quando os bolcheviques assaltaram o Palácio de Inverno, em Petrogrado, os senadores estavam integralmente debruçados sobre um projeto do presidente Wenceslau Braz que decretava estado de sítio em todo o país. Fazia poucos dias que o Brasil decidira entrar na Primeira Guerra Mundial, após a Alemanha torpedear um navio brasileiro.

O projeto do estado de sítio era delicado porque suspendia uma série de direitos dos cidadãos durante o período de guerra, com vistas a garantir a manutenção da ordem pública.

Os papéis do Arquivo do Senado mostram que os parlamentares reagiriam aos poucos à Revolução Russa, no decorrer dos anos seguintes, sempre no sentido de impedir que algum levante inspirado no movimento bolchevique pusesse o Brasil no trilho comunista.

Numa frente, os senadores votaram projetos de lei que enquadraram como bandidos os líderes operários com ideias revolucionárias. Em outra, aprovaram os primeiros direitos trabalhistas do país, de modo a amenizar a exploração nas fábricas e baixar a fervura das agitações operárias.

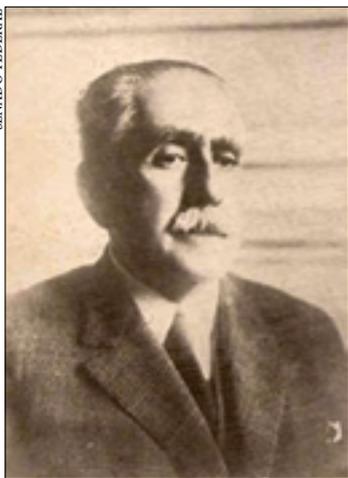
Na época da Revolução Russa, o mais próximo do socialismo e do comunismo que existia no Brasil era o anarquismo (doutrina que defende o fim do Estado), disseminado nas fábricas nacionais especialmente por imigrantes italianos e espanhóis. Com o objetivo de esmagar tais elementos, o senador Adolfo Gordo (SP) apresentou dois projetos de lei em 1920.

O primeiro facilitava a expulsão dos estrangeiros “nocivos à ordem pública ou à segurança nacional”. O segundo previa o fechamento dos sindicatos que incorressem em “atos nocivos ao bem público” e a prisão das pessoas que incitassem crimes “com o fim de subverter a atual organização social”.

Presidente Wenceslau Braz assina declaração de guerra contra a Alemanha



BIBLIOTECA NACIONAL



Senador Adolfo Gordo: projetos de lei para conter revoltas operárias no Brasil

— Na formidável luta que movem contra o anarquismo, os Estados modernos promulgam numerosas leis especiais definindo os seus crimes e cominando penas severíssimas, inclusive a de morte — argumentou Gordo, impedido pela Constituição de 1891 de incluir a pena capital em seu projeto.

Insuflados pelos anarquistas, os trabalhadores da nascente indústria brasileira já haviam mostrado a patrões e governantes que, se quisessem, também conseguiriam fazer uma revolução. Em julho de 1917, às vésperas do clímax da Revolução Russa, uma greve geral paralisou São Paulo, deixando a cidade ingovernável por vários dias. Em novembro de 1918, uma insurreição semelhante explodiu no Rio — esta, sim, espelhada nos bolcheviques.

Os dois projetos de Adolfo Gordo contra os anarquistas foram rapidamente aprovados pelo Senado e pela Câmara e viraram lei, sancionados pelo presidente Epitácio Pessoa em 1921.

As preocupações do poder público não acabaram ali. O comunismo logo desembarcaria no país, com a fundação do Partido Comunista do Brasil (PCB), em 1922 — ano da formação da União Soviética. O governo partiu para o contra-ataque. Mal nasceu, o PCB foi logo posto na ilegalidade por Epitácio.

O Congresso Nacional também reagiu. Em 1923, o deputado Aníbal de Toledo (MT) redigiu um projeto que determinava o confisco de jornais de sindicato que atentassem contra “a ordem e a moralidade”. Usando como argumento a chegada do comunismo ao Brasil, o senador Aristides Rocha (AM) defendeu a aprovação do projeto:

— Sabe-se que a Terceira Internacional [organização que reunia os partidos comunistas do mundo] resolveu intensificar a propaganda comunista na América do Sul, escolhendo o Brasil para centro de suas operações. O governo está informado de que a Terceira Comunista liberou créditos não só para o custeio da propaganda, mas também para a compra de armas e explosivos. É necessário dar ao chefe do Estado meios para evitar



Em 1917, uma greve geral de trabalhadores paralisou São Paulo

o mal, dotando-o com instrumentos de natureza enérgica para opor um paradeiro às insensatas aspirações comunistas.

Houve resistências. O senador Antônio Moniz (BA) atacou o projeto: — Não há sofisma capaz de disfarçar a inconstitucionalidade dessa medida, que atenta contra a livre manifestação do pensamento. Além disso, o que há são vãos temores. No Brasil, não existe o perigo bolchevista. O bolchevismo não se adapta ao nosso meio, que nenhum preparo possui para acolhê-lo e aclimatá-lo. A nossa situação não tem identificação com a da Rússia.

O argumento não convenceu. A censura aos jornais de sindicato foi aprovada pelo Senado e pela Câmara e recebeu a assinatura do presidente Washington Luís em 1927.

A Revolução Russa se dividiu em duas etapas. A primeira ocorreu em março de 1917, com a abdicação do czar Nicolau II. A conflagração que acabaria com quatro séculos de Monarquia era inevitável. Os camponeses pediam reforma agrária. Os operários, melhores salários e condições de trabalho. Os soldados, a retirada imediata da Rússia da Primeira Guerra Mundial. Os intelectuais, a criação de instituições democráticas. O último czar (a palavra se origina do latim Caesar) fazia ouvidos surdos: reinava de forma despótica e reprimia à bala a população que fazia protestos por mudanças.

No entanto, os revolucionários que forçaram a abdicação do czar e formaram o governo provisório se mostraram incapazes de melhorar a si-

tuação do país. A Rússia permaneceu na Primeira Guerra, sofrendo derrotas humilhantes. Em novembro de 1917, os bolcheviques se aproveitaram da insatisfação generalizada e, com o respaldo dos trabalhadores e soldados, tomaram o poder. Foi uma revolução dentro da revolução. Começava, assim, a segunda etapa da Revolução Russa, a que tornou o país socialista.

No Brasil, até o final da década de 1910, os patrões exploravam sem pudor os subordinados. Em geral, os empregados trabalhavam mais de 12 horas por dia e recebiam salários irrisórios. Não havia férias nem aposentadoria. Muitas vezes, os ambientes de trabalho eram insalubres.

— O proletariado nacional não tem recebido a menor lei que o ampare — denunciou o deputado Maurício de Lacerda (RJ) em 1917. — Vários projetos de lei pejavam o seio do Congresso, mas todos eles, preocupados com o efeito eleitoral, deixaram o problema sem solução, pois entregaram as soluções reclamadas pelos trabalhadores aos regulamentos do Poder Executivo, que só podia representar os patrões.

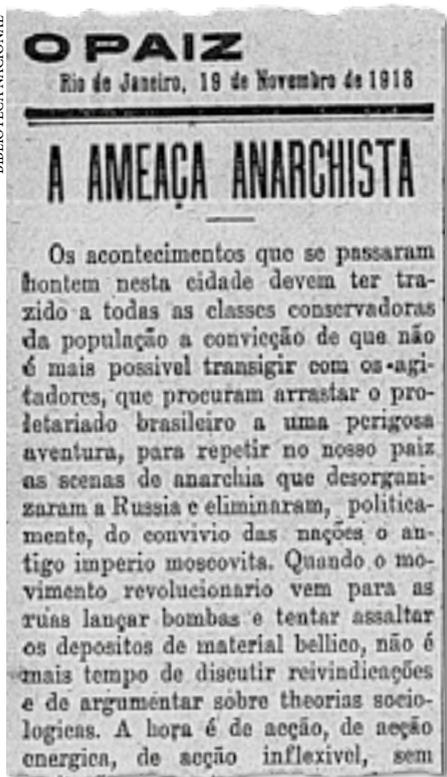
Não era uma realidade muito diferente da que moveu o operariado

russo a apoiar a revolução em 1917. Para domar os trabalhadores, o governo brasileiro se viu obrigado a aprovar as primeiras leis trabalhistas do país.

Em 1923, o senador Irineu Machado (DF) apresentou um projeto que limitava a carga de trabalho nas fábricas a 8 horas por dia ou 48 horas por semana. No mesmo ano, o Congresso aprovou uma lei que criava as bases do sistema de aposentadorias e, ao mesmo tempo, impedia as demissões arbitrárias.

Em 1927, uma lei proibiu o trabalho das crianças de até 11 anos e reduziu a exploração dos adolescentes.

Um ano após a Revolução Russa, jornal noticia insurreição no Rio inspirada nos bolcheviques





Nicolau II e sua família: regime czarista comandou o império russo por quase quatro séculos

Estes últimos não poderiam trabalhar à noite nem em locais perigosos, como minas e pedreiras. É da mesma época a lei que transformou o 1º de maio no Dia do Trabalho no país. A proposta de feriado foi apresentada pelo senador Irineu Machado em 1922 e sancionada pelo presidente Arthur Bernardes em 1924.

— A burguesia fez concessões no campo da legislação trabalhista, mas não porque fosse boazinha. Ela foi obrigada a ceder. O exemplo da Revolução Russa assustava as classes dominantes — explica a historiadora Anita Leocadia Prestes, filha do líder comunista Luís Carlos Prestes e autora do livro *Olga Benario Prestes – uma comunista nos arquivos da Gestapo* (Boitempo Editorial).

A Revolução Russa continuou ecoando ao longo das décadas. As leis trabalhistas dos anos 1920 foram o primeiro passo para que o Brasil caminhasse em direção a um Estado de bem-estar social. O governo logo passaria a cuidar mais da população, oferecendo serviços públicos como saúde e educação.

No lado político, por outro lado, as repercussões da ascensão bolchevique em Petrogrado seriam catastróficas. Foi em reação à ameaça vermelha (ou à suposta ameaça vermelha) que o Brasil mergulhou em suas duas ditaduras.

Em 1937, Getúlio Vargas deu o golpe do Estado Novo na esteira da descoberta do Plano Cohen, um documento contendo a estratégia dos comunistas para fazer a revolução no Brasil. Mais tarde, descobriu-se que o plano era falso, apenas um pretexto para Vargas assumir poderes ditatoriais.



REPRODUÇÃO

Estátua do czar Alexandre III é derrubada após a Revolução Russa

Em 1964, os militares derrubaram João Goulart e impuseram a ditadura como forma de deter as reformas de base do presidente, que incluíam a reforma agrária e a estatização das refinarias privadas de petróleo — medidas associadas ao comunismo.

A União Soviética conseguiu atrair inúmeros países para a sua órbita de influência, como Cuba, China, Coreia do Norte, Afeganistão, Etiópia, Angola e Polônia. A disputa ideológica entre soviéticos e americanos deu origem à Guerra Fria, que espalhou conflitos armados e ditaduras pelo mundo e deixou a humanidade à beira de uma guerra nuclear.

A primeira experiência socialista do mundo duraria 74 anos. O sonho dos bolcheviques chegou ao fim em 1991, com o esfacelamento da União Soviética e o regresso da Rússia ao capitalismo.



Esquerda e direita se enfrentam na tribuna do Senado

Em 7 novembro de 1946, os senadores aprovaram um voto de congratulações à União Soviética pelo 29º aniversário da Revolução Russa. Quem propôs as felicitações foi Luís Carlos Prestes (PCB-DF), que liderara a mal-fadada Intentona Comunista e vivera em Moscou. Nesse dia, Prestes fez um discurso enumerando as virtudes do regime soviético. No dia seguinte, Hamilton Nogueira (UDN-DF) reagiu: “Temos de impedir a russificação do Brasil”. O Arquivo do Senado guarda os pronunciamentos dos dois senadores. Abaixo, os principais trechos:

REPRODUÇÃO/ANE



Senador Luís Carlos Prestes: voto de congratulações à União Soviética pelo aniversário da revolução

Prestes: “Brasil deveria se inspirar na experiência russa”

“A grande revolução proletária do século 20 é bem diferente de todas as outras grandes revoluções, que nada mais fizeram senão substituir uns grupos de exploradores por outros. Passaram, por exemplo, do regime escravagista para o feudal. As lutas contra a servidão feudal levaram à revolução burguesa.

O capitalismo, no século 18 e princípios do século 19, incontavelmente, foi a grande arma que permitiu o progresso da humanidade, mas ainda através da exploração do homem pelo homem.

A revolução de 1917 deu o primeiro passo na liquidação de todas as classes para que ninguém pudesse viver da exploração do trabalho alheio. Além disso, criou a sociedade socialista em que hoje já vive boa parte da humanidade.

É compreensível, que nós, que vivemos no mundo capitalista, tenhamos dificuldade para entender como seja possível o progresso, o trabalho, sem o incentivo do lucro. No entanto, é na sociedade socialista, precisa-

mente onde não existe o incentivo imediato do lucro, que se fazem sentir os maiores exemplos de atividade no trabalho, desejo de progresso e luta pelo desenvolvimento econômico da pátria.

O comunismo, ao ser inaugurado na União Soviética com o primeiro passo da revolução de 1917, foi de tal maneira atacado por seus adversários internos e exteriores que, para se defender, teve de criar um governo forte, acusado até hoje de ser a mais violenta ditadura. A verdade é que a Rússia foi a força principal no esmagamento da besta-fera nazista e na vitória dos povos amantes da paz e da democracia.

A reconstrução na Rússia faz-se pela reconversão industrial. Ao contrário do que se passa nos países capitalistas, ela é ali feita sem maiores sofrimentos para o povo.

O mundo avança. Já vivemos na escravidão e no feudalismo. Hoje vivemos no capitalismo. A transição do capitalismo para o socialismo é inevitável. Essa marcha inexorável não depende de Marx, de Engels nem dos comunistas. A marcha para o socialismo é uma fatalidade histórica, mas nela podemos encontrar o caminho menos penoso, o qual poderá ser por nós conhecido através de documentos da experiência dos povos soviéticos, que conseguiram tornar livre o proletariado e criar a primeira sociedade sem classes no mundo. Nós, que desejamos o progresso do Brasil, devemos olhar essa grande experiência.”

Nogueira: “Comunismo não tem nada de democrático”

“O nobre senador Luís Carlos Prestes teceu uma série de considerações sobre a doutrina comunista e a evolução do povo russo. Terei de discordar das ideias levantadas por sua excelência neste recinto.

Discordo do caráter democrático do comunismo. Na Rússia, ao contrário, impera uma verdadeira ditadura. Marx vaticinava que, na evolução socialista, fundada no materialismo histórico, se chegaria a



REPRODUÇÃO/ANE

Senador Hamilton Nogueira: críticas à União Soviética e à comemoração do aniversário da Revolução Russa

um tempo em que o direito teria que desaparecer. Quando não se acredita numa ordem jurídica e se põe em dúvida o valor dos princípios do direito natural, os que mantêm essas convicções não podem falar em democracia. O direito natural fundamenta a democracia.

A Constituição russa diz que as eleições dos deputados são feitas de acordo com o sufrágio universal. Mas, para que o sufrágio fosse realmente universal, seria necessário e indispensável que não houvesse a imposição dos candidatos por um partido único. A existência de partido único implica, substancialmente, negação da democracia. Seria preciso que houvesse vários partidos, mas isso não acontece. Vive-se na Rússia numa perfeita ditadura.

O segundo ponto aflorado por sua excelência é o que diz respeito ao bem-estar do proletariado russo. Ora, isso é um romance. Todos os viajantes que têm ido à Rússia verificaram que a situação do trabalhador russo não é superior à do operário de qualquer país.

Por uma lei geral, depois de todos os desvios da ordem da natureza, há sempre um recuo e a volta ao equilíbrio. Isso aconteceu no regime da família. Em virtude da doutrina materialista que se implantou na Rússia, inicialmente houve terrível dissolução de costumes e grande tendência à liberdade sexual. O aborto foi legalizado e vários abortários foram abertos. De 1922 a 1926, foram praticados 171 mil abortos nas clínicas de Moscou. Os médicos russos disseram que o aborto deixaria de ser criminoso desde que feito pelo Estado. No fim de pouco tempo, foi tão grande a calamidade que se fecharam as clínicas e elas até hoje continuam trancadas. A destruição de fetos foi uma experiência monstruosa. Hoje o aborto é proibido na Rússia.

É por isto que faço uso da palavra: desejo dizer que o povo brasileiro, um povo cristão, não vê na data de ontem [o aniversário da Revolução Russa] uma luminosa e triunfal marcha na história da civilização.”



Gripe espanhola devastou o Brasil em 1918

por Ricardo Westin

*Pandemia provocou tantas mortes que forçou o país
a montar os rudimentos de uma rede pública de saúde*



Parece filme de terror. Cadáveres jazem na porta das casas, atraindo urubus. O ar é fétido. Os raros transeuntes andam a passos ligeiros, como se fugissem da misteriosa doença. Carroças surgem de tempos em tempos para, sem cuidado ou deferência, recolher os corpos, que seguem em pilhas para o cemitério.

— Por toda parte, o pânico, o assombro, o horror! — exclama o deputado Sólon de Lucena (PB).

Como os coveiros, em grande parte, estão acamados ou morreram, a polícia sai às ruas capturando os homens mais robustos e forçando-os a abrir covas e sepultar os cadáveres. Os mortos são tantos que não há caixões suficientes, os corpos são despejados em valas coletivas e o trabalho se estende pela madrugada adentro.

— Esse grande flagelo parece zombar da fortaleza física do homem e deixa como rastro um número extraordinário de mortos e um exército de combalidos entregues à fraqueza, ao depauperamento, à quase invalidez — afirma o senador Jeronymo Monteiro (ES).

O filme de terror teve início em setembro de 1918, quando a gripe espanhola invadiu o Brasil. A violenta mutação do vírus da gripe veio a bordo do navio Demerara, procedente da Europa. Sem saber que trazia o vírus, o transatlântico desembarcou passageiros infectados no Recife, em Salvador e no Rio de Janeiro. No mês seguinte, o país inteiro já está submerso numa pandemia.

A gripe espanhola, como indicam os discursos acima, domina os debates do Congresso Nacional. As falas dos parlamentares integram o acervo histórico do Arquivo do Senado e do Arquivo da Câmara, em Brasília, e mostram como o Brasil de 1918 se comporta diante da doença.

Assim como outros prédios públicos do país, o Senado e a Câmara, no Rio de Janeiro (que tem o status de Distrito Federal), passam vários dias fechados. Não há funcionários suficientes para tocar as atividades burocráticas no auge da epidemia. Muitos convalescem e outros tantos morreram.

Após vários dias combalido, o senador Paulo de Frontin (DF) é recebido com festa na volta ao Senado.

— Tendo sido também vítima da espanhola e seriamente, Sua Excelência está aí rijo, cumprindo seus deveres com aquela atividade rara que todos lhe reconhecemos — diz, num discurso de boas-vindas, o senador Victorino Monteiro (RS).

Entre as vítimas ilustres que não resistem à gripe espanhola, figura Olympio Nogueira, estrela do teatro e da música no Rio, morto aos 40 anos, bem no auge da carreira. Outro “espanholado” frequentemente citado é o presidente Rodrigues Alves, aos 70 anos. O caso dele, contudo, é questionado por historiadores.

Em março de 1918, Rodrigues Alves é eleito para um segundo mandato presidencial. Bastante adoentado, ele não consegue tomar posse em novembro. O vice, Delfim Moreira, assume interinamente, à espera da cura do titular. O presidente eleito, porém, morre em meados de janeiro de 1919, e uma eleição fora de época é convocada.

No livro biográfico *Rodrigues Alves – apogeu e declínio do presidencialismo* (Conselho Editorial – Senado Federal), de 1972, o ex-senador e ex-chanceler Afonso Arinos escreveu que foi a gripe espanhola que matou o presidente. Para fazer a afirmação, o autor provavelmente se baseou em relatos familiares — Arinos era marido de uma neta de Rodrigues Alves e filho de Afrânio de Mello Franco, aliado político do presidente eleito.

Historiadores hoje dizem que não foi a gripe espanhola que tirou a vida de Rodrigues Alves. Eles apontam vários motivos: o intervalo entre o suposto adoecimento (em novembro) e a morte (em janeiro) foi longo demais, considerando que o vírus matava em questão de dias; a gripe espanhola desapareceu do Brasil em dezembro, um mês antes da morte dele; vários políticos, inclusive Delfim Moreira, visitaram com frequência o presidente enfermo, mas nenhum deles se infectou; e o atestado de óbito apontou uma “anemia perniciosa” como a causa da morte.

Além disso, fazia tempo que a saúde Rodrigues Alves andava abalada. Em 1917, um filho dele avisou ao governador de São Paulo que a saúde do pai estava frágil e que, por isso, ele não deveria ser escolhido para concorrer à Presidência da República.



A primeira página da *Gazeta de Notícias* mostra o caos no Rio de Janeiro dominado pela gripe espanhola

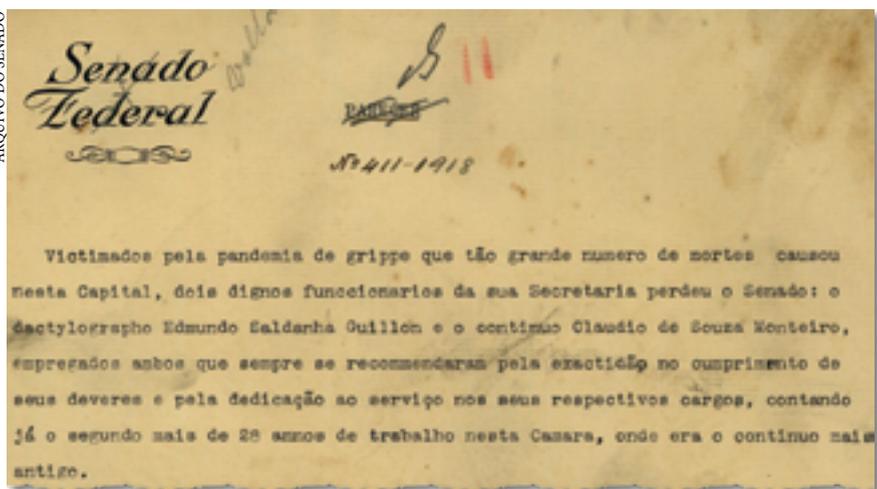
— Não existe nenhum documento da época que diga que Rodrigues Alves morreu de gripe espanhola. Essa versão, portanto, não passa de uma lenda urbana — afirma o historiador José Murilo de Carvalho, autor do livro *O Pecado Original da República* (Editora Bazar do Tempo).

— Teria sido uma ironia da história se Rodrigues Alves tivesse mesmo morrido de gripe espanhola, já que ele provavelmente foi o governante que mais combateu as epidemias no Brasil — acrescenta a historiadora Heloisa Starling, coautora do livro *Brasil: uma biografia* (Editora Companhia das Letras). — À frente do governo de São Paulo, Rodrigues Alves enfrentou a varíola e a peste bubônica e criou o Instituto Butantan, pioneiro do país em soros e vacinas. Na Presidência da República [1902-1906], saneou o Rio de Janeiro, acabou com a febre amarela na capital e instituiu a obrigatoriedade da vacina contra a varíola, o que deu origem à Revolta da Vacina.

Em 1918, em meio à pandemia, o deputado Sólon de Lucena constata:

— Todas as classes, desde os humildes trabalhadores até aqueles que gozam do maior conforto na vida, foram alcançados pelo flagelo terrível, que bem parece universal. Dir-se-ia que a morte, não satisfeita com a larga messe de vidas ceifadas nos campos de batalha europeus, quis, na sua ânsia de domínio, estender até nós os seus tentáculos.

Lucena se refere à Primeira Guerra Mundial. Em outubro e novembro de 1918, as manchetes dos jornais brasileiros se alternam entre a gripe



Documento histórico do Arquivo do Senado mostra que dois funcionários da Casa morreram em dezembro de 1918 em decorrência da gripe espanhola

espanhola no país e as negociações de paz na Europa. É justamente o vaivém de soldados que faz o vírus mortal tocar todos os cantos do planeta.

Em todo o Brasil, os hospitais estão abarrotados.

As escolas mandaram os alunos para casa. Os bondes trafegam quase vazios. Das alfaiatarias às quitandas, das lojas de tecido às barbearias, o comércio todo baixou as portas — à exceção das farmácias, onde os fregueses disputam a tapa pílulas e tônicos que prometem curar as vítimas da doença mortal.

A médica e historiadora Dilene do Nascimento, da Casa de Oswaldo Cruz, explica:

— Nos subúrbios do Rio de Janeiro, as ruas ficam cheias de cadáveres porque as famílias ficam com medo de serem infectadas pelos mortos dentro de casa. Além disso, a medida facilita o trabalho de remoção das carroças da limpeza pública.

Os parlamentares apresentam uma série de projetos de lei com o objetivo de, em diferentes frentes, combater a doença e amenizar seus efeitos. Uma das propostas determina a aprovação automática de todos os estudantes brasileiros, sem a necessidade dos exames finais.

Citando sua própria experiência como professor da Escola Politécnica (atual escola de engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro), o senador Paulo de Frontin defende o projeto:

— O momento em que se exige do estudante o máximo esforço são os últimos três meses do ano letivo, quando ele se prepara para o exame final. Exatamente nessa época, grande parte dos alunos foi atacada pela epidemia reinante e muitos faleceram. Na Escola Politécnica, choramos a perda de mais de um. Aqueles que se salvaram estão em uma convalescença que se pode considerar longe de ser completa.

O senador Mendes de Almeida (MA), dono da Escola Técnica de Comércio Cândido Mendes (hoje Universidade Cândido Mendes), também no Rio, acrescenta:

— Só na minha escola, mais de 35 professores não têm podido dar as



Total de mortos no mundo		
1914-1918		1ª Guerra Mundial 8,5 milhões
1918		Gripe espanhola 50 milhões
1933-1945		Holocausto 11 milhões
1939-1945		2ª Guerra Mundial 60 milhões

suas aulas por motivo de saúde.

Como 1918 já está chegando ao fim, o presidente interino Delfim Moreira acha mais prudente não esperar as votações do Senado e da Câmara e baixa em dezembro um decreto batendo o martelo de uma vez: aluno nenhum repetirá o ano letivo.

Em outra linha, o deputado Celso Bayma (SC) redige um projeto de lei ampliando em 15 dias o prazo para o pagamento das dívidas que vencem em plena pandemia. De acordo com ele, a moratória é necessária porque muitos comerciantes baixaram as portas, deixaram de lucrar e, por tabela, ficaram impossibilitados de honrar seus compromissos com bancos e outros credores.

— Os que vivem estes dias angustiosos sabem que a capital do país [Rio] tem necessidade de feriados, o mesmo sucedendo com a praça de São Paulo. Por esse meio, poderão os negociantes encobrir a situação aflitiva em que se encontram — acrescenta Bayma, sem, contudo, conseguir a aprovação do projeto.

Faltam estatísticas confiáveis a respeito das vítimas no Brasil. Mesmo assim, não há dúvidas de que a epidemia é avassaladora. O gráfico de óbitos anuais da cidade de São Paulo mostra um salto gritante quando chega 1918. Num único dia, o Rio chega a registrar mil mortes.

A devastação também pode ser dimensionada pelas ausências na eleição para o Senado ocorrida apenas na cidade do Rio de Janeiro, fora de época, em novembro de 1918. A capital tem 36 mil eleitores registrados, mas apenas 5 mil vão às urnas. Na eleição presidencial de oito meses antes, como comparação, 22 mil cariocas votaram.

— A eleição de senador foi uma eleição sem eleitorado. Tanto vale dizer, não foi uma eleição — critica o senador Francisco Sá (CE), tentando, sem sucesso, anular a votação.

O governo proíbe as aglomerações



COLEÇÃO LUIZ ANTONIO DE ALMEIDA

A estrela do teatro e da música Olympio Nogueira, vítima da gripe



Policiais diante de “espanholado”: como não havia rede pública de saúde, doentes buscavam delegacias

públicas. Os teatros e os cinemas são lacrados e lavados com desinfetante. Pela primeira vez, as pessoas ficam proibidas de ir aos cemitérios no Dia de Finados — não só para evitar a formação de multidões, mas também para impedir que se veja o estoque de corpos insepultos.

— O que vemos são acontecimentos funestos, uma verdadeira hecatombe — resume o deputado Azevedo Sodré (RJ).

Os jornais estão repletos de anúncios de remédios milagrosos que se dizem capazes de prevenir e curar a gripe. A oferta vai de água tônica de quinino a balas à base de ervas, de purgantes a fórmulas com canela. A procura é tão grande que as farmácias se aproveitam da situação e levam os preços às alturas. No Rio, a prefeitura reage tabelando o preço dos remédios.

Na cidade de São Paulo, a população em peso recorre a um remédio caseiro: cachaça com mel e limão. Em consequência, o preço do limão dispara, e a fruta some das mercearias. De acordo com o Instituto Brasileiro da Cachaça, foi dessa receita supostamente terapêutica que nasceu a caipirinha. Coincidência ou não, uma das peças de maior sucesso em São Paulo em 1918 é um musical chamado *A Caipirinha*.

— A verdade é que a gripe não tem cura — diz o médico Lybio Martire Junior, presidente da Sociedade Brasileira de História da Medicina. — Diante daquela doença mortal nova e da falta de informação, a população ficou apavorada e acreditou em qualquer promessa de salvação. Até hoje é assim. Basta lembrar os primórdios da aids.

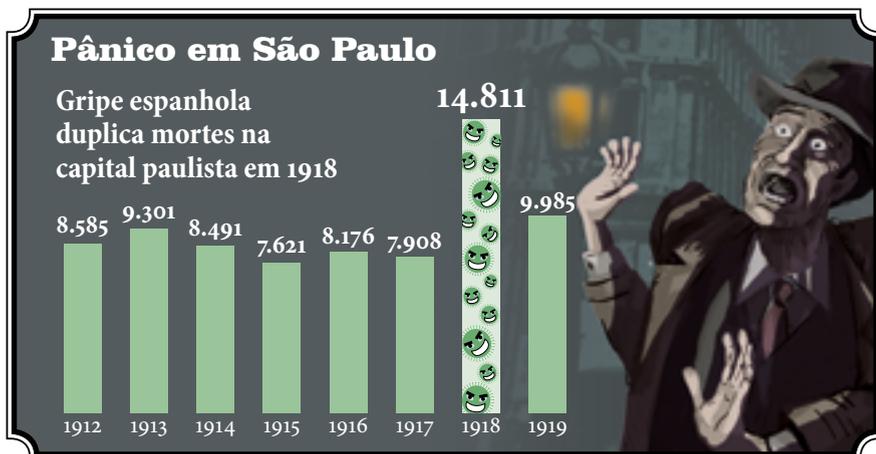
A pandemia de gripe espanhola escancara uma deficiência grave do Brasil: em termos de saúde, os pobres estão ao deus-dará. Não há hospitais públicos. Não é raro que as pessoas, assim que se descubram “espanholadas”, busquem socorro nas delegacias de polícia. Quem, aos trancos e barrancos, presta alguma assistência à população carente são instituições de caridade, como as Santas Casas e a Cruz Vermelha.

— As famílias ricas são menos atingidas do que as famílias pobres porque se refugiam em fazendas no interior do país, mantendo distância do vírus — conta o historiador Leandro Carvalho, professor do Instituto Federal de Goiás e autor de dois estudos sobre a pandemia de 1918.

Dada a multidão que morre todos os dias, começa a correr no Rio a história de que a Santa Casa de Misericórdia, para abrir novos leitos, acelera a morte dos doentes em estado terminal. Isso se daria por meio de um chá envenenado administrado aos pacientes na calada da noite. Nasce, assim, a lenda do chá da meia-noite. Os jornais apelidam o hospital de Casa do Diabo.

O deputado Azevedo Sodré fica indignado com a campanha de difamação contra a Santa Casa carioca:

— O povo, não sabendo a quem incriminar pela desgraça que o ferira e pelo abandono em que se achou, revoltou-se contra a Santa Casa de Misericórdia, que representa quase toda a assistência pública desta capital. O povo parece não saber que a Santa Casa, afora um subsídio pequeno que lhe concede o governo, vive do favor do público, desse espírito de filantropia tão vivo no seio da nossa população.



No auge da crise, prefeitos e governadores se dão conta de que não podem permanecer de braços cruzados. Com certo atraso, distribuem remédios e alimentos, improvisam enfermarias em escolas, clubes e igrejas e convocam médicos particulares e estudantes de medicina.

No âmbito federal, o que existe é a Diretoria-Geral de Saúde Pública, subordinada ao Ministério da Justiça, mas com atuação tímida, cuidando apenas da barreira sanitária dos portos e da higiene da capital do país.

O deputado Sodré afirma que a culpa da pandemia não é da Santa

Casa, mas sim da Diretoria-Geral da Saúde Pública, por ter subestimado as notícias da gripe espanhola no exterior e não ter imposto quarentena aos navios vindos de fora, como o Demerara:

— Mesmo dias depois, ao irromperem os primeiros casos no Brasil, reinava em nossa repartição sanitária a mesma ignorância máxima. Presenciamos uma quase falência dos nossos serviços de higiene e assistência públicas.

Sodré, então, apresenta um projeto de lei que prevê a promoção da diretoria a Ministério da Saúde Pública.

— Salvemos ao menos as aparências. Se ao governo não sorri a ideia de um Ministério da Saúde Pública, que nos diga o que pretende fazer, para que nós, o Congresso Nacional, inteirados do seu desejo, nos movamos, discutamos e resolvamos consoante as nossas funções no sistema representativo que rege o país.

Apesar dos apelos, o projeto não avança. De qualquer forma, o susto da gripe espanhola faz o governo se mexer. Um ano mais tarde, na virada de 1919

Jornais contam histórias como a de uma menina deixada na Santa Casa do Rio para adoção após os pais terem morrido e a de uma família inteira dizimada pela gripe espanhola



Toda uma família, morta, abandonada e insepulta há quatro dias

Em Terra Nova, à rua Cinco Irmãos n. 6, há quatro dias uma família composta de marido, mulher e um filho, com sete dias de nascido, permanecem mortos em completo abandono e adiantado estado de decomposição.

Todos que por essa casa passam são obrigados a levar a mão ao nariz pelo horrroso mau cheiro que a dezenas de passos já se sente.

As vítimas, são: Manoel Justino Ribeiro, sua esposa Elvira Ribeiro e um filho recém-nascido.



No Carnaval de 1919, os cariocas caem na folia em blocos e bailes que têm como tema o chá da meia-noite, símbolo da recém-desaparecida pandemia de gripe espanhola

para 1920, o Congresso Nacional aprova e o presidente Epitácio Pessoa sanciona uma decisiva reforma na estrutura federal de saúde.

A acanhada diretoria cresce, ganha responsabilidades e é rebatizada de Departamento Nacional de Saúde Pública. O novo departamento atua no combate à lepra, à tuberculose, à malária e às doenças venéreas. O escopo agora é nacional.

Assim, de forma indireta, a gripe espanhola planta tanto a semente do Ministério da Saúde, que surgirá em 1930 (como Ministério dos Negócios da Saúde e da Educação Pública), quanto a do Sistema Único de Saúde (SUS), que será previsto na Constituição de 1988.

Do mesmo modo abrupto com que chega ao Brasil, a gripe espanhola desaparece com velocidade. Em dezembro de 1918, já são raros os contágios no país. Foram tantas as pessoas infectadas entre os meses de setembro e novembro que o vírus praticamente não tem mais a quem atacar.

Enfim terminado o filme de terror, os cariocas usam o Carnaval do ano seguinte como forma de exorcizar o fantasma da gripe espanhola. O Rio de Janeiro assiste em 1919, nos bailes e nos blocos de rua, àquela que talvez tenha sido a folia mais desenfreada de que se tem notícia na cidade. Das marchinhas aos carros alegóricos, o tema da festa é um só: o chá da meia-noite — que agora não bota medo em mais ninguém.



Documentos históricos mostram que os bandidos do sertão foram tema recorrente de discussões no Senado e na Câmara nas décadas de 1920 e 1930. Conhecido como Rei do Cangaço, Lampião seria morto pela polícia em 1938

Parlamentares tentaram pôr combate a Lampião na Constituição de 1934

por Ricardo Westin,
com colaboração de Celso Cavalcanti



Ao longo das décadas de 1920 e 1930, Virgulino Ferreira da Silva, vulgo Lampião, espalhou o terror pelo Nordeste. Com seu bando, percorreu o sertão atacando vilas, matando inocentes, saqueando mercearias, roubando gado, achacando fazendeiros, trocando tiros com a polícia, marcando a pele de inimigos com ferro em brasa.

A carreira do criminoso brasileiro mais célebre de todos os tempos chegou ao fim em julho de 1938. Descoberto numa fazenda em Sergipe, Lampião foi executado pela polícia a tiros de metralhadora, ao lado de outros dez cangaceiros, incluindo Maria Bonita, sua companheira. Até o *New York Times* deu a notícia.

Os senadores e os deputados da época olhavam o cangaço com preocupação. Documentos guardados nos Arquivos do Senado e da Câmara mostram que os parlamentares trataram do tema na tribuna em inúmeras ocasiões. Em 1926, o senador Pires Rebello (PI) discursou:

— Quem vive nesta capital da República [Rio de Janeiro] poderá achar que o governo tem feito a felicidade completa dos brasileiros. Ofuscados pelos brilhos da luz elétrica, é natural que os cariocas não saibam que naquele vasto interior existem populações aquadrilhadas fora da lei que zombam da Justiça e ridicularizam governos.

Muitos cangaceiros haviam assustado o Nordeste antes de Lampião, como Cabeleira, Jesuíno Brillhante, Antônio Silvino e Sinhô Pereira, mas



Jornal *A Noite* noticia morte de Lampião em 1938 e publica fotos do cangaceiro e de uma vítima do bando marcada com ferro em brasa

nenhum foi tão temido quanto o Rei do Cangaço. As investidas de Lampião eram tão brutais que, na Assembleia Nacional Constituinte de 1934, deputados nordestinos (a Constituinte não teve senadores) redigiram pelo menos cinco propostas para que a nova Constituição previsse o combate ao cangaço como obrigação do governo federal.

A repressão cabia às volantes, batalhões itinerantes das polícias dos estados. O que parte dos constituintes desejava era que o Exército reforçasse a ação das volantes. O deputado Negreiros Falcão (BA) afirmou:

— Os Lampiões continuam matando, roubando, depredando, desvirginando crianças e moças e ferreteando-lhes o rosto e as partes pudentas sem que a União tome a menor providência. Os estados por si sós, desajudados do valioso auxílio federal, jamais resolverão o problema.

O deputado Teixeira Leite (PE) lembrou que os governos estaduais eram carentes de verbas, armas e policiais:

— A força policial persegue os bandoleiros, prende-os quando pode e mata-os quando não morre. Hostilizados de todos os lados, recolhem-se à caatinga e se tem a impressão de que o bando se extinguiu. Mera ilusão. O vírus entrou apenas num período de latência. Cessada a perseguição, os facínoras repontam mais violentos e sequiosos de sangue e dinheiro, apavorando os sertanejos e a polícia.

Leite explicou por que seria diferente com o Exército em campo:

— Que bando se atreveria a aproximar-se de uma zona onde estacionassem tropas do Exército, com armas modernas, transportes rápidos e aparelhos efi-

Com seu bando de cangaceiros, Lampião aterrorizou o sertão nordestino nas décadas de 1920 e 1930



50:000\$000!!



**O Governo do Estado da Bahia,
PREMIARÁ COM**

=== **50:000\$000** ===

**ao civil ou militar que capturar
ou entregar de qualquer modo
à Polícia, o famigerado bandido**

VIRGOLINO FERREIRA, vulgo LAMPEÃO

REPRODUÇÃO

Governo da Bahia espalhou cartazes pelo estado oferecendo recompensa em dinheiro a quem capturasse Lampião

cientes de comunicação? Para provar que apenas as forças e a intervenção do governo nacional poderão extirpar esse banditismo, basta citar que faz mais de dez anos que Lampião tranquilamente impera na região limítrofe de cinco estados do Brasil.

Outra vantagem das tropas federais era que podiam transitar de um estado a outro. As polícias estaduais não tinham tal liberdade — e os cangaceiros tiravam proveito disso. Uma vez encurralados em Alagoas, por exemplo, os bandidos escapavam para Sergipe, Bahia ou Pernambuco, estados nos quais as volantes alagoanas não podiam atuar.

Nenhuma das propostas que davam responsabilidade ao governo federal vingou, e a Constituição de 1934 entrou em vigor sem citar o cangaço.

— Na nova Constituição, vamos invocar o nome de Deus. Vamos também constitucionalizar Lampião? — ironizou o deputado Antônio Covello (SP), contrário às propostas que tratavam dos cangaceiros.

O deputado Carlos Reis (MA) concordou:

— Se no Brasil temos por toda parte bandoleiros como Antônio Silvino e Lampião, nos Estados Unidos existem os *gangsters* e não me consta que na Constituição norte-americana haja qualquer medida de repressão ao banditismo ali organizado com esse caráter.

Para o deputado Francisco Rocha (BA), o cangaço exigia “remédio social”, e não “remédio policial”:

— As causas do cangaceirismo são a falta de educação, estrada e justiça e a organização latifundiária preservando quase intactas as antigas sesmarias coloniais, para não mencionar a estúpida ação policial dos governos estaduais.

Segundo o jornalista Moacir Assunção, autor do livro *Os Homens que Mataram o Facínora* (Editora Record), sobre os inimigos de Lampião, o cangaço surgiu na Colônia, provocado pelo isolamento da região:

— O sertão ficava separado do litoral e mantinha uma ligação muito tênue com Lisboa e, depois, com o Rio de Janeiro. O que prevalecia não era a justiça pública, mas a justiça privada. Era com sangue que o sertanejo vingava as ofensas. Muitos aderiram ao cangaço em razão de brigas de família ou abusos das autoridades. Uma vez cangaceiros, executavam a vingança contando com a proteção e a ajuda do bando.

Lampião entrou no cangaço depois da morte de seu pai pela polícia, em 1921.

— O cangaceiro não era herói. Era bandido mesmo — esclarece Assunção. — A aura de herói tem a ver com um atributo valorizado pelo sertanejo do passado: a valentia. O cangaceiro enfrentava a polícia sem medo, de peito aberto. Isso era heroísmo.

Em 1935, com a nova Constituição já em vigor, o senador Pacheco de Oliveira (BA) apresentou um projeto de lei que destinaria 1,2 mil contos de



Getúlio Vargas e sua política modernizante foram decisivos para o fim do cangaço

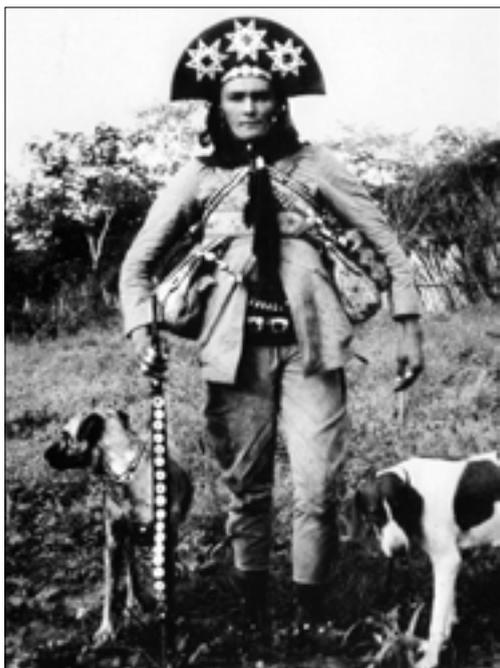
réis aos estados nordestinos para a repressão do cangaço. O dinheiro saíria do orçamento da Inspetoria Federal de Obras contra as Secas, responsável pela abertura de açudes, poços e estradas no sertão. A grande preocupação de Oliveira eram os criminosos que atacavam os trabalhadores e atrasavam as obras:

— Não há muito, um engenheiro avisou sobre o risco que corria seu pessoal. Como não lhe chegassem recursos, lançou mão do único expediente que lhe era praticável: armou os trabalhadores.

Os cangaceiros matavam os operários por terem ciência de que a chegada do progresso ao sertão colocaria em risco o futuro das quadrilhas nômades.

O historiador Frederico Pernambucano de Mello, autor do livro *Quem Foi Lampião* (Editora Stahli), diz que havia motivos não confessos para que o governo federal e os estados pouco fizessem para acabar com o Rei do Cangaço de uma vez por todas:

— Lampião vivia fora da lei, mas mantinha um excelente relaciona-



REPRODUÇÃO

mento com os poderosos. Era protegido por coronéis e políticos. O governador de Sergipe, Eronildes Ferreira de Carvalho, tinha amizade com Lampião e lhe fornecia armamento e munição.

O poder público chegou a se aliar oficialmente aos cangaceiros. Em 1926, o bando de Lampião foi contratado para combater a Coluna Prestes no Nordeste. Comandado por Luís Carlos Prestes, o movimento foi uma marcha político-militar que percorreu o país enfrentando o governo e mobilizando a população contra a opressão política da Primeira República.

A boa vida de Lampião

Corisco, o último dos cangaceiros, foi morto pela polícia em 1940

acabou quando Getúlio Vargas deu o golpe de 1937 e instaurou o Estado Novo. Uma das bandeiras da ditadura era a modernização do país. Nesse novo Brasil, que deixaria de ser agrário para se tornar urbano e industrial, o cangaço era uma mancha anacrônica a ser apagada com urgência.

A gota d'água foi um documentário mudo que revelou ao país a rotina do bando de Lampião na caatinga. O que se via eram cangaceiros despreocupados, alegres, bem vestidos e com joias. Nem pareciam furtivos. Sentindo-se afrontado, Vargas ordenou aos governadores do Nordeste que parassem de fazer vista grossa e aniquilassem o Rei do Cangaço.

Assim se fez. Lampião e seus subordinados foram mortos e decapitados em 1938, e o governo expôs as cabeças em cidades do Nordeste. Bandidos de outros grupos correram para se entregar, de olho na anistia prometida a quem delatasse companheiros.

Corisco, o último pupilo de Lampião, foi morto em 1940, e o cangaço enfim se tornou passado.

Sem perspectivas no Nordeste, muitos dos ex-cangaceiros migraram para o Rio de Janeiro e São Paulo. Policiais que atuavam nas volantes perderam o emprego e engrossaram o êxodo nordestino em direção ao Sudeste.



País teve militares que chegaram ao poder pelas urnas

por Ricardo Westin

*Antes de Jair Bolsonaro,
capitão reformado eleito
em 2018, Brasil teve como
presidentes escolhidos pelo
voto popular o marechal
Hermes da Fonseca e o
general Eurico Dutra*





O general Eurico Gaspar Dutra e o marechal Hermes da Fonseca: eleitos para a Presidência de forma democrática

Quando subiu a rampa do Palácio do Planalto, em 2019, Jair Bolsonaro se tornou o terceiro militar a ganhar a Presidência da República nas urnas. Antes de Bolsonaro, que é capitão reformado do Exército, os militares que governaram o país escolhidos pelo voto popular foram Hermes da Fonseca (1910-1914) e Eurico Gaspar Dutra (1946-1950).

Outros sete militares foram presidentes do Brasil, mas não foi pela via democrática que chegaram ao poder.

Os dois primeiros presidentes militares eleitos democraticamente, apesar de separados por três décadas, tinham bastante em comum. Hermes e Dutra estavam no topo da hierarquia militar, eram idolatrados dentro da caserna, ocupavam postos do alto escalão do governo federal e se lançaram na disputa pelo Palácio do Catete como candidatos do establishment.

Hermes era marechal (o degrau mais alto do Exército) e fora ministro da Guerra do presidente Affonso Penna. Dutra ocupava o posto de general (a promoção a marechal viria durante o mandato presidencial) e também comandara o Ministério da Guerra, no governo ditatorial de Getúlio Vargas.

Como titulares do Ministério da Guerra (equivalente hoje ao Ministério da Defesa), Hermes e Dutra executaram uma série de medidas

que modernizaram as Forças Armadas, o que lhes rendeu o apoio maciço das tropas.

Os dois venceram a eleição presidencial sem grande esforço. Hermes foi o candidato oficial das oligarquias estaduais, que manipulavam a seu favor o resultado das urnas da Primeira República (1889-1930). Na época de Dutra, as votações já não sofriam tanta fraude. O que contou, no caso dele, foi o valioso apoio público que recebeu do sempre popular Getúlio Vargas.

Hermes e Dutra também tinham suas diferenças. No Brasil de 1910, ser candidato militar era um problema. Em 1945, um trunfo.

Quem enfrentou o marechal Hermes da Fonseca nas urnas foi o senador Ruy Barbosa (BA). De acordo com documentos históricos guardados no Arquivo do Senado, Ruy fez vários discursos em que atacou o adversário citando justamente a sua origem militar.

— As nações, senhores, não armam os seus Exércitos para serem escravizadas por eles. As nações não fazem os seus marechais para que eles venham a ser na paz os caudilhos de facções ambiciosas — bradou Ruy num desses discursos.

Ele argumentava que os militares eram incompatíveis com o poder.

ARQUIVO PESSOAL FAMÍLIA BOLSONARO



Jair Bolsonaro na época em que atuava como militar do Exército

Na visão de Ruy, qualquer fardado que chegasse à Presidência transformaria o Brasil numa ditadura, tal qual haviam feito os marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto duas décadas antes, nos primórdios da República. Hermes, por sinal, era sobrinho de Deodoro.

Na avaliação dos aliados de Hermes, o Brasil não deveria se assustar com a farda do marechal.

— Tenho certeza que, subindo ao poder, o marechal Hermes da Fonseca fará um governo eminentemente civil, sem que as classes militares se proponham a superpor-se ao elemento civil, porque este é o compromisso assumido por Sua Ex-



Revista notícia posse do marechal Hermes da Fonseca, em 1910

celência perante o país, e eu reputo Sua Excelência um homem honesto, um homem de honra, além de que na sociedade já vai passando a fase guerreira — argumentou o senador Cassiano do Nascimento (RS).

Para marcar o antagonismo em relação ao presidenciável militar, Ruy Barbosa batizou sua candidatura de Campanha Civilista. O chefe da nação, para ele, tinha necessariamente que ser civil. Sem o suporte das elites políticas

estaduais, contudo, a Campanha Civilista naufragou.

Na campanha do general Dutra, ao contrário, a patente militar não serviu de arma para os adversários. Até porque o principal oponente também era um fardado, oriundo da Aeronáutica: o brigadeiro Eduardo Gomes. O consultor legislativo do Senado Fernando Trindade, que tem formação em história, explica:

— O general Dutra governou logo depois que a Segunda Guerra Mundial acabou e no momento em que a Guerra Fria se iniciou. Nesse contexto belicoso, era natural que um militar assumisse o poder. Isso ocorreu não só no Brasil, mas em vários países. Tivemos Churchill no Reino Unido, Perón na Argentina, Eisenhower nos Estados Unidos, De Gaulle na França.

No Brasil, nomes militares apareceriam em todas as cédulas eleitorais até o golpe de 1964. Em 1950, Getúlio Vargas derrotou o brigadeiro Eduardo Gomes, novamente candidato. Em 1955, Juscelino Kubitschek venceu o general Juarez Távora. Em 1960, Jânio Quadros bateu o marechal Henrique Lott.



Jornal carioca apoia candidatura do general Eurico Gaspar Dutra na eleição presidencial de 1945

O general Dutra tomou posse trajando farda, mas prometeu que não faria um governo militar e que seria “o presidente de todos os brasileiros”. A promessa foi cumprida. Ele permitiu que a Assembleia Nacional Constituinte elaborasse a nova Constituição com total liberdade. Não reagiu sequer quando os constituintes reduziram o mandato presidencial de seis para cinco anos.

— Depois do longo período de exceção em que vivemos [a ditadura do Estado Novo], Sua Excelência aí está altaneiro, discreto e modesto, sem procurar popula-

ridade barata, preocupado somente em cumprir o seu dever — discursou o senador Novaes Filho (PSD-PE). — A história há de apresentar o presidente Eurico Dutra como o verdadeiro restaurador da democracia do Brasil.

— O senhor presidente conhece perfeitamente suas atribuições e diz, proclama, grita e tem demonstrado com a eloquência dos exemplos que jamais sairá do seu “livrinho vermelho”, que é a Constituição do Brasil, votada pelo povo brasileiro — acrescentou o colega Olavo Oliveira (PSP-CE), segundo documentos do Arquivo do Senado.

Uma das raras medidas de Dutra consideradas hoje antidemocráticas foi o respaldo à decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de fechar o Partido Comunista do Brasil (PCB) e destituir os parlamentares “vermelhos”, como o senador Luís Carlos Prestes (PCB-DF) e os deputados Jorge Amado (PCB-SP) e Carlos Marighella (PCB-BA).

Enquanto o general Dutra encerrou seu mandato com a popularidade nas alturas, sendo por muito tempo lembrado como exemplo de ética e honestidade, o marechal Hermes saiu execrado do Catete. Seu governo foi

marcado por um truculento estado de sítio, pela execução dos rebeldes da Revolta da Chibata e pela intervenção federal em diversos estados.

No âmbito familiar, uma infeliz coincidência aproxima Hermes e Dutra. Ambos ficaram viúvos durante o mandato presidencial. A mulher do marechal, Orsina da Fonseca, morreu em 1912. No dia seguinte, o senador Nilo Peçanha (RJ) propôs ao Senado que criasse uma comissão de parlamentares para levar um abraço de condolências ao presidente.

— Penso que o Senado não é insensível ao desgosto por que acaba de passar o chefe da nação pela perda irreparável de sua estremecida esposa, modelo de virtude e de bondade — afirmou Nilo, que obteve a aprovação de sua proposta por unanimidade.

Hermes ficaria sozinho por pouco tempo. Em 1913, ele se casou com a caricaturista Nair de Teffé, que escandalizava a sociedade carioca por vestir calças compridas e organizar saraus com maxixe, estilo de música e de dança considerado vulgar na época.

A mulher do general, Carmela Dutra, morreu em 1947. Por ser católica radical, ela tinha o apelido de Dona Santinha. Atribui-se à pressão dela a decisão do presidente Dutra de, por decreto, colocar na ilegalidade os cassinos e os jogos de azar.

— O infausto acontecimento privou a sociedade brasileira de um dos seus mais altos e nobres ornamentos. Dona Carmela Dutra, um expoente da personalidade feminina no Brasil, enobreceu a sociedade pela



ARQUIVO NACIONAL

Fardado, o general Eurico Gaspar Dutra assume a Presidência da República, em 1946

inteligência, pela virtude e pela força militante da sua profunda fé religiosa — discursou o senador Georgino Avelino (PSD-RN).

O Brasil também teve militares que viraram presidentes sem passar pelo crivo popular. Foram sete, que chegaram ao poder depois de golpes de Estado. Os primeiros foram Deodoro e Floriano, protagonistas da derrubada da Monarquia, em 1889. Depois deles, vieram os generais da ditadura iniciada em 1964: Humberto Castello Branco, Arthur da Costa e Silva, Emílio Médici, Ernesto Geisel e João Figueiredo.

O historiador e militar reformado Sergio Murillo Pinto, autor do livro *Exército e Política no Brasil* (Editora FGV), afirma:

— Os militares, em mais de uma ocasião, entraram na cena política atropelando a Constituição. Hermes e Dutra mostram que houve exceções. Hermes fez um governo desastroso, mas Dutra garantiu a volta do país à normalidade democrática. Para a democracia, o importante é que o presidente e o governo não sejam tutelados pelos militares e que a Constituição seja sempre respeitada.



O presidente Hermes da Fonseca em seu segundo casamento, com a caricaturista Nair de Teffé, em 1913



Antes da Eletrobras, Brasil vivia rotina de apagões

por Ricardo Westin

A criação da estatal foi proposta ao Congresso em 1954 por Vargas para acabar com os racionamentos e permitir a industrialização. O mercado era dominado por multinacionais



No Carnaval de 1954, os foliões brincaram nas ruas do Rio de Janeiro ao som de duas marchinhas que debochavam de uma mazela que infernizava a capital do Brasil: os apagões quase diários. A marchinha *Vaga-Lume*, na voz de Violeta Cavalcanti, denunciava: “Rio de Janeiro / Cidade que nos seduz / De dia falta água / De noite falta luz”. O outro hino carnavalesco era *Acende a Vela*, cantado por Emilinha Borba, que se valia da mesma rima: “Acende a vela, Iaiá / Acende a vela / Que a Light cortou a luz / No escuro eu não vejo aquela / Carinha que me seduz”.

A eletricidade capenga não era um problema exclusivo do Rio. Afectava o Brasil inteiro. Enquanto as maiores cidades penavam com cortes recorrentes de luz, grande parte do interior do país virava as noites no breu, numa situação ainda pior, sem energia elétrica nenhuma.

Um mês depois daquele Carnaval, o presidente Getúlio Vargas deu o pontapé num ambicioso plano para finalmente pôr o sistema elétrico brasileiro em ordem. Em abril de 1954, ele enviou ao Congresso Nacional um projeto de lei que autorizava o governo a fundar uma empresa estatal chamada Eletrobras.

Papéis históricos conservados pelo Arquivo do Senado, em Brasília, mostram que Apolônio Salles (PSD-PE) foi um dos senadores que levantaram a bandeira da Eletrobras. Da tribuna do Senado, Salles discursou:

— Dotando o país com energia elétrica abundante, a Eletrobras há de representar o marco decisivo na caminhada econômica do Brasil.

A criação da Eletrobras marcaria, de fato, uma mudança e tanto no Brasil. Em meados do século passado, a geração e a distribuição de energia cabiam basicamente à iniciativa privada. O setor era repartido entre a americana Amforp e a canadense Light (a mesma da marchinha cantada por Emilinha Borba), que concentravam seus esforços no abastecimento das grandes cidades do país. A Light detinha a nata do mercado: o eixo Rio-São Paulo.

Diante do desinteresse das duas multinacionais pelas regiões pouco lucrativas, os estados ricos se incumbiam de levar a eletricidade às suas cidades mais afastadas. O governo paulista, por exemplo, criou as Usinas Elétricas do Paranapanema. O governo mineiro era dono das Centrais Elétricas de Minas Gerais (Cemig).

Em todas as situações, contudo, a produção de eletricidade era pífia e as redes de alta tensão, que distribuíam a energia, eram minúsculas e isola-

das. Nenhuma das empresas conseguia dar conta da demanda, que crescia exponencialmente. Era a época em que os brasileiros trocavam o campo pela cidade e a economia passava de agrícola a industrial. Os novos tempos eram movidos a eletricidade.

A carência elétrica estorvava o conforto dos lares, que já contavam com geladeiras, enceradeiras, televisores e outros aparelhos ligados à tomada, e atravancava o desenvolvimento das fábricas, que se viam impedidas de aumentar a produção.

Na Câmara, o deputado Ubirajara Keutenedjian (PSP-SP) disse aos colegas que já estava farto dos rotineiros cortes de energia no estado de São Paulo:

— Neste último quinquênio, um racionamento progressivo e de efeitos calamitosos vem se opondo tenazmente ao desenvolvimento do parque industrial da terra bandeirante. Inicialmente, foram fixadas cotas mínimas. Nestes últimos dois anos, tendo a crise atingido o auge, foi posto em prática o sistema dos cortes de ponta. O estado de São Paulo normalmente fica de seis a oito horas por dia sem energia elétrica. O caso é de calamidade pública, na expressão exata da palavra!

O senador Guilherme Malaquias (PTB-DF) afirmou que a situação da cidade do Rio de Janeiro, que tinha o status de Distrito Federal, era igual à de São Paulo:

— A Light acabou de fazer proposta ao governo para o racionamento de força no Rio e em São Paulo, tendo a mesma sido aprovada. Se o racionamento traz desvantagens para o consumidor, como multas e cortes de luz, para a indústria acarreta prejuízos incalculáveis, com máquinas paralisadas e operários que ganham sem poder produzir.

Irritado, o senador criticou a Light e pediu a rápida aprovação do projeto da Eletrobrás:

— O nível das represas está baixo. É necessário que o governo investigue se as águas são aproveitadas [pela Light] de maneira racional durante as cheias ou são impreviavelmente desperdiçadas. Rio e São



Jornal noticia envio do projeto de lei da Eletrobrás ao Congresso Nacional

O que os presidentes disseram sobre a Eletrobras



A iniciativa privada volta-se naturalmente para as zonas cujo suprimento se mostra mais rentável. A difusão da energia elétrica, mesmo nas regiões menos desenvolvidas do país, é questão que não pode ser descuidada pelo poder público. A instituição de uma grande empresa estatal, sob a denominação de Eletrobras, será brevemente proposta ao Congresso, cujo pronunciamento a respeito aguardo com o máximo interesse.”

Getúlio Vargas

Mensagem presidencial ao Congresso em 1954



Um problema que tem sido objeto da preocupação de sucessivos governos é o que se refere ao fornecimento adequado e suficiente de energia elétrica. A aprovação do Plano Nacional de Eletrificação e da empresa Eletrobras — passo seguro para solucionar o problema da eletricidade no Brasil — está entregue à alta deliberação do Congresso Nacional, que saberá decidir de conformidade com os interesses do país.”

Café Filho

Mensagem presidencial ao Congresso em 1955



A energia elétrica constitui um dos grandes pontos de estrangulamento de nossa economia. Em consequência, encontra-se tolhido o desenvolvimento industrial, exatamente nas áreas de maior potencialidade econômica e concentração demográfica do país. Grandes massas de nossa população estão privadas desse mínimo de progresso e conforto que a civilização moderna requer, tanto nas aglomerações urbanas como nas zonas rurais.”

Juscelino Kubitschek

Mensagem presidencial ao Congresso em 1956



A criação da Eletrobras dará ao Poder Executivo instrumento eficiente para a organização das empresas federais de eletricidade, que deverão ser orientadas segundo sadios princípios econômicos, preservando-se o espírito empresarial e comercial do setor, para que sejam mantidas as condições de eficiência e rentabilidade exigidos pelo interesse nacional.”

Jânio Quadros

Mensagem presidencial ao Congresso em 1961

Paulo não podem ficar sujeitos a cortes de 10% a 20% na energia. O governo deve adotar medidas imediatas a respeito da Light e ir mais além, acelerando a instalação da Eletrobras, órgão estatal de controle da nossa força hidrelétrica.

A Câmara chegou a formar uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar as causas dos racionamentos no eixo Rio-São Paulo.

Para o presidente Vargas, o governo só conseguiria garantir o suprimento energético necessário à industrialização do Brasil se possuísse uma empresa estatal encarregada de fazer o planejamento de todo o sistema elétrico nacional, construir usinas (em especial as hidrelétricas) e erguer torres com linhas de transmissão — sem a seletividade capitalista das companhias privadas nem a visão local e limitada das empresas estaduais.

“O problema da energia elétrica reclama atuação vigorosa e urgente de parte do poder público, para que as dificuldades atuais sejam debeladas

e o país venha a dispor no menor prazo possível da energia de que necessita para o seu desenvolvimento”, escreveu Vargas na justificativa que acompanhou o projeto de lei endereçado ao Congresso Nacional em 1954.

A ideia era que a Eletrobras não detivesse o monopólio da energia elétrica, mas trabalhasse em coordenação com os grupos que já atuavam no mercado. O presidente vinha embalado pela recente criação da Petrobras

— esta, sim, monopolística. A estatal do petróleo proposta por ele havia sido aprovada pelos senadores e deputados poucos meses antes.

O projeto da Eletrobras, entretanto, não teve vida fácil no Congresso. Vargas não viu a estatal elétrica tornar-se realidade. Os documentos do Arquivo do Senado mostram que a proposta se arrastou pelas comissões do Senado e da Câmara e só conseguiu sair do papel oito anos e quatro presidentes da República depois. O projeto seria aprovado em 1961, e a empresa começaria a funcionar em 1962.

A lentidão se explica pelo poder das multinacionais. A Light e a Amforp se mobilizaram para impedir a criação da Eletrobras, fazendo pressão sobre o governo, o Congresso e a sociedade.

De acordo com Vargas, empresas estrangeiras insatisfeitas com seu ideário nacionalista estavam mancomunadas com a oposição para tentar derrubá-lo. O presidente se matou em agosto de 1954 e, assim, freou o golpe de Estado



A VAZÃO DO PARAIBA CONTINUA MUITO BAIXA

A água disponível no Reservatório de Lajes é de menos de 10% de sua capacidade.

Não ultrapasse as quotas determinadas pelas autoridades, quer na Indústria, quer nos escritórios e nos lares.

Em seu próprio benefício, economize eletricidade.



Anúncio da Light em jornal do Rio de Janeiro em 1955: o sistema elétrico estava à beira do colapso



O presidente João Goulart discursa, ao lado do primeiro-ministro Tancredo Neves, na cerimônia de instalação da Eletrobras, em 1962

em curso. Na carta-testamento, ele citou o movimento anti-Eletrobras:

“A campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se à dos grupos nacionais revoltados contra o regime de garantia do trabalho. Quis [eu] criar a liberdade nacional na potencialização das nossas riquezas através da Petrobras. Mal começa esta a funcionar, a onda de agitação se avoluma. A Eletrobras foi obstaculada até o desespero. Não querem que o povo seja independente”.

No Senado, o maior adversário da Eletrobras foi Assis Chateaubriand (PSD-MA), que ao longo de seus cinco anos de mandato advogou incansavelmente pela troca da política nacionalista pelo liberalismo econômico.

— Estou em completo desacordo. Esse projeto [da Eletrobras] deveria ser sacudido sumariamente na sapucaia, como lixo que é — disse o senador. — O capital estrangeiro vem sendo perseguido da maneira mais primitiva e estúpida. Sem a iniciativa privada, não há salvação. Essas organizações estatais estão matando o Brasil.

Chateaubriand tinha relações estreitas com a Light. Na década de 1920, ele contara com dinheiro da multinacional para comprar o primeiro jornal de seu futuro império das comunicações. Três décadas mais tarde, ele colocaria a TV Tupi, a revista *O Cruzeiro* e o jornal *Diário da Noite*, entre outros veículos de sua propriedade, numa campanha feroz contra a Eletrobras.

Assim que Vargas apresentou o projeto, o dono de uma pequena loja de aparelhos de rádio e televisão localizada no centro do Rio de Janeiro correu para o Congresso Nacional pedindo que os parlamentares não aprovassem a criação da estatal com aquele nome. Motivo: a loja dele se chamava Electrobraz.

Foi o suficiente para que o senador Abelardo Jurema (PSD-PB) apresentasse uma emenda ao projeto de lei mudando o nome de Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobras) para Centrais Elétricas Federais (Celfe). O historiador Paulo Brandi, do Centro de Memória da Eletricidade no Brasil, explica:

— Da mesma forma que “Petrobras”, a palavra “Eletrobras” estava muito associada a Getúlio Vargas. A alteração do nome original tinha como objetivo tirar a participação de Getúlio na criação da empresa, deixar o presidente no passado, simplesmente apagar a memória.

A insossa sigla Celfe passou no Senado, porém acabaria sendo derrubada na Câmara. O deputado Raymundo Brito (PR-BA), um dos relatores do projeto na Câmara, argumentou:

— A possível semelhança dos nomes, por si mesma, não nos impressionou. Discordamos da supressão do nome Eletrobras, para todos nós muito significativo, por copiosas razões psicológicas e sentimentais. Além disso, se as duas empresas se dedicam a ramos diversos, não haverá concorrência possível, perdendo-se a razão do privilégio da exclusividade legal.

Excelentíssimo Senhor Doutor Nereu Ramos,
M.D. Presidente da Câmara dos Senhores Deputados.

Assim, através de sua inscrição no Registo do Comércio, está assegurado à Suplicante - e a mais ninguém - o uso do nome comercial ELECTROBRAZ COMÉRCIO E INDÚSTRIA, S.A., cuja parte dis-

tintiva é o vocábulo "E L E C T R O B R A Z". Ninguém mais pode pretender a inscrição dêsse vocábulo distintivo no Registo do Comércio, nem o seu registo no Departamento Nacional da Propriedade Industrial, onde, aliás, está assegurada à Suplicante a priorida-

Em 1954, dono da loja Electrobraz, do Rio, pediu ao Congresso que mudasse nome da Eletrobras

De acordo com o projeto de Vargas, a Eletrobras seria também uma fábrica, produzindo os geradores, as turbinas, os transformadores e os demais equipamentos pesados que ela mesma usaria para gerar e distribuir eletricidade. O senador Mem de Sá (PL-RS) propôs uma emenda para apagar esse trecho do projeto.

— É inconveniente que a Eletrobras seja fracionada em múltiplos empreendimentos e entre na indústria do material elétrico. Haveria uma dispersão de esforços, sendo drenados para o campo dessa indústria recursos preciosos para a finalidade que torna a empresa necessária. Também condenável é essa ociosa e onerosa estatização da economia, pela invasão do poder público numa atividade que a indústria privada tem desenvolvido com plena capacidade.

O senador Domingos Vellasco (PSB-GO) concordou:

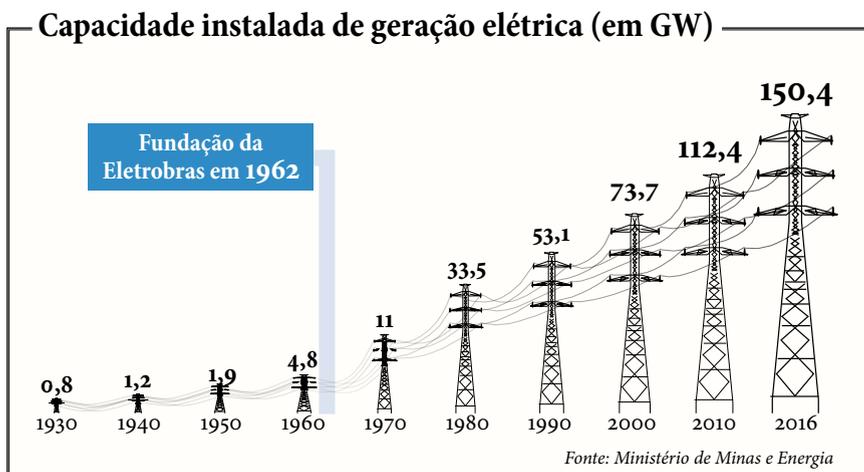
— A criação da Eletrobras, por si só, será um incentivo ao desenvolvimento da indústria de material elétrico, tal como está acontecendo com a Petrobras, que propiciou a montagem no país da indústria de tubos sem costura e fomentou o progresso de outras empresas particulares correlatas. Como socialista, sou favorável à socialização das empresas, mas contrário à sua estatização, que conduz ao gigantismo do Estado, o que o socialismo combate.

Assim como Getúlio Vargas, tampouco os presidentes Café Filho e Juscelino Kubitschek receberam do Congresso o projeto da Eletrobras aprovado. A aprovação dos parlamentares ocorreu no governo de Jânio Quadros, em 1961. Ao sancionar a lei, Jânio vetou o trecho que permitiria à estatal dedicar-se à produção de material elétrico.

A faixa inaugural da Eletrobras seria por fim cortada em 1962, pelo presidente João Goulart e pelo primeiro-ministro Tancredo Neves, durante o breve período em que o Brasil experimentou o parlamentarismo.

Uma das primeiras missões da Eletrobras foi acabar com o isolamento elétrico de parte do Brasil. O Rio de Janeiro, o Espírito Santo, o Rio Grande do Sul e parte de Minas Gerais operavam em 50 Hz, enquanto todo o restante do país funcionava em 60 Hz. Isso dificultava, por exemplo, que o Rio, em época de racionamento, fosse socorrido pela eletricidade de São Paulo. Além disso, os aparelhos elétricos dos estados de 60 Hz não funcionavam nos estados de 50 Hz. O processo de unificação da frequência em 60 Hz se estendeu por mais de uma década.

O Brasil antes e depois da Eletrobras



A Eletrobras acabaria incorporando as suas grandes adversárias históricas. A Amforp foi comprada pela estatal em 1964. A Light, em 1979. Graças à atuação da nova empresa, a capacidade instalada no Brasil entre 1960 e 1980 aumentou 600%, passando de 5 GW para 34 GW, o que sustentou o “milagre econômico brasileiro” da década de 1970.

No fim da década de 2010, a capacidade era de 150 GW. Dona ou sócia de uma série de empresas, como Furnas, Itaipu e Eletronuclear, a holding Eletrobras produzia um terço da energia do país e detinha metade das linhas de transmissão.

No mesmo dia em que João Goulart inaugurou a Eletrobras no Rio de Janeiro, o senador Paulo Fender (PTB-PA), correligionário do presidente, discursou em Brasília:

— As congratulações que desta tribuna formulo para com o governo encontram eco na carta testamento de Getúlio Vargas. Dizia o eminente brasileiro que a Eletrobras havia sido obstada ao máximo e ele morria sem realizar seu sonho de nacionalista de instalá-la. Representa o ato do governo, portanto, a realização de um objetivo de Getúlio e de todos os trabalhistas do país, que se regozijam a esta hora por havermos avançado tanto nas conquistas democrático-sociais.

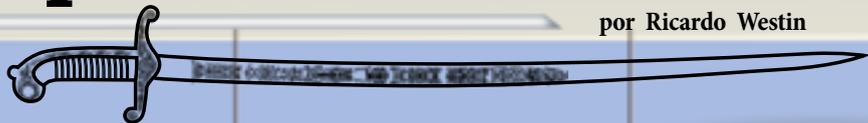




Quando o Brasil experimentou o parlamentarismo

por Ricardo Westin

Uma manobra política em 1961 criou a figura do primeiro-ministro para reduzir poderes do presidente João Goulart, mas a experiência durou pouco. Em 1963, após intensa campanha do governo, a população foi às urnas e decidiu restaurar o presidencialismo



No primeiro domingo de 1963, os brasileiros depositaram nas urnas cédulas que perguntavam se o regime parlamentar deveria ser mantido. A maioria esmagadora marcou “não” (83% dos votos válidos). Durou apenas um ano e quatro meses a experiência parlamentarista do Brasil republicano.

O plebiscito de 6 de janeiro restaurou o presidencialismo. A condução do governo deixou de ser dividida entre o presidente da República e o primeiro-ministro. O presidente João Goulart (PTB) passou a ser o único ocupante do Palácio do Planalto.

Documentos históricos guardados no Arquivo do Senado mostram que os senadores tiveram um papel decisivo tanto na implantação quanto na derrubada do parlamentarismo.

Ao longo do segundo semestre de 1962, não se discutiu outra coisa no Plenário e nas comissões do Senado. Batia-se à exaustão na tecla de que o presidencialismo precisava voltar. Quase não se ouviam vozes partidárias do sistema em vigor.

— O parlamentarismo é um regime esdrúxulo, sem raízes na nossa terra, uma flora artificial e de estufa. Não tem sido mais do que uma fonte de inquietação — discursou o senador Lourival Fontes (PTB-SE).

O restabelecimento do presidencialismo pelo voto popular representou uma desforra para Jango. Em 1961, os três chefes das Forças Armadas haviam proibido que ele tomasse posse na Presidência, após a inesperada renúncia de Jânio Quadros (PTN). O veto militar não tinha amparo legal, pois Jango era o vice-presidente e, como tal, sucessor legítimo de Jânio.

Aqueles eram os anos da Guerra Fria, e tanto os militares quanto os políticos adversários enxergavam no vice perigosas inclinações comunistas. Ele era íntimo do movimento sindical — fora ministro do Trabalho de Getúlio Vargas — e prometia a reforma agrária.

Jânio renunciou em 25 de agosto de 1961. Nos dias seguintes, na iminência de uma guerra civil, o Brasil parou de respirar. No Rio Grande do Sul, o governador Leonel Brizola (PTB) preparou uma reação armada para forçar a investidura de Jango. No final, não houve conflito. Os militares aceitaram a posse — mas com a condição de que o novo presidente não pudesse dar todas as cartas.

Foi com esse golpe branco que se implantou o parlamentarismo. O Brasil adotou a figura do primeiro-ministro, e a autoridade do presidente



Manchete do jornal *Última Hora*: parlamentarismo como solução para a crise política deflagrada pela inesperada renúncia de Jânio Quadros, em 1961

foi podada. Jango se submeteu a tal arranjo para evitar a guerra.

A adoção do novo sistema exigiu uma mudança na Constituição. A emenda — conhecida como Ato Adicional — foi votada às pressas no Senado e na Câmara. Jango, enfim, tomou posse em 7 de setembro de 1961.

Em 1962, o senador Paulo Fender (PTB-PA) afirmou que o parlamentarismo havia sido uma “fórmula patriótica de emergência”, mas ainda não havia se mostrado benéfico para o país:

— Houve tempo bastante para que o Congresso verificasse que o remédio aplicado àquela situação não mais poderia estar em uso, porque atendeu a uma terapêutica de emergência. Como na medicina humana, na medicina social os remédios que servem para a urgência dos casos não servem para a debelação do mal diagnosticado, que estaria a exigir uma terapêutica específica.

O Ato Adicional foi tão casuístico que abriu a possibilidade de o presidencialismo voltar assim que Jango deixasse o Palácio do Planalto. A norma previa um plebiscito sobre a continuidade do sistema parlamentar, a ocorrer em 1965, último ano do governo Jango.

João Goulart não se deu por vencido. A partir do momento em que foi empossado, todos os seus movimentos foram no sentido de, primeiro, mudar o Ato Adicional (antecipando a consulta popular) e, depois, derrubá-lo por completo (revogando nas urnas o parlamentarismo).

O primeiro-ministro que inaugurou a era parlamentarista foi Tancredo Neves (PSD), alçado ao cargo graças ao perfil conciliador. Os militares o aceitaram, pois viram nele um contrapeso ao suposto radicalismo de Jango. Tancredo montou o Conselho de Ministros com praticamente todos os partidos, inclusive a opositora UDN. Esse gabinete de união nacional acelerou a volta do Brasil à estabilidade política.

Jango não chegou a ser uma rainha da Inglaterra. O parlamentarismo à brasileira dava ao presidente várias prerrogativas, sem limitá-lo a uma figura decorativa. Como o sistema foi implantado às pressas, de forma atabalhoada, as atribuições do presidente e do premiê jamais ficaram delimitadas com clareza.

No Senado, o governista Lima Teixeira (PTB-BA) e o opositorista Venâncio Igrejas (UDN-Guanabara) se estranharam quando o debate resvalou nas competências dos dois ocupantes do Planalto.

- Temos um bom timoneiro no governo — afirmou Teixeira.
- Qual dos dois? — questionou Igrejas.
- Quem dirige o barco é o presidente da República.
- Mas não estamos no regime parlamentarista?
- Refiro-me à pessoa mais alta do Poder Executivo.
- O Poder Executivo é representado pelo gabinete.
- Não estamos no regime que Vossa Excelência imagina, de parlamentarismo puro — retorquiu o correligionário de Jango.
- Aliás, o que está faltando é pureza neste regime — provocou o senador da UDN.

O experimento brasileiro tinha outras excentricidades.

— Sempre ouvi dizer que o parlamentarismo é o exercício do Poder Executivo por uma delegação parlamentar, denominada gabinete — disse o senador Martins Júnior (UDN-PA). — No entanto, o que vemos entre nós? Um gabinete de leigos, de ausentes do Parlamento.

De fato, nem sequer Tancredo era parlamentar. Tampouco os dois premiês que o sucederiam.

Mesmo não sendo um presidente decorativo, Jango pouco podia fazer sozinho. Praticamente tudo requeria o aval do primeiro-ministro. Ele precisava reverter logo o golpe branco de que fora vítima. Para convencer o povo e o Congresso de que o parlamentarismo tinha que cair, decidiu sabotar o regime.

Jango e Tancredo:
poderes do
premiê eram
um entrave para
as pretensões
políticas do
presidente



FGV

Para começar, não poderia ter a seu lado um premiê forte. Tancredo deveria sair do caminho. O presidente manobrou para que o Congresso rejeitasse um projeto de lei que permitiria que os ministros que quisessem disputar eleição continuassem no cargo durante a campanha. O premiê se candidataria a deputado federal nas eleições de outubro de 1962. Sem alternativa, Tancredo renunciou em junho.

A queda do primeiro gabinete deixou Brasília em polvorosa. Em vez de jogar água para apagar o incêndio, Jango atirou gasolina. Para suceder Tancredo, indicou dois nomes que foram rejeitados pela classe política. O presidente agia para comprovar que, enquanto o parlamentarismo vigorasse, o país não teria paz.

O senador João Arruda (PSP-PB) denunciou a estratégia:

— O presidente não tem feito nada senão fomentar confusão e fabricar crises. Em agosto e setembro [de 1961], não houve melhor alternativa para a nação a não ser aceitá-lo como presidente, com a modificação feita no sistema constitucional, a fim de coibi-lo dos excessos dos quais agora dá sobejas provas. Ele não quer que o sistema funcione, por isso baralha e confunde tudo.

Após Tancredo, foram alçados ao posto de premiê os juristas Brochado da Rocha e Hermes Lima. Escolhidos a dedo por Jango, estavam comprometidos com a queda do parlamentarismo.

O jornalista Plínio Fraga, autor do livro *Tancredo Neves, o Príncipe*

Galeria de primeiros-ministros



Tancredo Neves

*10 meses no cargo
(de set.1961 a jul.1962)*

Tancredo foi escolhido primeiro-ministro em razão do perfil conciliador. A

indicação, pela bancada do PSD na Câmara, agradou aos militares, que buscavam um contraponto ao suposto extremismo do presidente Jango. Dos três premiês, foi o único que trabalhou para que o parlamentarismo desse certo. Por isso, Jango manobrou e conseguiu que Tancredo renunciasse.



Brochado da Rocha

*2 meses no cargo
(de jul a set.1962)*

Jango escolheu Brochado por sugestão do governador Leonel Brizola. O primeiro-

ministro havia feito carreira no Rio Grande do Sul, como deputado estadual e secretário no governo de Brizola. Brochado pressionou os parlamentares para que o plebiscito fosse marcado para outubro de 1962. O Congresso rejeitou a proposta, e Brochado renunciou. Ele morreria uma semana depois.



Hermes Lima

*4 meses no cargo
(de set.1962 a jan.1963)*

Após a queda de Brochado, o Congresso aprovou o plebiscito para janeiro de 1963.

O terceiro e último premiê foi Hermes Lima, ex-deputado estadual da Bahia e ex-deputado federal do Distrito Federal, que governou de modo a convencer a população a rejeitar o parlamentarismo. Advogado e jurista, ele foi recompensado por Jango em 1963 com o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal. A ditadura militar o retiraria do STF à força.

Civil (Editora Objetiva), explica que a nomeação de juristas não foi por acaso:

— O direito sempre foi uma escola de política no Brasil. Desde o Império, era natural que quem quisesse ser político cursasse direito. Em 1962, isso foi ainda mais importante porque a antecipação do plebiscito provocou várias disputas jurídicas. Jango quis ter a seu lado primeiros-ministros que dominassem a interpretação das leis.

No segundo semestre de 1962, sem Tancredo, as negociações no Congresso pela antecipação do plebiscito foram destravadas. Jango não teve dificuldade para convencer os senadores e deputados. No meio político, era quase unânime o desejo de enterrar o novo sistema. A poderosa classe dos governadores, por exemplo, o repudiava porque o Ato Adicional previa para breve a instalação do mesmo regime também nos estados.

João Goulart contou com o apoio até da oposição. Os principais partidos tinham planos de chegar em 1966 ao Palácio do Planalto, onde não gostariam de encontrar um primeiro-ministro. Entre os pré-candidatos,

estavam o governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto (UDN), opositorista, e o senador e ex-presidente Juscelino Kubitschek (PSD-MG), governista.

De acordo com o Ato Adicional, o presidente passaria a ser eleito pelo Congresso. O premiê seria escolhido pelo presidente.

— O povo não sabe o que perdeu com o parlamentarismo — afirmou JK. — É com surpresa que os eleitores recebem a notícia de que lhes foi roubado o direito de eleger o presidente.

No Senado, os aliados de Jango recorriam à retórica, como Barros Carvalho (PTB-PE):

— O Ato Adicional, cuja *délivrance* [parto] pelo Congresso foi forçada e fora dos prazos de gestação regimental, não passou de um aborto infeliz. O presidente foi esbulhado e o povo, fraudado. Esse ato não é parte da Constituição. Será, no máximo, um apêndice dela. Não podemos deixá-lo pendurado na barriga da nação. O povo precisa dizer como deseja ser governado. O contrário disso será a supuração daquele apêndice, que infeccionará de morte as instituições.

O primeiro-ministro Brochado da Rocha pressionou o Congresso para que a consulta popular, em vez de abril de 1965, conforme previa o Ato Adicional, ocorresse junto com as eleições legislativas de outubro de 1962. Num lance arriscado, avisou que renunciaria se os parlamentares não aprovassem a antecipação.

— Não podemos deliberar sob a ameaça de renúncia do primeiro-ministro — reagiu o senador João Villasboas (UDN-MT). — Não sei o que teme o Congresso. Nos países parlamentaristas, são um fato normal a renúncia e a organização de um novo ministério. Só aqui, no nosso parlamentarismo indígena, isso se chama de crise. No regime parlamentar do Império, os ministérios foram substituídos às dezenas sem estas crises melodramáticas da República.

A chantagem falhou. O Congresso rejeitou a antecipação do plebiscito para outubro, e Brochado renunciou, alimentando mais uma crise em Brasília.

Jango soube fazer uso de seus contatos com o movimento sindical. Senadores o acusaram de fomentar as várias greves que paralisaram o Brasil em 1962 tendo na pauta de reivindicações não apenas reajustes salariais, mas também a antecipação do plebiscito de 1965. Para o senador Padre

Chegou a hora de dizer **NÃO!**



Contra a miséria
Contra o analfabetismo
Contra a falta de terra
Contra a usurpação do seu voto

NO DIA 6 DE JANEIRO MARQUE

NÃO porque o povo é contra o Ato Adicional que institui o Parlamentarismo
NÃO porque o povo exige um regime que seja expressão autêntica da sua vontade soberana.
NÃO porque o povo quer recompor o direito de eleger o Presidente da sua terra escolhida.
NÃO porque é essencial preservar a autoridade do Presidente para que ele possa ao máximo servir o País inteiro.
NÃO porque o povo está cansado das confusões políticas que geram crises sucessivas.
NÃO porque o povo deseja um regime que termine, uma e definitiva, a situação de trabalho e o Governo gozo.



NÃO

Campanha pelo "não" ao parlamentarismo publicada pelo governo em jornal



Contratado pelo governo Jango por 100 mil cruzeiros, palhaço Carequinha grava jingle pela derrubada do parlamentarismo

Calazans (UDN-SP), a tática presidencial de espalhar o caos buscava não só enterrar o regime parlamentar, mas também implantar o comunismo no país:

— O que aqui se está fazendo é exatamente o que se fez em outras nações onde minorias audaciosas e organizadas, mediante agentes situa-

dos em altos postos do governo, da força militar e das entidades populares, desorganizaram a vida nacional, tumultuaram a política e paralisaram a administração até chegar ao momento da tomada do poder, que é a transformação da greve política em greve revolucionária. Assistimos à transformação do Brasil num satélite da Rússia.

A renúncia de Brochado e uma greve geral deflagrada no mesmo instante, em setembro, tiveram resultado. No dia seguinte, o Congresso aprovou a antecipação do plebiscito — não para outubro de 1962, como sonhava Jango, mas para janeiro de 1963. Não deixou de ser uma vitória do presidente.

Auxiliado pelo premiê Hermes Lima, o próprio presidente João Goulart cuidou da propaganda, investindo milhões de cruzeiros em comícios, panfletos, anúncios de jornal e jingles de rádio e televisão. Só houve campanha pelo “não” ao parlamentarismo.

Grandes estrelas foram contratadas para convencer os brasileiros a votar a favor de Jango, como Elizeth Cardoso, Elza Soares, Bibi Ferreira e o palhaço Carequinha. Em ritmo de marchinha, Elizeth cantou: “Meu povo, está na hora de acabar a confusão / Toda a nação vai responder que ‘não’ / O Ato Adicional tá indo mal / Todo o meu povo, com razão / Vai responder que ‘não’, ‘não’ e ‘não’”.

— Não está se dando a possibilidade de uma pugna lisa e honesta para confrontar ideias. O que há é um monólogo — criticou o senador Mem de

Sá (PL-RS). — A propaganda é tão poderosa e rica que foram mobilizados os argumentos da senhora Elza Soares, que passou a figurar como um prócer do sistema presidencial de governo, e as luzes do grande teórico do plebiscito, que é o digníssimo senhor Carequinha.

Mem de Sá foi uma das raras vozes a favor do regime em vigor. Antevendo a derrota nas urnas, atacou Jango e o plebiscito:

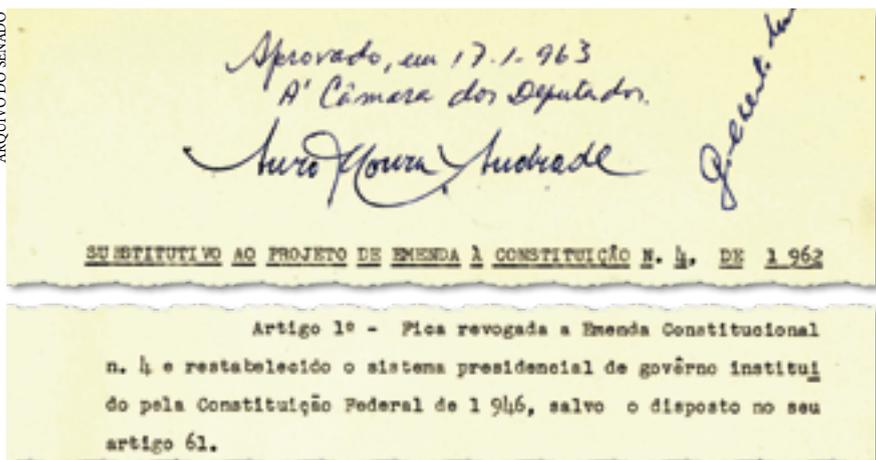
— Não é possível pedir ao povo que responda o que ignora. E ignora o parlamentarismo não apenas o povo sem instrução, analfabeto, mas até as melhores camadas da sociedade. Além disso, não me parece sério perguntar ao povo se prefere um sistema que conheceu [presidencialista] ou um sistema que não pôde conhecer [parlamentarista]. Este sistema foi entregue ao seu carrasco, que o mata com requintes de perversidade chinesa, aos poucos.

Assim que pôde, João Goulart destituiu os chefes das Forças Armadas nomeados por Jânio Quadros, aqueles que haviam tentado vetá-lo, e os substituiu por aliados. Assim, também os militares embarcaram na campanha pelo presidencialismo, reforçando a pressão sobre o Congresso.

A população como um todo aderiu aos planos de Jango. E não foi só em resposta à intensa campanha publicitária. O presidente distribuiu bondades nos meses derradeiros do parlamentarismo, como a lei de criação do 13º salário e um aumento de 75% no salário mínimo.

Aliados de Jango chegaram a sugerir que o Congresso anulasse o Ato Adicional por conta própria, sem plebiscito. Ele rechaçou a ideia. Para o

ARQUIVO DO SENADO



Emenda constitucional aprovada pelo Senado logo após o plebiscito de 1963 restaura o presidencialismo

Jornal *Última Hora*
 notícia a vitória
 do “não” no
 plebiscito de 6 de
 janeiro de 1963



presidente, não bastava ganhar todos os poderes. Ganhando-os pela vontade expressa do povo, os dividendos políticos seriam muito mais altos.

Em 6 de janeiro de 1963, os brasileiros deram a vitória consagradora ao presidencialismo. Para atender à decisão popular, o Senado e a Câmara interromperam o recesso parlamentar e aprovaram a mudança na Constituição que anulou o Ato Adicional. A emenda foi promulgada pelo Congresso em 23 de janeiro. O golpe branco estava revertido.

Embora satisfeita com a volta do presidencialismo, a oposição não perdeu a chance de alfinetar o presidente. O senador Daniel Krieger (UDN-RS) discursou:

— Estamos aqui para revogar o Ato Adicional. Tem o senhor João Goulart todos os poderes que pediu. Se não resolver os duros e aflitivos problemas da nação, é porque é incapaz.

Jango não concluiria o mandato. Em 1964, voltariam a conspirar as mesmas forças militares e políticas que haviam tentado impedir-lhe a posse em 1961. O golpe, agora, não seria branco.





1968, o ano em que a ditadura se radicalizou

por Ricardo Westin

Acuado por críticas no Parlamento e protestos nas ruas, governo militar reagiu baixando o AI-5

No Brasil, 1968 foi um ano tenso, conturbado e explosivo. O histórico ano se iniciou com a morte de um estudante de 18 anos no Rio de Janeiro, teve guerras campais entre manifestantes e forças militares em várias capitais, com novas mortes, e terminou com a assinatura do Ato Institucional nº 5 (AI-5), o decreto que permitiu o fechamento do Congresso Nacional e a institucionalização da repressão, abrindo os anos de chumbo.

— O Brasil começou o ano como uma ditadura envergonhada, tendo um governo ainda razoavelmente autoritário, e terminou como uma ditadura escancarada — explica o historiador Antonio Barbosa, da Universidade de Brasília (UnB).

No alvorecer de 1968, fazia quatro anos que um golpe de Estado havia derrubado o governo constitucional de João Goulart. O Brasil era comandado pelo marechal Costa e Silva, o segundo presidente do regime militar. A promessa de que o poder seria devolvido aos civis em 1966 não fora cumprida, e os brasileiros continuavam proibidos de manifestar seu desejo nas urnas.

Praticamente não se ouviam críticas à ditadura. Os sindicatos trabalhistas estavam sob o controle do governo. Os grandes rivais dos milita-



ARQUIVO NACIONAL/COLEÇÃO CORREIO DA MANHÃ

Manifestações populares e confrontos com a polícia foram marcas de 1968 no Brasil

res na política, como Juscelino Kubitschek, João Goulart e Leonel Brizola, haviam sido cassados. Não existia liberdade partidária. Só dois partidos estavam permitidos: a governista Arena e o oposicionista MDB.

Nesse Brasil sufocante, os estudantes universitários e secundaristas surgiram como a principal voz crítica. Suas passeatas procuraram colocar a sociedade contra a ditadura. O governo, por isso, investiu com brutalidade contra o movimento estudantil.

Em termos institucionais, o Senado pouco podia fazer. Com o mundo político nas mãos do governo, estava fora de cogitação aprovar leis contrárias aos interesses dos generais. No entanto, um reduzido grupo de senadores assumiu a corajosa missão de reagir, tendo o microfone da tribuna como arma.

Documentos de 1968 guardados no Arquivo do Senado mostram que senadores como Mário Martins (MDB-Guanabara) e Arthur Virgílio (MDB-AM) se recusaram a dizer “sim, senhor”. Eles intercederam pelos estudantes, denunciaram os abusos e defenderam a volta da democracia.

Dois dos líderes estudantis mais importantes de 1968 eram filhos de senadores: Franklin Martins, filho do oposicionista Mário Martins, e Vladimir Palmeira, filho do governista Ruy Palmeira (Arena-AL).

Citando os perigos da agitação estudantil e da insubordinação do Congresso, os militares radicais convenceram Costa e Silva de que só o endurecimento garantiria a sobrevivência do regime. Assim, em dezembro de 1968, o presidente assinou o AI-5. Os estudantes e os parlamentares rebeldes foram silenciados.

— As manifestações de 1968 não conseguiram atingir os resultados desejados — afirma o historiador Antonio Barbosa. — Contudo, 1968 foi um ano memorável porque foi quando os jovens apareceram pela primeira vez como protagonistas da história.

Morte de Edson Luís inflamou manifestações estudantis

O Calabouço era um bandejão vizinho do Aeroporto Santos Dumont, no Rio de Janeiro, onde estudantes universitários e secundaristas se alimentavam. Por causa do subsídio do governo, os alunos pagavam centavos pela refeição. Embora vivesse lotado, o Calabouço não agradava. O galpão caía aos pedaços e a comida era intragável. Com frequência, havia manifes-

No Brasil, 1968 foi um ano tenso, conturbado e explosivo. O histórico ano se iniciou com a morte de um estudante de 18 anos no Rio de Janeiro, teve guerras campais entre manifestantes e forças militares em várias capitais, com novas mortes, e terminou com a assinatura do Ato Institucional nº 5 (AI-5), o decreto que permitiu o fechamento do Congresso Nacional e a institucionalização da repressão, abrindo os anos de chumbo.

— O Brasil começou o ano como uma ditadura envergonhada, tendo um governo ainda razoavelmente autoritário, e terminou como uma ditadura escancarada — explica o historiador Antonio Barbosa, da Universidade de Brasília (UnB).

No alvorecer de 1968, fazia quatro anos que um golpe de Estado havia derrubado o governo constitucional de João Goulart. O Brasil era comandado pelo marechal Costa e Silva, o segundo presidente do regime militar. A promessa de que o poder seria devolvido aos civis em 1966 não fora cumprida, e os brasileiros continuavam proibidos de manifestar seu desejo nas urnas.

Praticamente não se ouviam críticas à ditadura. Os sindicatos trabalhistas estavam sob o controle do governo. Os grandes rivais dos milita-



ARQUIVO NACIONAL/COLEÇÃO CORREIO DA MANHÃ

Manifestações populares e confrontos com a polícia foram marcas de 1968 no Brasil

res na política, como Juscelino Kubitschek, João Goulart e Leonel Brizola, haviam sido cassados. Não existia liberdade partidária. Só dois partidos estavam permitidos: a governista Arena e o oposicionista MDB.

Nesse Brasil sufocante, os estudantes universitários e secundaristas surgiram como a principal voz crítica. Suas passeatas procuraram colocar a sociedade contra a ditadura. O governo, por isso, investiu com brutalidade contra o movimento estudantil.

Em termos institucionais, o Senado pouco podia fazer. Com o mundo político nas mãos do governo, estava fora de cogitação aprovar leis contrárias aos interesses dos generais. No entanto, um reduzido grupo de senadores assumiu a corajosa missão de reagir, tendo o microfone da tribuna como arma.

Documentos de 1968 guardados no Arquivo do Senado mostram que senadores como Mário Martins (MDB-Guanabara) e Arthur Virgílio (MDB-AM) se recusaram a dizer “sim, senhor”. Eles intercederam pelos estudantes, denunciaram os abusos e defenderam a volta da democracia.

Dois dos líderes estudantis mais importantes de 1968 eram filhos de senadores: Franklin Martins, filho do oposicionista Mário Martins, e Vladimir Palmeira, filho do governista Ruy Palmeira (Arena-AL).

Citando os perigos da agitação estudantil e da insubordinação do Congresso, os militares radicais convenceram Costa e Silva de que só o endurecimento garantiria a sobrevivência do regime. Assim, em dezembro de 1968, o presidente assinou o AI-5. Os estudantes e os parlamentares rebeldes foram silenciados.

— As manifestações de 1968 não conseguiram atingir os resultados desejados — afirma o historiador Antonio Barbosa. — Contudo, 1968 foi um ano memorável porque foi quando os jovens apareceram pela primeira vez como protagonistas da história.

Morte de Edson Luís inflamou manifestações estudantis

O Calabouço era um bandejão vizinho do Aeroporto Santos Dumont, no Rio de Janeiro, onde estudantes universitários e secundaristas se alimentavam. Por causa do subsídio do governo, os alunos pagavam centavos pela refeição. Embora vivesse lotado, o Calabouço não agradava. O galpão caía aos pedaços e a comida era intragável. Com frequência, havia manifes-



UFF

Corpo do estudante Edson Luís é velado na Assembleia Legislativa do Estado da Guanabara

tações pela reforma do prédio e do cardápio.

Numa noite de março de 1968, um grupo de jovens discutia os preparativos de mais um ato contra as condições do Calabouço quando foi surpreendido por policiais que invadiram o local para abortar o protesto. Os jovens reagiram com paus, pedras e bandejas. Saldo do confronto: três mortos, sendo dois estudantes e um homem que trabalhava num prédio próximo e foi atingido por um tiro na boca.

Um dos estudantes morreria no hospital dias depois. O outro, com uma bala disparada à queima-roupa no peito, perdeu a vida na hora — Edson Luís de Lima Souto, de 18 anos, que deixara Belém para cursar no Rio o que popularmente se chamava Artigo 99, uma espécie de supletivo. Surgiu o primeiro “morto público” da ditadura.

A repercussão no Senado foi imediata.

— O governo se nega ao debate. Em vez do diálogo, manda a polícia e as Forças Armadas contra os estudantes. É uma saída que não desejamos, pois vai levar a um morticínio — afirmou o senador Mário Martins. — É incrível que os homens de juízo hoje são os moços, e não os velhos do governo, que, aliás, não têm procuração para administrar o país.

O senador Arthur Virgílio bateu na mesma tecla da prepotência dos militares:

— Edson Luís morreu com 18 anos, a idade do meu filho mais novo. Está a nação traumatizada ante a hediondez do crime. Busquemos o entendimento. Nós da oposição estamos dispostos a isso. Eu não gostaria de voltar a esta tribuna para, esmagado pela tristeza, lamentar outros Edson Luís tombados nas ruas pela falta de entendimento e diálogo.

Oito anos depois, ainda em plena ditadura, Milton Nascimento comporia e gravaria *Menino*, em homenagem a Edson Luís e à valentia estudantil. Diz a canção: “Quem cala sobre teu corpo consente na tua morte [...]. Quem grita vive contigo”.

A ditadura partia para o ataque sob a alegação de que os estudantes maquinavam uma revolução comunista — justificativa semelhante à do golpe de 1964. Virgílio contra-argumentou:

— Aqueles que detêm privilégios ignominiosos em detrimento do progresso do país e do bem-estar do povo usam a pantera do comunismo para manter suas posições privilegiadas. E veem comunismo em tudo. Quando o estudante quer um Calabouço mais higiênico e comida mais farta, é comunismo. Quando o operário protesta contra o arrocho salarial, é comunismo. Quando o lavrador se revolta contra o regime semifeudal em que vive, é comunismo.

O Calabouço não era um mero bandejão. Assim que deram o golpe, em 1964, os militares incendiaram a sede da União Nacional dos Estudantes (UNE), na Praia do Flamengo. A entidade foi fechada, e o movimento estudantil ganhou uma mordacha. Nesse ambiente censurado, o Calabouço virou um abrigo informal dos jovens que queriam discutir livremente os rumos do ensino público e da política.

Um dos porta-vozes do regime militar, o senador Daniel Krieger (Arena-RS) apoiou a decisão do governo de fechar o restaurante após a morte de Edson Luís:

— O Calabouço é, indiscutivelmente, foco de subversão. Todos sabemos que há estudantes profissionais a serviço de ideologias condenadas, e isso temos que afastar do seio da mocidade.

Depois de morto, Edson Luís protagonizou uma epopeia. Temendo que a polícia sumisse com o cadáver, os estudantes o carregaram até o prédio da Assembleia Legislativa (onde hoje funciona a Câmara Municipal do Rio), na Cinelândia, e o expuseram sem camisa num salão, com a marca do tiro à mostra.



ARQUIVO NACIONAL/COLEÇÃO CORREIO DA MANHÃ

Cinemas do Centro do Rio fazem crítica sutil à ação policial que resultou na morte de Edson Luís

Numa crítica à ditadura, os cinemas da Cinelândia anunciaram nos letreiros filmes que já não estavam em cartaz: *A Noite dos Generais*, *À Queima-Roupa* e *Coração de Luto*. Milhares de cariocas se enfileiraram para velar o corpo. Não se via tamanha comoção desde os velórios de Getúlio Vargas (1954) e Carmen Miranda (1955).

Horas mais tarde, o corpo de Edson Luís foi levado em cortejo até o Cemitério São João Batista, em Botafogo. No caminho, a população erguia cartazes com frases como “Mataram um estudante. Ele podia ser seu filho”. A gaveta mortuária foi fechada ao som do Hino Nacional cantado pelos presentes.

A ditadura não engoliu a mobilização popular, interpretada como vitória do inimigo. A desforra viria uma semana depois.

No início de abril, a Igreja da Candelária, no Centro, abrigou duas missas de sétimo dia, e ambas tiveram o mesmo desfecho. Terminadas as cerimônias, tanto a da manhã quanto a da noite, os participantes foram espancados por policiais que os aguardavam do lado de fora, montados em cavalos e com sabres na mão.

Da tribuna em Brasília, os senadores voltaram a se indignar.

— Os moços se conduziram com irrepreensível compostura nas manifestações cristãs de pesar pelo colega que tombara trucidado no Calabouço — discursou Arthur Virgílio. — Sem qualquer provocação, os cavalarianos investiram contra tudo e todos não com o objetivo de manter a ordem, mas para ferir e humilhar. Foram cenas que nos colocam em posição de subpovo que vive sob o arbítrio da força, da prepotência e da estupidez.

Mesmo sendo governista, o senador Teotônio Vilela (Arena-AL) se disse chocado:

— Desejo associar-me ao protesto contra as atrocidades e o faço como senador, jornalista, cidadão e pai de sete estudantes. Vi meu filho mais moço, de 5 anos, indo para o colégio com a pasta debaixo do braço e pensei: “Não sei se ele voltará, porque a cavalaria pode estar lá na esquina para esbordoá-lo e rebentá-lo pela coragem de ir à escola”.

Pouco depois, em junho, o Rio assistiria a três dias consecutivos de guerra campal. No primeiro dia, estudantes tentaram se reunir com o ministro da Educação e Cultura, na sede do MEC, no Centro, mas foram barrados pela polícia e deram início a um confronto.

No segundo dia, jovens seriam caçados pelas ruas de Botafogo após forçar o reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) a ouvir suas reivindicações.

No terceiro dia, os estudantes ganhariam o apoio da população carioca numa guerra contra policiais e militares que duraria o dia inteiro no Centro, deixando 28 mortos.

— Este é um governo sem sensibilidade democrática — protestou o senador Mário Martins. — Só os governos tirânicos, que não foram gerados nas urnas eleitorais, mas no golpe e na traição, só esses é que não respeitam a mocidade e esmagam o povo e a nação para se manter no poder.

Arthur Virgílio perguntou como os estudantes e os militares entrariam na história. Ele próprio respondeu:

— Os primeiros serão os mártires. Os segundos, não os que acionaram os gatilhos, mas os superiores, entrarão na história com o estigma de ignóbeis. Serão miniaturas de Hitler, Mussolini e Stálin, homens que, tanto tempo depois de banidos da face da Terra, ainda são citados com nojo.

Na Passeata dos 100 Mil, cariocas expressaram rejeição à ditadura

Em junho de 1968, da tribuna do Senado, Mário Martins contou aos colegas, empolgado, que uma megapasseata liderada por estudantes no Rio havia sido um sucesso. Além de os cariocas terem comparecido em peso, a polícia não atacou — algo fora dos padrões de 1968.

— Participei mesmo, não como senador, mas como cidadão. Achava que deveria levar à mocidade minha solidariedade como homem.

Os jornais tentaram, sem muito método ou rigor, calcular o número de participantes e apelidaram o protesto de Passeata dos 100 Mil. A ação foi motivada pelos três dias consecutivos da semana anterior nos quais os estudantes cariocas foram massacrados pela polícia.

— Vi que comerciantes, quando algum jovem entrava em sua loja para comprar tinta para os cartazes, davam-na de graça, porque tinham consciência de que aquele jovem estava lutando, certa ou erradamente, por um ideal sagrado — narrou Martins.

Na Passeata dos 100 Mil, anônimos e famosos (como Chico Buarque, Caetano Veloso, Gilberto Gil, Tônia Carrero e Clarice Lispector) marcharam da Cinelândia à Candelária expressando em gritos e cartazes que os estudantes estavam certos e que a ditadura deveria cair. Dos prédios, chovia papel picado.

— Recebi notícias daquela que foi uma das maiores manifestações que o Rio já presenciou — discursou o senador Aurélio Vianna (MDB-Guanabara). — É o reconhecimento tácito de que este governo, que surgiu do movimento armado de 64, não vem satisfazendo à expectativa do povo. Aquele caudal humano que manifestou inconformismo e desagrado deveria levar o governo a mudar de rumo.

Também algo fora dos padrões de 1968, a ditadura emitiu sinais de que poderia aceitar um acordo com os adversários. Incomodado com a afluência e a repercussão da Passeata dos 100 Mil, o presidente Costa e Silva topou receber representantes do movimento estudantil para ouvir as reivindicações.

O encontro ocorreu no Palácio do Planalto, em Brasília, poucos dias depois do protesto. Contudo, não houve acordo. Nenhum dos lados aceitou fazer concessões. Enquanto o governo deixou claro que não libertaria os líderes estudantis presos, os estudantes avisaram que as passeatas não

cessariam. Mal começaram, as negociações naufragaram.

O senador Arthur Virgílio procurou consolar os estudantes.

— Se vocês têm até o direito de ser irreverentes perante o presidente da República, já conquistaram uma vitória — afirmou, referindo-se ao fato de terem entrado no Planalto em mangas de camisa, contrariando o protocolo da Presidência da República, que exigia paletó e gravata.

Virgílio disse que as ditaduras nunca são derrubadas com facilidade e acrescentou:

— Portanto, não precipitem os acontecimentos. Durante quase 20 anos, Trujillo esmagou o povo de Santo Domingo. Há mais de 20 anos, uma família domina a Guatemala. Durante muitos anos, Perón impôs a sua vontade ao povo argentino. Portugal e Espanha estão há mais de 30 anos sob ditaduras. O Haiti tem um louco assassino como presidente perpétuo.

Em Goiânia, senador foi ameaçado com baioneta em manifestação

Com a voz trêmula, o senador João Abrahão (MDB-GO) subiu à tribuna do Senado em 2 de abril de 1968 para narrar as cenas de guerra que testemunhara em Goiânia. Na véspera, policiais haviam abafado uma manifestação de estudantes, deixando dois mortos.



Costa e Silva discursa em sua posse, em 1967: presidente assinaria o AI-5 no ano seguinte



ARQUIVO NACIONAL/COLEÇÃO CORREIO DA MANHÃ

Policiais atacam pessoas que participaram da missa de sétimo dia da morte do estudante Edson Luís

— Após os tiros, quando fui prestar socorro à juventude, vi uma baioneta à minha frente e ouvi: “Dê mais um passo e verá o que acontece”. Acreditei que, se declinasse a minha condição de senador, isso teria algum valor. Ele repetiu: “Dê mais um passo e verá o que acontece”.

No meio do pronunciamento, Abraão sacou do bolso um pequeno objeto e o ergueu.

— Trouxe esta bala de fuzil como recordação. São balas deste calibre que estão dizimando a nossa juventude. Na democracia em que vivemos, o governo prende qualquer cidadão, mata estudantes em praça pública e encosta baionetas na barriga de um senador.

Os estudantes protestavam contra a morte de Edson Luís, ocorrida poucos dias antes, no Rio, e também contra o governo. Aquele 1º de abril marcava o quarto aniversário do golpe militar.

— Comemorou-se ontem o dia da revolução salvadora — disse Abraão, com sarcasmo. — Foi o dia festivamente comemorado em toda a nação com o sangue dos nossos jovens.

O senador Pedro Ludovico (MDB-GO) também estava em Goiânia e disse que viu policiais usando cassetetes, bombas de gás lacrimogêneo, fuzis e até metralhadoras.

— Um Volkswagen ficou varado de tiros — contou. — Compreen-

dam que, tendo eu e o senador Abrahão vindo do teatro dos acontecimentos, estamos emocionados. Nossa revolta é espontânea e humana.

Os protestos iniciados no Rio logo irradiaram por outras capitais, como Goiânia, quase sempre com resposta policial.

Em junho, o senador Arthur Virgílio denunciou a violência contra alunos da Universidade de Brasília (UnB):

— Antes das 6h, policiais invadiram os dormitórios. As moças foram retiradas do leito em trajes íntimos e assim levadas para o campus, após serem insultadas da forma mais torpe.

Virgílio fez uma provocação:

— Como se comportaria o presidente Costa e Silva se fizessem isso com uma filha sua?

Polícia invadiu congresso da UNE e prendeu estudantes

Em 1964, a ditadura havia banido a UNE e incendiado sua sede, na Praia do Flamengo. Para o senador Arthur Virgílio, a agressão foi inútil.

— Os decretos que tentaram silenciar a mocidade e retirá-la do processo político ficaram no papel, sem execução. A UNE passou a reunir-se nos porões dos conventos, onde, assistida por sacerdotes, vem debatendo suas teses e problemas — discursou em 1968.

A entidade, de fato, nunca deixou de existir. Tanto que em outubro de 1968 organizou em Ibiúna (SP) um congresso para eleger seu novo presidente. O encontro clandestino, porém, acabaria antes do previsto. Policiais invadiram o sítio onde a eleição ocorreria e levaram mil estudantes para a cadeia, incluindo os principais líderes. Foi uma baixa e tanto. O movimento estudantil ficaria sem forças pelos anos seguintes.

— Há um complô para desfibrar a mocidade, fazer com que não pense em rebeldia — criticou o senador Mário Martins. — O esquema é completo, do sistema de interrogatório à prisão. Os jovens são presos com criminosos, a fim de que sofram intimidação na cela.

Os senadores governistas, por sua vez, vibraram com o desmantelamento do evento da UNE.

— Estamos num regime democrático, no qual a suprema constante é a obediência à lei — disse Daniel Krieger. — Todos os atos do governo revolucionário encontram consagração na Constituição, não sendo susce-

tíveis de discussão. Se os estudantes se reuniram para restabelecer uma entidade proscrita, eles violaram a lei.

Discurso de deputado contra militares foi o estopim do AI-5

Às vésperas do feriado de 7 de setembro de 1968, um deputado de primeiro mandato resolveu cutucar a ditadura. Num discurso, Márcio Moreira Alves (MDB-Guanabara), de 32 anos, pediu que as famílias não permitissem que suas crianças marchassem nos desfiles da Independência e sugeriu que as mulheres e namoradas dos oficiais fizessem greve de sexo. Seriam duas formas de protesto contra os abusos da ditadura militar.

O discurso não teria tido maior repercussão se oficiais ofendidos não tivessem enchido o presidente Costa e Silva com cartas exigindo a punição do deputado.

Como ainda se vivia uma “ditadura envergonhada”, o presidente foi obediente às leis e enviou um ofício à Câmara dos Deputados solicitando autorização para processar Moreira Alves no Supremo Tribunal Federal (STF).

— O que se quer é calar oposição — reagiu o senador Edmundo Levi (MDB-AM). — Se criticar o governo é ato contra a democracia, os parlamentares deverão comparecer às suas Casas legislativas como meninos de curso primário que vão à escola simplesmente ouvir a preleção das professoras.

Em 12 de dezembro, os deputados rejeitaram o pedido do governo, salvando o colega, com votos inclusive da Arena. A alegria na Câmara durou pouco. Irritado com a insubordinação, Costa e Silva assinou o AI-5 no dia seguinte, sexta-feira 13.

O decreto mergulhou o país numa “ditadura escancarada”. O presidente ganhou poderes absolutos. O AI-5 lhe permitiu fechar o Congresso, cassar parlamentares, suspender direitos políticos de cidadãos e intervir em estados e municípios. A censura aumentou, e a repressão se institucionalizou.

O país, que já havia sofrido um golpe em 1964, sofria outro no apagar das luzes de 1968. O Senado e a Câmara foram fechados nessa mesma sexta-feira e assim permaneceriam por quase um ano.

O caso Moreira Alves foi apenas o pretexto para o AI-5. Ante as agita-

ções nas ruas e no Congresso, que colocavam a ditadura em risco, a linha-dura pressionou o presidente pela radicalização.

— A crise que aí está é decorrente da falta de complementação da revolução que fizemos em 1964 — explicou o senador governista Dinarte Mariz (Arena-RN) em 1968.

Anos mais tarde, em 1974, Mariz comemoraria os frutos do AI-5:

— Não devemos esquecer os ameaçadores dias provocados pelos contestadores da nova ordem, quando promoviam desordem, passeatas e incêndios, inquietando a sociedade. Graças a Deus, já nos achamos distanciados das nefastas passeatas dos 100 mil. Foi o patriótico AI-5 que garantiu a ordem e livrou a nação da ameaça comunista.

O AI-5 cairia em 1978. A ditadura, apenas em 1985.



Brasil foi um dos últimos países a liberar o divórcio

por Tatiana Beltrão

Foi apenas em 1977 que o país passou a permitir a dissolução do casamento. A Lei do Divórcio teve como maior defensor o senador Nelson Carneiro, que enfrentou a oposição da Igreja e de forças conservadoras



Para milhares de famílias brasileiras, o melhor presente do Natal de 1977 chegou no dia seguinte ao feriado. Em 26 de dezembro, finalmente foi sancionada a lei que instituiu o divórcio no país. Fruto de uma emenda constitucional proposta pelo Senado, a Lei do Divórcio (Lei 6.515) permitiu uma profunda mudança social no Brasil.

Até então, o casamento era indissolúvel. A maridos e esposas infelizes só restava o desquite — o que encerrava a sociedade conjugal, com a separação de corpos e de bens, mas não extinguiu o vínculo matrimonial. Pessoas desquitadas não podiam se casar novamente. Quando voltavam a se unir a alguém, a nova união não tinha respaldo legal e os filhos eram considerados ilegítimos, como se gerados em relacionamentos extraconjugais. Além disso, os casais — que viviam “em concubinato”, segundo o termo jurídico — sofriam preconceito, especialmente as mulheres.

A Lei do Divórcio permitiu que centenas de milhares de homens e mulheres voltassem a se casar no civil para constituir famílias legítimas aos olhos da lei. Mas a aprovação dessa norma histórica não foi fácil. O Brasil foi um dos últimos países do mundo a instituir o divórcio. Dos 133 Estados integrantes das Nações Unidas na época, apenas outros 5 ainda não o permitiam.

A adoção do divórcio sofria forte oposição da Igreja Católica e de setores conservadores da sociedade, que lutavam para manter o preceito constitucional — inserido na Constituição de 1934 e mantido nas Cartas seguintes — de que o casamento era indissolúvel.

O primeiro projeto divorcista foi apresentado ao Parlamento em 1893. Outros se seguiram ao longo dos anos, sempre derrubados. Até junho de 1977, quando o senador Nelson Carneiro (MDB-RJ), depois de 26 anos de luta política pelo divórcio, conseguiu aprovar no Congresso uma emenda constitucional, dele e do senador Accioly Filho (Arena-PR), para alterar o trecho da Carta que impedia a dissolução do vínculo matrimonial. Foi essa mudança que abriu caminho para a Lei do Divórcio.

Em entrevista à TV Senado em 1995, um ano antes de sua morte, Carneiro disse que defender o divórcio era comprar uma briga difícil:

— Era uma coisa que o país inteiro reclamava, mas faltava alguém que tivesse a coragem de afrontar, porque sabia que iria ter contra si as forças tradicionalistas, inclusive a Igreja.

Em 1977, o embate entre parlamentares divorcistas e antidivorcistas refletia a profunda divergência de opiniões na sociedade. De um lado, li-



O senador Nelson Carneiro recebe defensores da liberação do divórcio em 1977

deranças católicas convocavam os fiéis a protestar contra “a destruição da família brasileira”. No front oposto, movimentos como a Campanha Nacional Pró-Divórcio defendiam a mudança, que, segundo eles, daria a muitos brasileiros a chance de regularizar suas famílias. Todos os dias, chegavam ao Senado e à Câmara dos Deputados caixas de cartas, manifestos e abaixo-assinados contrários ou favoráveis à iniciativa.

Em maio de 1977, uma comissão especial mista foi instalada para analisar as seis propostas divorcistas que tramitavam no Parlamento. Em 14 de junho, uma terça-feira, elas entraram na pauta do Congresso. Apenas uma, a proposta de emenda à Constituição (PEC) de Carneiro e Accioly, foi escolhida para ir a votação. O texto permitia a dissolução do casamento para quem já estivesse judicialmente separado há mais de três anos.

Os divorcistas esperavam se beneficiar de uma alteração recente no Regimento: o quórum para aprovação de PECs, que antes exigia os votos favoráveis de dois terços dos parlamentares, havia sido reduzido para maioria absoluta (metade mais um). A mudança fora determinada pelo presidente Ernesto Geisel no Pacote de Abril, poucos meses antes. Entre outras medidas para conter a oposição, Geisel diminuía o quórum para a aprovação de emendas constitucionais.

Ao longo daquela terça-feira e do dia seguinte, dezenas de senadores e deputados se alternaram na tribuna na defesa ou no ataque ao divórcio, mostram documentos do Arquivo do Senado. Os discursos dos divorcistas



Plenário do Congresso na sessão de votação da emenda, em junho de 1977

citavam a necessidade de extinção do malfadado desquite e de regularização das famílias formadas em segundas uniões. Eles alegavam ainda que as separações já ocorriam, independentemente da existência do divórcio, e que ele seria apenas um instrumento legal para minorar o preconceito e dar segurança jurídica aos novos casais e a seus filhos.

Os antidivorcistas, por sua vez, afirmavam que o divórcio desestruturaria a instituição da família, colocando em risco a própria sociedade brasileira. Incentivaria as separações, o amor livre, o aborto e a delinquência juvenil. Também aumentaria o número de menores abandonados e até as taxas de suicídio. Houve ainda quem apontasse o “surgimento dos hippies”, da prostituição de jovens e do alcoolismo como consequências para países que adotaram o divórcio.

Enquanto isso, o povo tomava conta das galerias do Plenário, numa mobilização que não se via no Parlamento naqueles anos de ditadura. Pelo menos 1,5 mil pessoas favoráveis ao divórcio acompanharam a votação.

O debate começou com a leitura do relatório elaborado na comissão mista pelo senador Ruy Santos (Arena-BA). Antidivorcista, o relator condenou a “batalha impatriótica e antinacional” em favor do divórcio e lembrou que 90% da população era católica. Por isso, afirmou, o país deveria ser fiel à doutrina da Igreja.

O senador reforçou sua tese citando o monsenhor Arruda Câmara,

deputado morto em 1970 e por anos o principal adversário de Nelson Carneiro contra o divórcio no Congresso: “Não vamos ferir a família em suas bases com um problema de ordem individual, que sobrepõe o egoísmo dos cônjuges ao bem-estar da família e da sociedade”. Santos contestava ainda o argumento de que o divórcio beneficiaria a mulher.

— Não se esqueçam as mulheres de que não é todo homem que se dispõe a unir-se de verdade, casando-se com uma mulher que já pertenceu a outro.

A dissolubilidade do casamento também seria funesta para a prole, segundo o relator, pois tornaria o filho do divorciado “escravo da turbulência, da marginalização, do tóxico, do crime por vezes”. Santos destacou ainda “as cifras alarmantes de suicídios” de divorciados em outros países. E encerrou a leitura do relatório citando Santo Agostinho: “O demônio é que fez o divórcio”.

Carneiro esclareceu em discurso que não discutiria o problema religioso. Seu foco era apenas o casamento civil. Ele frisou:

— A Igreja Católica disciplina o casamento católico, e os católicos que não queiram o divórcio continuarão a não aplicá-lo.

Também alfinetou colegas contrários à proposta. Para o senador, eles fechavam os olhos à realidade brasileira, “a centenas de milhares de mulheres abandonadas ou transformadas em companheiras, aos filhos ilegítimos nascidos de uniões fora do casamento e a quem todos nós, que nos consideramos religiosos, não temos a caridade cristã de dar a legitimidade”.

— O que quero é substituir a imoralidade do desquite por uma outra sociedade em que, sobre os escombros de um lar destruído, possam erigir-se duas famílias legítimas, onde nasçam filhos legítimos que não carregam, inocentes que são, por toda a vida, a pecha da ilegitimidade.

O senador Benedito Ferreira (Arena-GO), antivorcista ferrenho, não se convenceu:

— Pouquíssimas são as possibilidades de que os desajustados no primeiro casamento se ajustem no segundo ou no décimo matrimônio, ou que não continuem alimentando a legião de órfãos de pais vivos, quando não descem ao último degrau da indústria do aborto.

O outro autor da proposta, Accioly Filho, também discursou:

— A que título salvar a indissolubilidade, se esta passa a ser mera ficção e nada mais representa senão ruínas daquilo que foi um matrimônio?

Única mulher no Congresso e presidente da comissão mista que ava-

liou as propostas divorcistas, a deputada Lygia Lessa Bastos (Arena-RJ), favorável ao divórcio, disse que a lei civil não pode ser regida por princípios doutrinários. Até porque nem toda a população brasileira professa o mesmo credo religioso, ressaltou. Ela condenou a permanência do desquite:

— Tudo demonstra que a manutenção do status quo, que pode ser muito interessante para os falsos moralistas ou para aqueles que em pleno século 20 parecem raciocinar como se vivêssemos na Idade Média, é uma indignidade social, porque só deixa àqueles que foram infelizes no casamento duas inaceitáveis opções: a frustração da solidão ou a pecha do concubinato.

Eram tantos inscritos para discursar que o presidente do Congresso, Petrônio Portella (Arena-PI), teve que fazer três sessões de discussão, algo não previsto no Regimento. A votação só começou na noite de quarta-feira e entrou pela madrugada. Cada voto “sim” ao divórcio era comemorado pelo público “como um gol no Maracanã lotado em final de campeonato”, descreveu a imprensa.

Antidivorcistas reclamavam que muitos poderiam se sentir coagidos a votar a favor do divórcio, tamanha a pressão do público presente. Os divorcistas respondiam que pressão maior vinha sendo exercida pela Igreja.

O deputado Nina Ribeiro (Arena-RJ) denunciou que escolas católicas estavam forçando alunos de 7 ou 8 anos a assinar manifestos contra o divórcio.

— O espírito da Inquisição ainda não se desfez entre nós — declarou.



LUIS MACEDO/CD

Defensores do divórcio acompanham votação no Congresso Nacional

O deputado Célio Marques Fernandes (Arena-RS) contou que o neto, de 5 anos, fora obrigado no maternal a assinar um documento contra o divórcio.

Lideranças religiosas também prometiam expor nas igrejas uma lista dos parlamentares que votassem a favor do divórcio, para que os fiéis lhes negassem votos na eleição do ano seguinte. A promessa foi cumprida logo após a aprovação da emenda constitucional, e um dos nomes expostos foi o do deputado (e mais tarde senador) Airton Sandoval (MDB-SP).

— Como votei a favor, houve consequências. Muitas vezes, eu chegava às cidades e o alto-falante na torre da igreja estava anunciando minha presença, dizendo que não era para o povo votar em mim, porque eu havia votado a favor do divórcio. Isso era injusto comigo, porque também diziam que eu era a favor da eutanásia, do amor livre, do aborto, e eu era contra. Mas felizmente enfrentei e tive êxito.

Sandoval conta que muitos depoimentos influenciaram seu voto. Um deles foi o de uma mulher idosa que estava em um segundo relacionamento, já com filhos casados, e não podia se casar porque era separada. O sonho dela era poder se casar com seu companheiro, conta o senador.

— Era um momento grave no país, de incerteza, insegurança. Mas também de muita esperança de que haveria mudanças em todos os sentidos, inclusive na vida das pessoas, nas relações sociais. E uma das coisas importantes foi a discussão sobre o divórcio — lembra.

Se a posição da Igreja ficou clara, a do presidente Geisel ainda suscitava dúvidas, mesmo faltando poucas horas para a votação, em 15 de junho, quarta-feira. Os líderes do governo informaram no Plenário que o presidente não fechara questão sobre o divórcio. Em *off*, corria a informação de que Geisel, de religião luterana, era favorável à aprovação. Mesmo assim, muitos temiam desagradar ao governo votando favoravelmente à proposta.

A insegurança logo se desfez. O senador Jarbas Passarinho (Arena-PA), vice-líder do governo, foi um dos primeiros a votar. O “sim” dele ao divórcio deixou claro que o governo não considerava o tema uma questão política e que os parlamentares estavam livres para votar a favor. Para Carneiro, isso facilitou muito a aprovação da emenda.

A sessão de votação só terminou à 1h, já no dia 16, quinta-feira. A emenda que derrubou a indissolubilidade do casamento foi aprovada em primeiro turno com 219 votos a favor e 161 contrários. Na semana seguinte, passou pelo segundo turno de votação. No dia 28 de junho, estava promul-

gada a Emenda Constitucional 9/1977. Em vez de “o casamento é indissolúvel”, a Constituição passou a determinar que “o casamento poderá ser dissolvido desde que haja prévia separação judicial por mais de três anos”.

Mas, para que separados e desquitados pudessem enfim recorrer ao divórcio, era preciso aprovar uma lei regulamentando a questão. Mais uma vez, foram Nelson Carneiro e Accioly Filho os autores do projeto que daria origem à Lei 6.515, de 1977. Apresentado em agosto, o texto passou pela Câmara, onde recebeu uma emenda para determinar que a pessoa só poderia se divorciar uma vez. Em 3 de dezembro, teve aprovação final no Senado e foi enviado para a sanção presidencial. A essa altura, casais já se preparavam em todo o país para entrar com o pedido de divórcio.

Três dias depois da sanção, a juíza de paz fluminense Arethuza de Aguiar, então com 38 anos, tornou-se a primeira mulher a se divorciar no país. Ela estava desquitada havia cinco anos, mantinha uma relação cordial com o primeiro marido, pai de suas duas filhas, e vivia outro relacionamento conjugal. Conhecedora do direito e articulada, Arethuza havia participado de programas de TV em que defendia a aprovação do divórcio.

Quando a Lei 6.515 foi publicada no *Diário Oficial da União*, em 27 de dezembro, ela ligou para o ex e combinou de encontrá-lo no dia seguinte em um cartório em Niterói (RJ), para que pudessem converter o desquite em divórcio. A homologação do pedido, obtida em um dia, virou notícia em todo o país. Arethuza ganhou visibilidade nacional como “a primeira divorciada do Brasil” e passou a ser assediada pela imprensa. Ela conta que chegou a ser alvo de ofensas e “chacotas”.

— Foi difícil, mas não me senti agredida. Havia outro lado que lavava minha alma: o apoio daqueles que sonhavam transformar seu “concubinato” (cruel, não?) em um casamento legal. Era um sonho de milhares de pessoas que eu, indiretamente, pude ajudar — diz ela, que ainda atua como juíza de paz no Rio de Janeiro e já realizou mais de 20 mil casamentos.

Outro nome que figurou entre os primeiros divorciados do país foi o do cantor Odair José. Muito popular nos anos 1970, o cantor defendia abertamente o divórcio. Em 1978, já divorciado, lançou a canção *Agora Sou Livre (O Divórcio)*. Nos versos, festejava o novo estado civil:

“Tudo agora ficou bem mais fácil, pois já tenho o divórcio. / Pode aceitar meus abraços sem sentir remorsos. / Se você quiser o meu amor, ninguém vai falar mal, / Pois eu sou livre, livre para o que der e vier”.



Carneiro brigava pela Lei do Divórcio havia 30 anos

Quando o Congresso aprovou o divórcio, o público que acompanhava a votação nas galerias, eufórico, entoou em coro: “Nelson, Nelson, Nelson”. Era um reconhecimento à luta do maior batalhador pela aprovação do divórcio no país. Desde 1951, quando apresentou na Câmara dos Deputados seu primeiro projeto divorcista, o baiano Nelson Carneiro nunca deixou de lutar pela causa.

Filha de Nelson, a ex-deputada federal Laura Carneiro não esquece o momento em que o divórcio foi aprovado:

— Lembro o dia em que aprovaram a lei, mamãe gritando pela casa, uma festa. A emoção dele foi algo muito bonito.

Mas a família também sofreu o ônus da luta do pai.

— Meu irmão não conseguia achar padre que fizesse seu casamento. Ninguém queria casar os filhos de Nelson Carneiro, porque era divorcista. Se pudessem, “exorcizavam” ele.

O senador foi responsável por outras leis importantes em benefício das mulheres. É dele o Estatuto da Mulher Casada (1962), que revogou pontos do Código Civil que tornavam a mulher incapaz e dependente da autorização do marido para, por exemplo, trabalhar e viajar. Também são dele a lei que proibiu discriminação por sexo na seleção de emprego e a que deu direito de pensão a companheiras. Outra iniciativa foi a lei dos filhos adulterinos, de 1949, que garantiu aos filhos nascidos fora do casamento o direito à herança e ao reconhecimento da paternidade.

Advogado, Carneiro atuou durante anos com direito de família e casou-se com uma divorciada (a peruana Maria Luísa). Para Laura, essa vivência deu ao pai sensibilidade em relação aos problemas das mulheres. O senador acabou entendendo, a partir da perspectiva feminina, quais eram as deficiências das leis, diz a filha:

— Por isso ele se tornou o grande legislador de direito de família, o grande legislador de defesa da mulher. Ele brincava que era um homem de alma feminina. E era mesmo.



‘Se Igreja faz ato contra divórcio, por que não fazemos a favor?’

Em maio de 1977, a advogada e jornalista Maria Lúcia d’Ávila Pizzolante viu pela janela de seu escritório, no Rio, uma grande procissão subindo a rua. Era uma marcha da Igreja contra a aprovação do divórcio. “E os que são a favor, não vão fazer nada?”, pensou.

Nascia ali a Campanha Nacional Pró-Divórcio. Em poucas semanas, a campanha recolheu milhares de assinaturas e enviou a Brasília 16 ônibus lotados de divorcistas para acompanhar a votação da proposta. Pela imprensa, Maria Lúcia convocava os defensores do divórcio a procurar seus parlamentares e ocupar o Congresso.

— Houve algo espantoso, as galerias ficaram repletas — conta.

A mobilização foi decisiva para a aprovação, acredita Maria Lúcia, que hoje mora em Brasília e comanda uma revista digital voltada ao empoderamento da mulher.



Conceito de família foi ampliado, dizem consultores legislativos

A importância dada à legitimidade do casamento na época da aprovação do divórcio pode parecer estranha hoje. Afinal, são as uniões consensuais, sem registro civil ou religioso, que vêm ganhando espaço no país. Atualmente elas já são mais de um terço das uniões (36,4%), segundo dados de 2016 do IBGE.

Naqueles anos, porém, ser casado legalmente era essencial para ter acesso aos direitos garantidos por lei aos cônjuges (como receber pensão ou registrar os filhos como legítimos) e também a aceitação na sociedade.

— “Família tradicional” é um conceito que hoje em dia muita gente nem conhece, mas ela representou um ideal muito forte na década de 1970 e antes. Era uma família patriarcal, formada por pai, mãe e filhos. Era um modelo regulado no qual o Estado intervinha intensamente com regras, leis — explica a consultora legislativa do Senado Roberta Viegas.

Na vida prática, porém, as coisas se desdobram independentemente da vontade do Estado, e por isso a prevalência desse tipo de família não se

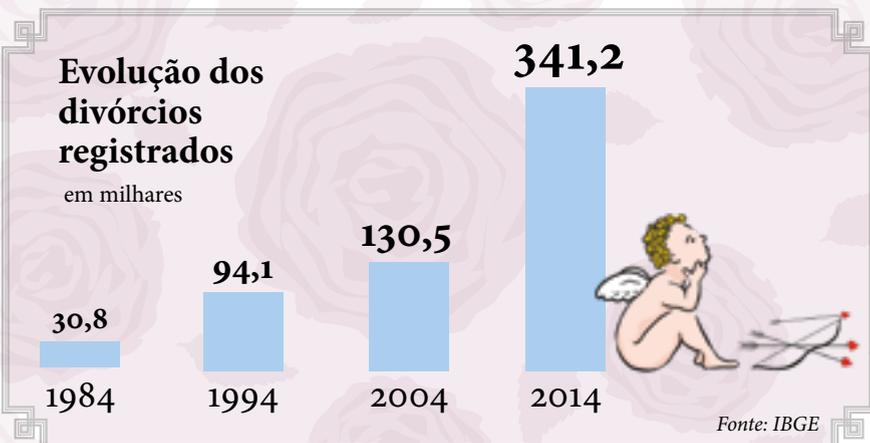
sustentou, diz Roberta.

Para o consultor legislativo Carlos Eduardo Elias de Oliveira, o direito estava desconectado da realidade na época, pois havia uma quantidade enorme de casais formados por pessoas desquitadas ou separadas de fato e que formavam nova união. O que hoje se conhece como união estável era tratado como concubinato, como uma relação marginalizada pelo direito de família.

— Todos os ramos do direito precisam ter conexão com a realidade. Quando a realidade muda, traz novos dados fáticos, o direito precisa se adaptar, sob pena de entrar em descrédito. A Lei do Divórcio veio como uma espécie de rendição do legislador à realidade — diz ele.

Hoje o país vive um momento completamente diferente, afirma Roberta. O modelo tradicional continua, mas houve uma ampliação do conceito de família, com o reconhecimento e a aceitação de novas configurações familiares. Ela cita como exemplo as famílias homoafetivas e as monoparentais e lembra que há muitas outras ainda inominadas.

— A pós-modernidade reconhece múltiplas possibilidades de afeto e, conseqüentemente, múltiplas possibilidades de formação familiar. Há muitas formas de estar junto e ser uma família.





Morte de Chico Mendes ajudou a despertar a consciência ambiental

por Ricardo Westin, com colaboração de Nelson Oliveira



ONGs ambientais dos Estados Unidos e da Europa levaram o seringueiro para denunciar no exterior a destruição da Amazônia. Contrariados com a força das denúncias, fazendeiros que derrubavam a floresta decidiram assassiná-lo



Quando faltavam três dias para o Natal de 1988, os olhos de todo o planeta se voltaram para Xapuri (AC), uma cidadezinha pobre e violenta dos confins do Brasil localizada a poucos quilômetros da fronteira com a Bolívia e cercada pelo inferno verde da Floresta Amazônica. O que pôs Xapuri no centro do mundo foi o assassinato de Francisco Alves Mendes Filho, o célebre Chico Mendes.

Seringueiro, ambientalista e líder sindical, Chico foi executado com um tiro de espingarda no quintal de sua casa na noite de 22 de dezembro. Ele tinha completado 44 anos uma semana antes. A polícia logo prendeu os responsáveis pelo crime, dois fazendeiros, que foram condenados a quase 20 anos de prisão.

Discursos feitos pelos senadores da época, que estão catalogados no Arquivo do Senado, ajudam a mostrar o significado do episódio ocorrido em 1988. Foi só depois do assassinato de Chico que o meio ambiente finalmente se tornou uma preocupação não só do Brasil, mas de todo o mundo.

— Hoje os sinos dobram por esse líder, que só passamos a conhecer depois de sua morte — discursou o senador Leite Chaves (PMDB-PR).

Antes do crime, Chico era mesmo um ilustre desconhecido. Fazia uma década que, de Xapuri, ele pregava contra a destruição da Amazônia sem ser ouvido. Em Brasília, o poder público ignorava sua existência. A imprensa do eixo Rio-São Paulo tinha vagas informações a seu respeito e preferia não publicá-las.

— Aqui nos sentimos um pouco culpados por sua morte — continuou Leite Chaves. — Acabamos de fazer uma Constituição que abre caminhos a todos. Demos até aos índios segurança de suas reservas, mas não garantimos aos seringueiros o seu habitat, onde eles têm vivido por gerações.

A Constituição havia sido promulgada em outubro de 1988, dois meses antes do assassinato. Chico Mendes participou de debates da Assembleia Nacional Constituinte referentes ao meio ambiente. Ele chegou a escrever uma carta aos constituintes pedindo que, para o bem dos seringueiros, criassem a figura da reserva extrativista, áreas da floresta que seriam exploradas pelas populações tradicionais e não poderiam ser desmatadas. Como seu nome ainda não tinha peso, Chico acabou sendo só mais um no meio dos militantes das diversas causas sociais que buscavam ser ouvidos.

Chico Mendes era filho e neto de seringueiros. Desde criança, acom-



REPRODUÇÃO/MEMORIAL CHICO MENDES

Chico Mendes denunciava desmatamentos e expulsão de seringueiros da mata

panhava o pai nas incursões na mata para extrair látex, o fluido esbranquiçado da seringueira a partir do qual se produz da borracha. Foi só adulto que ele aprendeu a ler e escrever, como pupilo de um velho combatente comunista da Coluna Prestes (1925-1927) que se refugiara na Amazônia.

Numa terra de iletrados, Chico Mendes foi rapidamente alçado ao posto de líder. No fim da década de 1970, ajudou a criar em Xapuri um sindicato de trabalhadores rurais, do qual foi presidente até ser assassinado. Chegou a fazer uma breve incursão na política, como vereador do MDB e, depois, como um dos fundadores do PT no Acre.

A invisibilidade dentro do Brasil contrastava com o estrelato no plano internacional. Desde 1986, em sua precária casa de madeira em Xapuri, Chico recebia com frequência diretores de ONGs ambientalistas da Europa e dos Estados Unidos e correspondentes dos jornais mais influentes do mundo, como o *New York Times*, que se referia a ele como “Mr. Mendes”.

O mundo já mostrava um certo incômodo com os desmatamentos e os incêndios na Amazônia, que avançavam com fúria para abrir terra para criações de gado e plantações. O clichê que mais se ouvia era o de que a floresta precisava ser salva porque era o “pulmão do mundo”. Ainda não existiam expressões como “desenvolvimento sustentável” e “mudanças climáticas”. Falava-se genericamente em “natureza” e “ecologia”.

A destruição da selva era, na prática, uma política de Estado no Brasil. A ditadura militar havia dado incentivos financeiros para a instalação em massa de fazendeiros na Amazônia. O senador Mário Maia (PDT-AC)

Caso seja de seu interesse receber uma resposta, basta você preencher estes dados:

09 NOME Francisco Alves Mendes Filho
10 ENDEREÇO Rua Benjamin Constant, S/N
11 CEP 69920

Se você preferir dirigir a sua sugestão a um parlamentar especificamente, basta preencher este campo com o nome do Deputado ou Senador.

Use este espaço para colocar a sua sugestão.

A Floresta Amazônica Brasileira, dada a sua importância para o ecossistema mundial, é patrimônio da nação brasileira e ficam vetados quaisquer projetos de desenvolvimento que representem riscos de devastação, tais como os grandes projetos agropecuários e minerais a menos que com monopólio estatal, fiscalizado pelos trabalhadores da região. Todo desenvolvimento da região amazônica deve estar condicionado ao aproveitamento da sabedoria das populações da floresta (índios, seringueiros, castanheiros, ribeirinhos e outros trabalhadores extrativistas).

Como forma de preservação da floresta e dos povos que a habitam, serão criadas na Amazônia Brasileira RESERVAS EXTRATIVISTAS, com patrimônio da União e usufruto vitalício e transferido aos descendentes concedido a os habitantes da floresta em todas as áreas escolhidas pelos próprios trabalhadores, destinados para essa finalidade. Os índios, mesmo os residentes em áreas de fronteira, deverão ter a garantia da demarcação e respeito as suas terras, com direito a auto-determinação e preservação de sua cultura. Ficam proibidos as lavras de garimpo em terras indígenas. A comercialização de produção extrativa da região amazônica deve ser garantida pelo Estado brasileiro.

Carta que Chico Mendes enviou aos constituintes pedindo criação de reservas extrativistas. Material está no Arquivo da Câmara

afirmou em 1989, pouco depois do assassinato:

— Com seu trabalho obstinado e fecundo, Chico Mendes esperava desmentir o discurso ecológico do governo. Na verdade, o que é estimulado é o desmatamento generalizado. Ele presenciou em muitas situações a política do governo protegendo o desmatamento e dando guarida aos matadores de seringueiros.

O governo militar tinha dois objetivos ao incentivar a criação de latifúndios. Numa frente, tentava impedir focos de subversão comunista na mata semelhantes à Guerrilha do Araguaia (1972-1974). Em outra frente, buscava desarticular uma suposta conspiração externa que tomaria a Amazônia do Brasil, colocando-a sob domínio internacional, mais ou menos como ocorre hoje com a Antártida.

— Que o símbolo de Chico Mendes sirva de alerta e advertência para a nação — discursou o senador Antônio Luiz Maya (PDC-TO). — Somos nós, o governo e o povo brasileiro, que temos de cuidar da Amazônia, defendê-la da ganância alheia, preservar suas florestas imensas, sua variedade das espécies vegetais, animais e minerais e sua imensurável bacia hídrica, com enorme potencial de navegação e energia hidráulica.

A primeira providência dos fazendeiros recém-chegados à Amazônia era ligar a motosserra, para desespero dos seringueiros que já viviam na floresta. Além do látex, as famílias dos extrativistas dependiam da castanha, do babaçu, do mel etc. para sobreviver. Em reação, Chico passou a organizar barreiras humanas, com dezenas de pessoas, que se punham na frente dos peões contratados pelos fazendeiros e impediam a derrubada da mata. Esse movimento pacífico de resistência ganhou o nome de “empate”. Foi então que Chico Mendes começou a despertar a ira dos latifundiários.

Em 1985, logo após a redemocratização, os seringueiros fizeram um grande encontro em Brasília para chamar a atenção do governo para o risco que corriam caso as políticas públicas para a floresta, vindas da ditadura, não fossem repensadas. O evento ocorreu na Universidade de Brasília (UnB). Foi graças ao evento que ONGs ambientalistas internacionais tomaram conhecimento da existência de Chico Mendes.

— A UnB se orgulha de ter sido a plataforma que ajudou a projetar Chico Mendes no cenário mundial — diz hoje o ex-senador Cristovam Buarque, que na época era o reitor da universidade.

A aliança que ali se formava, entre Chico e as ONGs, mudaria radical-



VALTER CAMPANATO / AGÊNCIA BRASIL

Chico Mendes criticava derrubada de árvores para dar lugar a pastagens e plantações

mente o destino das duas partes.

As ONGs europeias e americanas encontraram em Chico o rosto humano que faltava para justificar a preservação do meio ambiente. Até então, elas pregavam a defesa da natureza como um fim em si, sem relação com a vida das pessoas. O ambientalismo, por isso, não empolgava. Para muitos, era um devaneio de hippies que abraçam árvore.

Chico, por sua vez, vinha lutando apenas para garantir a sobrevivência dos seringueiros, sem ter o meio ambiente como preocupação. Ele, então, transformou-se num ecologista e passou a contar com a organização profissional, a força política e a visibilidade mundial das ONGs.

Os novos aliados levaram Chico Mendes ao exterior para que ele gritasse mais alto contra o desmatamento da Amazônia. Em Londres, o seringueiro de Xapuri ganhou um prêmio da ONU. Em Miami, falou a grandes investidores. Em Washington, discursou na tribuna do Senado americano.

Suas denúncias foram suficientes para que o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento parassem de financiar o asfaltamento da BR-364, rodovia federal que rasga a floresta no Acre. As obras estavam sendo feitas sem o mínimo cuidado ambiental. A lista dos que odiavam só aumentou.

Tantos holofotes internacionais, no entanto, não foram suficientes para acender os holofotes nacionais. Apenas serviram para aumentar a animosidade dos fazendeiros de Xapuri. Em 1988, Chico já era jurado de morte e tinha escolta 24 horas por dia.

A ex-senadora e ex-ministra do Meio Ambiente Marina Silva, que é filha de um seringueiro e foi amiga de Chico Mendes, diz que o aconselhou várias vezes a deixar o Acre, já que as ameaças de morte ficavam cada vez mais sérias:

— Na última vez que nos encontramos, em Xapuri, o Chico me disse: “Desta vez, não vai ter jeito. Os cabras vão me pegar”. Eu insisti muito que ele fosse para o Rio ou até que passasse um tempo fora do Brasil. Ele respondeu: “Meu lugar é aqui com os companheiros. Não posso abandoná-los”. Então eu sugeri que pelo menos fôssemos a Rio Branco para denunciar à imprensa as ameaças de morte. Ele respondeu: “Não adianta. Toda vez que falo que estou sendo ameaçado, eles dizem que só faço isso para me fazer de vítima e me promover”.

Chico e Marina se conheceram em meados dos anos 1970, militaram juntos a favor dos seringueiros e, no PT, fizeram uma dobradinha nas eleições de 1986. Ele se lançou candidato a deputado estadual no Acre. Ela, a deputada federal constituinte. Nenhum dos dois se elegeu.

— A candidatura era, também, uma forma de protegê-lo. Sendo eleito, o Chico talvez não fosse assassinado — afirma Marina.

Na noite de 22 de dezembro, os policiais militares incumbidos de não desgrudar os olhos de Chico Mendes jogavam dominó dentro da casa do seringueiro e não puderam evitar o assassinato.

— Os criminosos estavam tão seguros de sua impunidade que o ma-

Chico Mendes e seus filhos em Xapuri: graças ao apoio de ONGs, seringueiro viajou para o exterior denunciando destruição da Amazônia



MIRANDA SMITH/MIRANDA PRODUCTIONS

taram a céu aberto e nas barbas da proteção policial oferecida pelo governo do Acre — afirmou o senador Aluizio Bezerra (PMDB-AC). — A oligarquia sabe que pode matar e que as autoridades não vão impedi-la ou puni-la, já que grande parte delas pertence à mesma classe, a classe dos grandes proprietários de terra.

A repercussão internacional foi forte e imediata. Sacudida pelas notícias publicadas no exterior, a imprensa brasileira finalmente se deu conta do valor de Chico Mendes e correu para noticiar o assassinato e apresentar ao país o drama dos seringueiros.

Duas semanas antes do crime, ele concedeu uma longa entrevista a um jornal carioca e falou inclusive das ameaças que sofria. A reportagem, contudo, foi engavetada. Só seria publicada dois dias após o assassinato, na véspera do Natal, ocupando uma página inteira.

O presidente do Senado, Nelson Carneiro (PMDB-RJ), disse:

— A voz de Chico Mendes foi calada a tiros de escopeta. Embora quase mil pessoas tenham sido assassinadas na região e os crimes tenham ficado impunes, essa não era uma voz qualquer, pois defendia uma causa justa e universal. É assim que se explica o fato de a morte de um homem simples e humilde lá nos confins do Brasil ter abalado a consciência do mundo. As autoridades brasileiras foram coagidas pelo clamor internacional a sair em busca dos assassinos.



REPRODUÇÃO/MINO PEDROSA

Os dois fazendeiros responsáveis pela morte de Chico Mendes são condenados à prisão em 1990

A antropóloga Mary Allegretti foi uma das responsáveis por aproximar o seringueiro das ONGs estrangeiras. Ela diz que Chico, sem querer, fez uma revolução no mundo.

— Depois dele, vieram a Eco 92, o Protocolo de Kyoto, o Acordo de Paris. O meio ambiente virou prioridade. O mundo passou a se preocupar de fato, criou tecnologias limpas, mudou hábitos de consumo. Pouca gente se dá conta, mas o mundo se modificou drasticamente nestes 30 anos. Foi o assassinato de Chico Mendes que abriu caminho para todas essas mudanças.

Entre os legados concretos que Chico Mendes deixou para o Brasil, segundo Mary, destacam-se as reservas extrativistas. Trata-se de unidades de conservação que podem ser exploradas apenas pelas populações tradicionais, para sua subsistência. Até então, as unidades de conservação que existiam no país eram praticamente intocáveis, como se proteção ambiental e exploração econômica fossem incompatíveis.

O governo brasileiro começou a implantar as reservas extrativistas em 1990, pouco depois do assassinato do seringueiro. A primeira foi demarcada no entorno de Xapuri e ganhou o nome de Reserva Extrativista Chico Mendes.



Índice onomástico

A

Abrahão, João. 139-140
Accioly Filho, Francisco. 146-152
Agostinho, Santo. 149
Agostini, Angelo. 56
Aguiar, Arethusa de. 152
Albuquerque, Medeiros e. 40, 42
Alcântara, Mauro Henrique Miranda de. 54
Alencar, José de. 23
Alexandre III, czar. 78
Alfredo, João. 50-53
Allegretti, Mary. 165
Almeida, Carla Beatriz de. 29, 31
Almeida, Mendes de. 86
Alves, Márcio Moreira. 142
Alves, Rodrigues. 60, 80-85
Amado, Jorge. 105
Andrade, Carlos Drummond de. 66
Arimos, Afonso. 84
Arruda, João. 123
Assunção, Moacir. 97
Avelino, Georgino. 107
Azeredo, Antônio. 63

B

Barbosa, Antonio. 29, 64, 132-133
Barbosa, Ruy. 58-69, 103-104
Barros, Moraes. 42
Bastos, Lygia Lessa. 144
Bayma, Celso. 87
Bernardes, Arthur. 77
Bezerra, Aluizio. 158
Bocayuva, Quintino. 68
Bolsonaro, Jair. 102-103
Bonaparte, Napoleão. 12
Bonifácio de Andrada e Silva, José. 12, 18-25
Bonita, Maria. 94
Borba, Emilinha. 109

Borges, José Inácio. 23
Braz, Wenceslau. 73
Brilhante, Jesuíno. 94
Brito, Raymundo. 114
Brizola, Leonel. 120, 124, 133
Bryan, William Jennings. 67
Buarque, Chico. 138
Buarque, Cristovam. 161

C

Cabeleira. 94
Café Filho, João. 111, 115
Calazans, Padre. 127
Câmara, Arruda. 148
Campos, Carneiro de. 28, 30
Caravelas, Marquês de. 8-9, 24, 29-30
Cardoso, Elizeth. 127
Carequinha. 127
Carneiro, Laura. 153
Carneiro, Nelson. 144-155, 164
Carrero, Tônia. 138
Carvalho, Barros. 125
Carvalho, Eronildes Ferreira de. 98
Carvalho, José Murilo de. 85
Carvalho, Leandro. 89
Carvalho, Ovídio Saraiva de. 39
Castello Branco, Humberto. 107
Cavalcanti, Violeta. 109
Cayru, Visconde de. 9, 30
Cerqueira, Bruno Antunes de. 16-17, 55
Chateaubriand, Assis. 113
Chaves, Leite. 158
Churchill, Winston. 104
Coelho Netto, Henrique. 44-45
Cohen, Claudio. 36
Constant, Benjamin. 41
Corisco. 98-99
Costa e Silva, Arthur da. 107, 132, 139, 142
Cotegipe, Barão de. 48-53

Coutinho, Aureliano. 24
Covello, Antônio. 96

D

Dantas, senador. 50, 52-53
Dantas, Regina. 14
Duque-Estrada, Joaquim Osório. 37, 44-45
Dutra, Carmela. 106
Dutra, Eurico Gaspar. 101-107

E

Eisenhower, Dwight. 104
Ellis, Alfredo. 63
Engels, Friedrich. 80
Eu, Conde d'. 56

F

Falcão, Negreiros. 95
Feijó, padre Diogo. 23
Fender, Paulo. 116, 121
Fernandes, Célio Marques. 151
Ferreira, Benedito. 149
Ferreira, Bibi. 127
Figueira, Andrade. 54
Figueiredo, João Baptista. 107
Fonseca, Deodoro da. 37, 40-42, 62-63, 103, 107
Fonseca, Hermes da. 58-69, 101-107
Fonseca, Orsina da. 106
Fontes, Lourival. 120
Fraga, Plínio. 123
Fragoso, José Albano. 32
Frontin, Paulo de. 83, 86

G

Gaule, Charles de. 104
Geisel, Ernesto. 107, 147, 151
Gil, Gilberto. 138
Gomes, Eduardo. 104

Gomide, Antônio Gonçalves. 9
Gordo, Adolfo. 73-74

Goulart, João. 78, 113, 115-116, 118-129, 132-133

Guanabardino, Oscar. 41

H

Hasslocher, Germano. 44

Hitler, Adolf. 137

I

Igrejas, Venâncio. 122

Inhambuque, Visconde de. 28

Isabel, princesa. 11, 15, 48-56

J

João VI, dom. 8-10, 12-13, 38

Jobim, Danton. 24

José, Odair. 152

Jurema, Abelardo. 114

K

Keutenedjian, Ubirajara. 110

Krieger, Daniel. 129, 135, 141

Kubitschek, Juscelino. 104, 111, 115, 125, 133

L

Lacerda, Maurício de. 76

Lampião. 92-99

Leão XIII, papa. 52

Leite, Teixeira. 95

Lênin. 72

Leopoldina, dona. 11-12

Leopoldina, princesa. 15

Levi, Edmundo. 142

Lima, Hermes. 123-124, 127

Lira, Mariza. 38

Lispector, Clarice. 138

Lopes, Elias Antônio. 13

Lott, Henrique. 104

Lucena, Sólon de. 83, 85

Ludovico, Pedro. 140-141

Luís, Washington. 75

Lynch, Christian. 64

M

Machado, Irineu. 76-77

Maia, Mário. 159

Malaquias, Guilherme. 110

Marighella, Carlos. 105

Mariz, Dinarte. 143

Martins, Franklin. 133

Martins Júnior, Antônio Pedro. 122

Martins, Mário. 133-141

Martire Junior, Lybio. 88

Marx, Karl. 80

Mattos, Cunha. 22

Maya, Antônio Luiz. 161

Médici, Emílio Garrastazu. 107

Mello, Frederico Pernambucano de. 98

Mendes, Chico. 156-165

Miguez, Leopoldo. 42

Miranda, Carmen. 136

Moniz, Antônio. 75

Monteiro, Jeronymo. 83

Monteiro, Victorino. 83

Moraes, Prudente de. 60

Moreira, Delfim. 84, 87

Mussolini, Benito. 137

N

Nabuco, Joaquim. 54

Nascimento, Cassiano do. 104

Nascimento, Dilene do. 86

Nascimento, Milton. 135

Nepomuceno, Alberto. 42, 44

Neves, Tancredo. 115, 118-129

Nicolau II, czar. 75, 77

Nogueira, Hamilton. 79, 80

Nogueira, Olympio. 84, 87

Novaes Filho, Antônio de. 105

O

Oliveira, Carlos Eduardo Elias de. 155

Oliveira, Olavo. 105

Oliveira, Pacheco de. 97

P

Palmeira, Ruy. 133

Palmeira, Vladimir. 133

Passarinho, Jarbas. 151

Peçanha, Nilo. 106

Pedro I, dom. 8-11, 20-23, 28, 32, 37-39

Pedro II, dom. 8-12, 14-15, 20, 22-23, 36-41, 51, 56

Peixoto, Floriano. 63, 103, 107

Penna, Afonso. 42, 60, 102

Pereira, Avelino Romero. 37-38, 45

Pereira, Clemente. 14

Pereira, Sinhô. 94

Perón, Juan Domingo. 104, 139

Pessoa, Epitácio. 37, 45, 90

Pinto, Magalhães. 125

Pinto, Sergio Murillo. 107

Pizzolante, Maria Lúcia d'Ávila. 154

Portella, Petrônio. 150

Porto, Walter Costa. 69

Prestes, Anita Leocadia. 77

Prestes, Luís Carlos. 72, 77, 79, 80, 88, 105

Prestes, Olga Benario. 77

Q

Quadros, Jânio. 104, 111, 115, 120, 128

R

Ramos, Nereu. 114

Rathmund, Maria Luísa Monteza. 153

Rebello, Pires. 94

Reis, Carlos. 96

Ribeiro, Nina. 150

Rocha, Aristides. 74

Rocha, Brochado da. 123-125, 127

Rocha, Francisco. 96

S

Sá, Francisco. 87

Sá, Mem de. 115, 127

Salles, Apolônio. 109
Salles, Campos. 60
Sandoval, Airton. 151
Santo Amaro, Marquês de. 31
Santos, Ruy. 148-149
Silva, Francisco Manoel da. 36-37, 39, 42
Silva, Marina. 163
Silva, Virgulino Ferreira da. 92-99
Silvino, Antônio. 94, 96
Soares, Elza. 127, 128
Sodré, Azevedo. 88-90
Souto, Edson Luís de Lima. 133-140
Souza, Paulino de. 49, 54-55
Stálin, Josef. 137
Starling, Heloisa. 85

T

Taft, William Howard. 67
Taunay, Escragnolle. 53
Távora, Juarez. 104
Teffé, Nair de. 106-107
Teixeira, Lima. 122
Teresa Cristina, dona. 11, 15
Toledo, Aníbal de. 74
Trindade, Fernando. 104
Trujillo, Rafael. 139

V

Vargas, Getúlio. 78, 97-99, 102, 104,
108-116, 120, 136
Veiga, Evaristo da. 22
Velasco, Domingos. 115

Veloso, Caetano. 138
Vianna, Aurélio. 138
Viegas, Roberta. 148-149
Vilela, Teotônio. 137
Villasboas, João. 125
Virgílio, Arthur. 133-141



AGÊNCIA SENADO

Quem produz as reportagens do Arquivo S é a equipe de jornalistas da Agência Senado. Eles também noticiam os trabalhos diários dos senadores, com textos e fotos disponibilizados no Portal Senado Notícias minutos depois dos acontecimentos – dos pronunciamentos às CPIs, das audiências públicas à votação dos projetos de lei. Ao lado da Agência Senado na missão de dar transparência às atividades legislativas, estão a TV Senado e a Rádio Senado, que transmitem ao vivo e sem cortes as sessões do Plenário e as reuniões das comissões. As notícias também podem ser acompanhadas pelas postagens do Senado nas redes sociais.

ARQUIVO DO SENADO

O Arquivo do Senado é a fonte das reportagens do Arquivo S. Desde a criação da Casa, em 1826, os documentos produzidos na ação parlamentar são tratados e preservados pelo Arquivo. As salas do acervo têm controle de temperatura e umidade, para garantir a preservação do material. Os documentos, que crescem a cada dia, retratam toda a trajetória do Poder Legislativo, e parte deles está no portal do Senado na internet. O Arquivo é uma valiosa fonte de informação para pesquisadores e, principalmente, um instrumento de aproximação do cidadão com o Senado e os senadores.

Sabia que a Lei Áurea foi debatida e aprovada no Congresso em apenas cinco dias, para depois ser sancionada pela princesa Isabel em pleno domingo?

E que em 1918 a gripe espanhola fez tantas vítimas no Brasil, que chegou a faltar coveiro para sepultar os mortos?

E a história do senador que já em 1827 anteviu o incêndio que destruiu parte do acervo do Museu Nacional, em 2018?

**LEIA ESTAS E OUTRAS
HISTÓRIAS NESTE VOLUME**

Arquivo S: um olhar jornalístico que revela a riqueza dos documentos históricos do Arquivo do Senado.

SENADO FEDERAL



ISBN: 978-65-5676-280-7



9 786556 762807